

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 22 de Dezembro de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1098 • Director: Carlos Brito

A política não é um jogo

PCP insiste: PÔR FIM À POLÍTICA DE DIREITA

Nota da Comissão Política do CC Pág 5

A luta está na rua



Trabalhadores da administração pública, na sexta-feira, e reformados de todo o País, no sábado, manifestaram-se em Lisboa contra a política de Cavaco Silva e do Governo do PSD. Em luta estiveram também, ao longo da última semana, os vidreiros da MP Roldão, o pessoal da Portucel-Viana e trabalhadores de outras empresas e sectores. À hora a que esta edição lá para as máquinas, o Plenário de Sindicatos da CGTP decidia a marcação de uma jornada de luta em Janeiro

Págs. 10 e 11

Alargamento da CEE e GATT: o debate escamoteado

• Artigo de Luís Sá

Pág. 18

Seminário Nacional sobre a Festa do «Avante!»

• Fernando Vicente

Pág. 19

Corrupção na política florestal

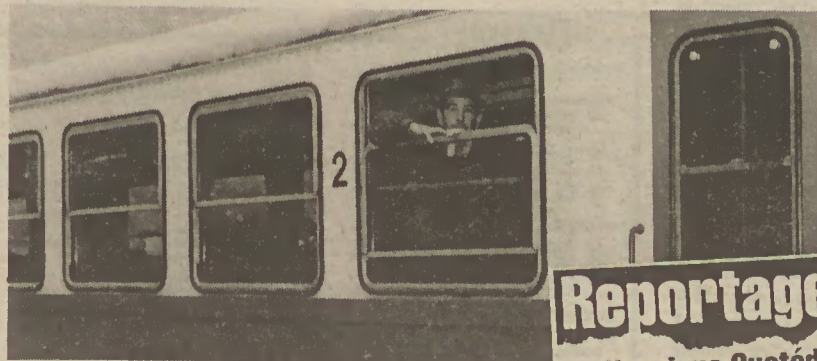
Fraudes atingem um milhão de contos

Pág. 9

VII Conferência Nacional do Ensino Superior da JCP



Págs. 20 e 21



Reportagem

por Henrique Custódio Centrais

Linha do Tua em perigo



Marcha dos Reformados por uma Vida Melhor

RESUMO

14 Quarta-feira

Na apresentação pública do livro «A Estrela de Seis Pontas», Álvaro Cunhal revela que é Manuel Tiago ■ O Presidente da República envia ao Tribunal Constitucional a lei de imprensa e a lei que regula o controlo dos rendimentos dos políticos ■ O Procurador-Geral da República anuncia uma investigação criminal sobre os bens do deputado, do PSD, Duarte Lima e uma eventual relação deste com a prática de crimes ■ A Associação de Consumidores de Portugal acusa a Telecom de violar a lei e de «investir contra o bolso dos consumidores» ■ Vidreiros da Marinha Grande, desesperados com os salários em atraso, impedem a saída da administração da fábrica cristaleira onde trabalham, durante 24 horas ■ Na AR, é viabilizado um inquérito parlamentar à actuação de Fernando Nogueira no caso das OGMA ■ É divulgado o mais recente documento de um relator especial da ONU, em que se reconhece a ocorrência de massacre em Timor e é recomendada a desmilitarização do território ■ O exército russo cerca a capital tchetchena.

15 Quinta-feira

Carlos Carvalhas defende que é necessária uma nova política para a juventude que «não seja só folclore» ■ É aprovada em Bruxelas a filiação da CGTP na CES ■ No processo sobre a importação de sangue contaminado com o vírus da sida, Leonor Beza é acusada e constituída arguida pelo Ministério Público ■ Boris Ieltsin lança um novo ultimato aos independentistas tchetchenos para que deponham as armas. O general Dudaiev diz estar disposto a negociar quando as tropas russas se retirarem ■ John Bruton, presidente do partido conservador Fine Gael, toma posse como primeiro-ministro da República da Irlanda ■ As cotações da Bolsa de Lisboa retrocedem, depois de terem sido lançados rumores políticos para o mercado ■ A UNICEF prevê que em 96 morram menos 2,5 milhões de crianças do que em 90, devido a progressos no campo da saúde ■ Realiza-se o I Congresso da Lusofonia, em Lisboa.

16 Sexta-feira

Carlos Carvalhas é recebido por Mário Soares ■ O PCP reclama a dissolução da Assembleia da República e critica a proposta do PS de antecipação das eleições para Junho ■ O PCP acusa o Ministério da Agricultura de negligenciar casos de fraude e corrupção e pede um inquérito parlamentar ■ Realiza-se em Lisboa uma manifestação nacional dos trabalhadores da administração pública ■ Vidreiros da Marinha Grande cortam a linha do oeste, durante sete horas ■ O relatório final da comissão parlamentar do «caso Totta» é aprovado ■ Bill Clinton faz um discurso em que promete reduzir os impostos para a classe média ■ O poeta Herberto Helder é distinguido com o Prémio Pessoa, que recusa.

17 Sábado

Carlos Carvalhas defende, numa sessão sobre «Integração social, exclusão, racismo e xenofobia», a necessidade de legalizar os emigrantes que se encontram em Portugal em situação irregular ■ Decorre, na Faculdade de Letras de Lisboa, a VII Conferência Nacional do Ensino Superior, organizada pela JCP ■ Realiza-se, em Lisboa, a Marcha dos Reformados por uma Vida Melhor ■ É assinada, em Lisboa, a Carta Europeia da Energia ■ A Casa-Museu Verdades de Faria, em Cascais, homenageia Fernando Lopes-Graça ■ Inicia-se o 49º Congresso do ANC, na África do Sul ■ Encerramento da iniciativa «Lisboa - Capital Europeia da Cultura/94».

18 Domingo

Carlos Carvalhas acusa o PS de pretender que o Governo cumpra o mandato até ao fim ■ A Ordem dos Médicos protesta contra os salários em atraso, na reunião do Conselho Nacional ■ A Rússia recusa a proposta de diálogo de Dudaiev e lança uma ofensiva sobre Grozny ■ O Partido Socialista Búlgaro vence, com maioria absoluta, as eleições legislativas na Bulgária ■ Jimmy Carter chega à Bósnia-Herzegovina para mais uma tentativa de mediação do conflito ■ Fontes da NATO divulgam as linhas duma eventual retirada dos capacetes azuis da Bósnia.

19 Segunda-feira

Vidreiros da Marinha Grande bloqueiam a via de ligação a Leiria, protestando contra os salários em atraso ■ Os ministros das pescas da UE reúnem-se em Bruxelas ■ Aviões russos bombardeiam o centro de Grozny por quatro vezes ■ São apresentadas três moções de censura ao Governo de Silvio Berlusconi no Parlamento italiano ■ Mario Conde, ex-presidente do Banesto, acusado de fraude, é ouvido no tribunal de Madrid ■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros de Espanha e da Grã-Bretanha discutem, em Londres, a questão de Gibraltar ■ Os monarcas árabes reúnem-se para discutir a situação no Golfo Pérsico.

20 Terça-feira

Numa conferência de imprensa que se segue à reunião da Comissão Política do PCP, Carlos Luís Figueira denuncia a «mistificatória "defesa" de eleições antecipadas» feita pelo PS ■ Cavaco Silva não está presente num jantar da Distrital de Lisboa do PSD mas envia mensagem ■ Segundo notícia a imprensa, Santana Lopes demite-se do Governo numa carta entregue a Cavaco Silva ■ Numa entrevista ao jornal francês «Libération», o líder da UNITA, Jonas Savimbi, reconhece que a sua organização atravessa a maior crise de sempre ■ O exército russo aperta o cerco à capital da Tchetchénia ■ No final de uma curta estadia, Jimmy Carter anuncia o acordo entre as partes para um cessar-fogo, na Bósnia, dentro de dois dias ■ Parlamento espanhol discute o estatuto de autonomia das ilhas Canárias.

Tréguas. Que tréguas?

E

muito natural que a crise político-institucional sofra um certo abrandamento nesta quadra festiva de Natal e Ano Novo.

Alguns encartados comentadores políticos apressaram-se a proclamar «umas tréguas natalícias», numa transposição oportunística dos conflitos bélicos.

Percebem-se muito bem as interesseiras razões por que surgem das bandas do Governo e do PSD, a braços com uma onda crescente de impopularidade, divisões e dificuldades internas sem precedentes, estas sugestões de tréguas.

Também já não espanta que elas surjam igualmente das bandas do PS depois deste partido ter defendido a antecipação das eleições só lá para meados do próximo ano e mesmo assim em consenso com o Governo e sem dissolução da Assembleia da República ou com «uma dissolução técnica», isto é, feita com o acordo do PSD.

É preciso dizer que as primeiras tréguas partiram precisamente do Secretário-Geral do PS, António Guterres, e bastante antes do Natal.

Só que na presente crise pode haver tréguas nos discursos, nas declarações dos diferentes intervenientes e nas posições político-partidárias, mas os grandes problemas que constituem as suas causas profundas não vão dar nenhuma espécie de trégua.

Esses problemas de natureza económica, social e política originados, em grande parte, pelo rotundo fracasso da política de direita do Governo, em vários casos feita com a aquiescência do PS, não se disfarçam com bonitas palavras ou gestos de boa vontade.

Mais: no período de festas que vamos atravessar ressaltam com especial crueldade a degradação das condições de vida de uma parte considerável das famílias portuguesas e as profundas desigualdades sociais que não têm cessado de se aprofundar ao longo destes quase dez anos de governação cavaquista.

Tristemente emblemático da situação que o país vive neste Natal de 1994, é o número de 411 942 desempregados, há dias divulgado, referente a 30 de Novembro, que representa mais 2,3 por cento em relação ao mês anterior e mais 15,8 por cento em relação a Novembro do ano passado.

Aonde vamos parar?!

Atingindo, porém, esta tão evidente gravidade, o desemprego não é o

único dos grandes problemas que os trabalhadores enfrentam, neste momento.

A ofensiva patronal e governamental contra os seus interesses desenvolve-se de muitas outras formas, nomeadamente, através da redução salários reais, dos salários em atraso, da precarização, do ataque aos direitos, da repressão.

É exemplificativo das «tréguas» do patronato a atitude da administração da Manuel Pereira Roldão, da Marinha Grande, que responde à luta enérgica dos trabalhadores pelo pagamento dos salários em atraso com o anúncio do encerramento da empresa até meados de Janeiro e o despedimento de cerca de 50 por cento dos trabalhadores (cerca de 200).

Em relação aos salários, as «tréguas» do Governo começaram com a assinatura a toda a pressa de um acor-

A esperança, neste Natal, não reside na trégua, mas na perspectiva de uma clarificação político-institucional a curto prazo, que ou passará pela demissão do Governo, a dissolução da Assembleia e a antecipação das eleições, ou não o será.

do com a UGT relativo aos aumentos na administração central e local, para 1995, abaixo da taxa de inflação prevista e que vai agora juntamente com o patronato tentar impor aos demais trabalhadores.

Trata-se, afinal, da continuação da política de empobrecimento forçado da população laboriosa de forma a operar uma ainda mais injusta repartição do rendimento nacional.

As diversas e importantes jornadas de luta realizadas ao longo de 1994, que obtiveram entre outros importantes resultados a inviabilização do iníquo acordo de concertação social, mostram que da parte dos trabalhadores não há apenas vontade de resistir, há também capacidade para contrariar essa política.

Por tudo isto, reveste muita importância a reunião do Conselho Nacional da CGTP, ontem realizada, e onde como era de esperar não foram aprovadas tréguas, mas sim o desenvolvimento da luta e as orien-

tações e perspectivas para que ela se intensifique já no decorrer do mês de Janeiro.

Os processos em curso dos trabalhadores dos transportes, celulosos, metalúrgicos, vidreiros, comércio de Lisboa, administração central e local, entre outros, já indiciam a envergadura que esta luta pode assumir.

Tão importante como a intensificação da luta contra a política do Governo do PSD, é o combate ao espírito de trégua e moratória com que o PS tenta refrear a acção oposicionista.

Os últimos dias foram especialmente esclarecedores da profunda diferença que separa as posições do PCP, das do PS e CDS, face à presente crise político-institucional.

Enquanto o PCP se bate firmemente por uma clarificação da situação que através da demissão do Governo, da dissolução da Assembleia e da antecipação das eleições legislativas conduza o mais rapidamente possível à interrupção da política de direita do Governo do PSD e dos seus desastrosos resultados para o nosso povo e o nosso país, o PS e o CDS intervêm com meros cálculos de oportunidades eleitoralistas, pois concordam no essencial com essa política e pouco se importam com as suas consequências.

Esclarecendo com muita oportunidade esta diferença de posições, a Comissão Política do PCP salientou, na sua Nota da passada terça-feira: «O PCP é o único a defender a demissão do Governo e a dissolução da AR porque é o único que salienta o carácter intolerável da política do PSD e da sua continuação por mais tempo e é o único que se bate por uma nova política que represente uma efectiva ruptura com os objectivos, as concepções e os métodos da política de direita.»

Importa sublinhar, também, que à medida que passam os dias se torna cada vez mais embaraçoso para os dirigentes do PS explicar as posições do seu partido (como aconteceu com Guterres na entrevista à SIC). Pois, percebe-se cada vez melhor que atirar a antecipação das eleições para meados do próximo ano e fazer-la depender do acordo do PSD, é dar campo de manobra e tempo de recuperação para o poder cavaquista sair das suas agudas dificuldades presentes e Cavaco Silva tirar todo o benefício do artificioso «tabu» sobre o seu futuro político.

A esperança, neste Natal, não reside na trégua, mas na perspectiva de uma clarificação político-institucional a curto prazo, que ou passará pela demissão do Governo, a dissolução da Assembleia e a antecipação das eleições, ou não o será.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Sôcio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Sôcio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7^ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7^ª-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Roxa — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7^ª-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7^ª-A, 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00,
25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

O preço da moratória

A proposta que António Guterres levou a Belém, na sexta-feira passada, representa, ao contrário do que disseram alguns títulos e todos seus amigos na comunicação social, uma verdadeira moratória ao Governo de Cavaco Silva e a todo o poder laranja.

É incontestável que o cavaquismo atravessa a sua pior crise de sempre e atinge, provavelmente, o seu ponto mais baixo em termos de popularidade.

Até as sondagens confirmam (para quem não é capaz de ler a realidade social) que cresceu rápida e significativamente no país o sentimento favorável à interrupção da governação do PSD, incluindo através da demissão do Governo e da dissolução da Assembleia da República.

Pois é nestas circunstâncias que o PS, em vez de se juntar ao PCP na luta pela clarificação da situação e para dar mais força ao crescente sentimento oposicionista do país, opera no sentido de arrefecê-lo e de frustrá-lo, advogando uma antecipação das eleições «por consenso» com o próprio Governo, sem dissolução da Assembleia, uma espécie de antecipação das eleições

sem dor e atirando-as para meados do próximo ano.

O cavaquismo ganharia assim seis meses para se recompor e se relançar, incluindo com os sacos azuis que dissipou no Orçamento.

A imprensa afecta ao PS tentou apresentar estas boas maneiras do Eng^o Guterres como «uma atitude mais de Estado» que se distanciaria de «interesseiras intenções eleitoralistas».

Almeida Santos, porém, veio esclarecer a posição do seu partido num sentido completamente diferente (seguramente mais próximo da verdade) e em que só contam os cálculos eleitorais. Disse ele: «Se as eleições fossem hoje, admito que o PSD perderia, por exemplo, cinco pontos. Todavia, quem me diz que se as eleições forem disputadas mais tarde, já no período final do mandato de Cavaco Silva, o partido do Governo não vai perder por dez?»

E se for ao contrário, pode-se perguntar?

De qualquer maneira, a persistirem estas concepções «do quanto mais tarde melhor», ainda teremos a Direcção do PS a propor não a antecipação mas o adiamento das eleições. E

entretanto a degradação social, económica e política do país continuaria.

Ao conceber a engenhosa proposta de antecipação das eleições para a Assembleia da República sem prévia dissolução, a Direcção do PS nem reparou que ela conduziria, se aceite, à coexistência de duas assembleias por um período de três meses (a nova eleita e a velha que ainda não tinha esgotado o mandato), o que é uma rematada inconstitucionalidade, como alguns constitucionalistas sarcasticamente assinalaram.

Assim se prova mais uma vez a propensão do oportunismo para produzir monstruosidades...

Mas atenção! A Direcção do PS percebeu muito bem, na linha de uma das suas mais persistentes obsessões, que era preciso mexer na lei eleitoral para a Assembleia da República, e isto aconteceu dias depois do próprio PSD também ter advogado a necessidade de se mexer nesta lei.

Que se passa? Será que a moratória tem um preço?

■ Carlos Brito

A máquina de endrominar

Na linha das certezas já anteriormente lançadas pelo «Independente», na sexta-feira passada a manchete do «Público» gritava que «Cavaco vai embora» e, no dia seguinte, o «Expresso» proclamava na primeira página que o «PSD prepara-se para a sucessão» de Cavaco.

Se não for coisa pior, a forma como influentes órgãos de comunicação social, e também diversos comentadores da área do PS, têm dado corda ao alegado «psicodrama» do PSD não pode deixar de ser considerada como uma orientação de vistas curtas, absolutamente imprudente e extraordinariamente favorável àquilo que, com altíssima probabilidade, não passa da sofisticada encenação de uma dramatização destinada a atribuir grande impacto à reentronização de Cavaco Silva no próximo Congresso do PSD.

A questão que se coloca não é, evidentemente, a de podermos garantir o que vai acontecer exactamente, mas sim a de se perceber que não tem comparação o preço ínfimo que pagará quem se enganar na previsão de que Cavaco Silva vai continuar à frente do PSD e disputar as legislativas e o preço enorme que pagará quem tiver ajudado de forma determinante o PSD a montar esta encenação em que um período de susto, desorientação e insegurança é a necessária antecâmara para a posterior montagem de uma «onda de entusiasmos», «dinamismo» e «confiança» que o «Público» e o «Expresso» oportunamente não deixarão de publicitar.

Acresce que a colaboração dada à manobra do PSD chega mesmo ao ponto de incluir esforçadas digressões sobre os estados de alma de Cavaco Silva que funcionam perfeitamente ao serviço da sua fuga às respon-

sabilidades e da sua absolvição política. É assim que o insubstituível Vicente Jorge Silva, falando de Delors, Gonzalez e também de Cavaco Silva, escreve que «para eles, a atracção, o apetite, o prazer, que o poder político é suposto suscitar, terão sido substituídos pelo cansaço, a melancolia, o desencanto, o próprio nojo», mais acrescentando que é «esta repugnância, este nojo que também parecem inspirar Cavaco ou Gonzalez quando ambos confessam, em privado, um distanciamento cada vez maior do pântano em que ameaça converter-se o quotidiano político».

Naturalmente que não nos passa pela cabeça negar a importância que os estados de alma, ou outros factores ou situações da esfera pessoal, podem ter em determinadas decisões ou opções. Isso é uma coisa, mas coisa muito diferente são estas digressões que invocam «nojos» e «distanciamentos» que, separando a tenebrosa criatura do seu criador, desresponsabilizam os responsáveis, lançam espessas cortinas de nevoeiro sobre as questões fundamentais, e se integram nesse vasto arsenal que está a ser usado para que pague a «política» e não pague a política de direita, para que pague todos os «políticos» e não pague o PSD, para que, quando muito, pague os subalternos e ajudantes e não pague o Chefe.

Dito isto, se há conclusão essencial que se imponha é a de que é necessário e indispensável enfrentar e dar decidido combate à formidável máquina de endrominação política que está montada para impedir a mudança — clara, real e corajosa — de que o País precisa.

■ Vítor Dias

À frente do pelotão da frente

Iniciado o primeiro dia do resto da vida do cavaquismo, saltam a público, em catadupa, os podres gerados pelo fundamentalismo laranja e as consequências nefastas da política de direita.

«Progresso», «Desenvolvimento», «Democracia», «Modernidade», «Futuro», «Verdade», «Eficácia» foram palavras utilizadas por Cavaco Silva (para caracterizar o conteúdo, os objectivos e os efeitos da sua política) e repetidas servilmente pelo bando de papagaios que compõe o seu subserviente séquito.

A realidade mostrou a falsidade de tais palavras. Correcto e rigoroso será identificar a política e a prática do governo do PSD com retrocesso, agravamento da situação do povo e do país, incompetência, violação de direitos, agravamento das injustiças sociais, corrupção, nepotismo, mentira, manipulação, prepotência.

Está escrito e a vida comprova-o, que são os trabalhadores as principais vítimas de uma política com o conteúdo de classe da política cavaquista. Degradação das condições de trabalho e de vida, violação de direitos e regalias, desemprego e instabilidade do emprego, são algumas das consequências concretas da política de direita.

Os números agora divulgados sobre a evolução do desemprego são elucidativos.

Estão na memória de todos nós as promessas de Cavaco Silva de dar combate ao desemprego, as garantias dadas de o reduzir e os êxitos anunciados nesses objectivos. A realidade revelou-se, contudo, bem diferente da ficção, que povoa a cabeça do Primeiro-Ministro. E os números aí estão, implacáveis, a pulverizar os devaneios megalómanos com que Cavaco Silva tenta disfarçar os reais objectivos da sua política.

O aumento do desemprego em Portugal foi superior ao que se verificou no conjunto dos países da CE. Aqui Cavaco tinha razão: está à frente do pelotão da frente.

Em Novembro passado, o número de desempregados em Portugal cresceu ao ritmo de 217 por dia e o número de inscritos nos centros de emprego ultrapassou os 411 mil, ou seja um aumento de 15,8% em relação a Novembro de 1993. Estes números são, no entanto, ilusórios. A realidade é bem pior se se tiver em conta que o IIEFP retirou dos seus ficheiros, desde o princípio do ano, mais de 200 mil desempregados dos quais apenas um terço encontrou colocação ou frequenta cursos de formação. Os restantes passaram a «empregados» apenas porque não responderam às cartas de controlo... Por outro lado, o desemprego de longa duração (correspondente a desempregados

há um ano ou mais) passou de 140 mil casos em Novembro de 1993 para 192 mil em Novembro de 1994.

É assim por toda a Europa, dirá Cavaco Silva. É. Por razões que todos nós conhecemos. E sabemos que a política de direita — aqui como em qualquer parte do Mundo (e quer seja executada por Baladur ou por Cavaco Silva, por Gonzalez ou por Guterres) não só não resolve o problema do desemprego como o agrava. O que faz falta é uma política de Esquerda. Urgentemente. É esta a grande questão que está colocada aos portugueses. É por isso que se impõe a antecipação das eleições nas condições propostas pelo PCP. É por isso que o voto no PCP — o grande Partido da Esquerda — é fundamental.

■ José Casanova

ESSEN

Retrato de família

Face aos ambiciosos objectivos da Presidência alemã e às expectativas que alimentou, a Cimeira de Essen foi uma decepção. As dificuldades e contradições com que tropeça esta «construção europeia» tornaram-se mais evidentes.

O processo de alargamento aos países nórdicos tem sido, no plano político, um fiasco. A Noruega ficou pelo caminho. Os «sim» da Finlândia e da Suécia foram arrancados a ferros.

Confirma-se que as tentativas de impor Maastricht a mata-cavalos está, não a unir, mas a dividir profundamente os povos. Isto, que tem sido cautelosamente silenciado, não podia deixar de ensombrar o brilho que se desejava para esta Cimeira.

Depois, basta dar uma olhadela ao habitual «retrato de família». A começar pela Alemanha, com o seu chanceler Kohl investido por um voto e um presidente do Conselho de Ministros da UE (Kinkel) chefe de um partido que não representa mais de 3 ou 4% do eleitorado alemão. As restantes equipas governantes não têm melhor cara. Longe disso. Na França, Mitterrand está de malas aviadas e na coligação de direita que sustenta o governo de Balladur desenvolve-se uma batalha campal. Major, na Grã-Bretanha, está em queda livre em todas as sondagens e vê-se obrigado a prodígios de equilibrista para não ser desfeito pelo seu próprio partido. Reynolds, da Irlanda, representou um governo demissionário. Pela Espanha esteve um Felipe Gonzalez profundamente desacreditado. O chefe do governo de Itália está a contas com o movimento de massas e com a justiça. Quanto a Portugal é o que se sabe.

É indiscutível que a generalidade daqueles homens «cimeiros» estava ali, não em genuína e democrática representação da vontade dos seus povos, mas dos «superiores» interesses do grande capital sem pátria. Não fora o fio de Areane do capital, conduzido pela mão firme de um gigantesco séquito de burocratas e poderíamos ser levados a concluir que a U.E. de Maastricht, inexoravelmente perdida no labirinto das próprias contradições, tinha os dias contados. Mas não tem. Essen foi a Cimeira afinal possível, na linha dos «pequenos passos» que tem sido a desta construção europeia contra os trabalhadores e contra os povos, mas que terá em 1996 um novo momento decisivo de luta para o qual temos de nos preparar desde já.

A Europa do «núcleo duro» e dos círculos concêntricos está visivelmente atrapalhada, mas continua a sua marcha. Deu mais um passo em direcção à colonização do Leste sem esquecer o Sul mediterrânico. Preparou caminho para um novo salto na militarização e policiamento da U.E., aqui com novas decisões no que respeita à Europol. Avançou no caminho apontado pelo Livro Branco de J. Delors com medidas de afrontamento do mundo do trabalho. A Cimeira não foi brilhante. Ficou bem evidenciada a instabilidade e a crise política que grassa por essa Europa fora. Mas é real o perigo de uma «fuga para diante», com o reforço de políticas antipopulares, de tendências autoritárias e dos mecanismos supranacionais que assegurem a hegemonia do grande capital e das grandes potências.

Essen foi naqueles dias uma cidade policialmente ocupada por 7.000 agentes. Manifestações anti-Maastricht foram proibidas. Manifestações de forças racistas e neofascistas toleradas e protegidas.

O facto da Cimeira se ter realizado na velha mansão dos Krupp de tão sombria memória é paradigmático. O grande capital tende não apenas a comandar, mas a fundir-se com a cúpula operativa da União Europeia. Uma proposta de J. Delors para que fosse criado um «Conselho de especialistas em competitividade» foi particularmente saudada pelo Financial Times, que sabe bem do que fala. Já não bastam a «Mesa Redonda» das 40 multinacionais que tem inspirado as grandes linhas da política económica e social da Comissão, nem as directrizes anti-sociais da Unice (confederação do patronato «europeu»), nem o activo lobby do patronato franco-alemão. A intervenção directa do mundo dos negócios na política das instituições comunitárias é assim oficializada.

A conclusão é evidente: nada de distrações! A «bomba Delors» tem sem dúvida a sua importância e terá incidências na arrumação de forças em França e talvez mesmo na operacionalidade do eixo franco-alemão. Mas os homens passam e o sistema fica. É necessário não lhe dar as tréguas de que está tão carenciado.

■ Albano Nunes

A alternativa faz sentido

Uma vez que não se alteram as ambições hegemónicas do PS, é fundamental o reforço do PCP - reafirmou Carlos Carvalhas no «Debate com o País» realizado sexta-feira em Coimbra e que teve por tema «O sentido da alternativa»

Além do secretário-geral do PCP, participaram na iniciativa o sindicalista Jorge Vicente, o brigadeiro Pezarat Correia, os docentes universitários Avelãs Nunes e Aníbal Almeida, e Sérgio Teixeira, da Comissão Política do Partido. O animado debate, moderado por Luís Carlos Silva (advogado e membro da direcção da organização coimbrã do PCP), prolongou-se por quase três horas, perante cerca de duas centenas de pessoas que encheram por completo o auditório do Instituto da Juventude.

A crise e a luta

A primeira intervenção coube ao coordenador do Sindicato dos Cerâmicos, que falou sobre «a alternativa para os trabalhadores e os trabalhadores para a alternativa». Detendo-se com mais detalhe sobre a situação grave que se vive no sector da cerâmica, de grande importância na região, Jorge Vicente sublinhou que «a alternativa política ao actual Governo e à sua política permitiria resolver muitos problemas que actualmente os trabalhadores enfrentam» e contra a qual se têm desenrolado variadas acções. Foram referidas, entre outras, as lutas na Cerâmica Arganilense, na Ladriceira, nas Cerâmicas Estaco.

«A crise no sector cerâmico combate-se com a luta, mas é necessária uma política diferente, é preciso correr com o Governo do PSD» - defendeu o sindicalista, precisando que «a alternativa, para os trabalhadores, não pode ser só a substituição de um partido por outro no Governo, tem de ser a rotura com esta política».

Para Jorge Vicente, «o PS, só

por si, não é alternativa». Recordou, a propósito, que quando foi Governo, sozinho ou com partidos de direita, houve «degradação do nível de vida» e «ataques aos trabalhadores e suas organizações (contratos a prazo, complementos de reforma e subsídios de doença)».

«Não há alternativa sem os trabalhadores e o seu partido, o PCP» - concluiu.

Alternância não basta

O brigadeiro Pezarat Correia começou por fazer a distinção entre alternância e alternativa, para afirmar que «uma alternativa, que contenha uma alternância de pessoas mas exija também uma mudança de política, tem que passar por uma unidade de forças de esquerda (ao nível de participação no poder, ao nível de programação da política, aos vários níveis possíveis de perspectivar essa unidade)». Para este militar de Abril, o PS «poderá não ser suficiente para assegurar uma política de facto alternativa, até por algumas experiências que temos tido até aqui».

Mais adiante, Pezarat Correia

interrogou-se sobre as divergências que têm impedido uma unidade das forças de esquerda, adiantando que «o partido que, eventualmente, dos partidos de esquerda, pode ser mais vocacionado para conquistar eleitorado do centro, não terá por vezes que recorrer a uma linguagem ou esforços de programação susceptíveis de cativar esse eleitorado? E o que acontece é que essa linguagem e esses esforços de programação acabam por ser os factores fundamentais que trazem a conflitualidade para a área da esquerda.»

Uma solução, defendeu Pezarat Correia, «tem que passar, pelo menos, pela análise de determinadas áreas em que o entendimento possa ser possível. Por outro lado, esse entendimento tem que ser capaz de provocar a inversão do sentido das alianças que até aqui tem marcado o desenvolvimento da vida democrática em Portugal desde o 25 de Abril e que, finalmente, em vez de alianças à direita, se possa fazer alianças à esquerda.»

Valorizando a coligação que dirige actualmente a Câmara Municipal de Lisboa, Pezarat Correia reafirmou que, «se se começarem a definir áreas muito



concretas onde a convergência é não só possível, como até natural e evidente, isso poderá constituir um contributo decisivo para trazer para a alternativa uma componente psicológica sem a qual talvez não se consiga conquistar muito do eleitorado flutuante».

Políticas e armadilhas

Carlos Carvalhas recordou as suas recentes deslocações a França, Espanha, Grécia e Itália, «países com governos de orientações diferentes, de direita ou social-democratas», que têm, no entanto, um ponto comum: «a mesma expressão no plano económico e no plano social - desemprego, trabalho precário, ataques aos direitos dos trabalhadores e à Segurança Social». «Isto mostra que é fundamental o conteúdo da política, não basta a alternância, é necessária a alternativa», sublinhou o dirigente comunista.

Respondendo à questão levantada na intervenção de Pezarat Correia, Carvalhas colocou a con-

«Esta é uma armadilha clássica», lembrou Carlos Carvalhas. «Todo o jogo eleitoral é depois distorcido com a ideia de que estamos, nas legislativas, a eleger um primeiro-ministro, e não haverá vitória das forças democráticas com a transferência de votos do PCP para o PS ou do PS para o PCP».

Perante tal situação, esclareceu o secretário-geral do Partido, «o que dizemos muito claramente é que os nossos votos e os deputados que elegermos contarão sem-

pre para uma alternativa democrática. Mas, posto que o PS se coloca naquela posição, o que afirmamos também é que deixamos de colocar a questão da convergência como um ponto da nossa linha. Dirigimo-nos ao eleitorado com o nosso programa, com as nossas propostas, afirmando-nos claramente como o grande partido da alternativa, como o grande partido da esquerda, e chamando a atenção para que é pelo nosso reforço que haverá a grande possibilidade de uma alteração da política e não apenas de uma alternância.»



Quanto mais PCP, mais esquerda

«Para mim uma pessoa de esquerda ou alguém que preze os valores que esta representa só tem uma opção de voto: dar o maior peso possível à esquerda em cuja seriedade acredita. De facto, a experiência de Lisboa pode ter algo a ver com o que venha a passar-se como experiência nacional; mas não tenho dúvidas nenhuma também de que uma unidade de esquerda politicamente actante será tanto mais de esquerda quanto maior for o peso do PCP nessa unidade de esquerda.»

Aníbal Almeida

Acabar com o mito do mercado

«É preciso armarmos ideologicamente toda a esquerda para perceber esta equação fundamental: há que destruir a ideia de que o mercado é o salvador do mundo e que o Estado intervencionista, a propriedade pública, os socialismos de várias matizes são a pior praga que caiu no universo.»

Há contradições fundamentais que hoje são claríssimas e que o mercado não consegue resolver.

Os problemas do ambiente, que no fundo são os problemas da vida, vêm trazer a necessidade fundamental de se equacionar uma forma de racionalidade que não pode ser a do mercado.

Quando os arautos das virtudes do mercado falam na retoma e na recuperação da economia, acrescentam logo que o desemprego vai aumentar. Que recuperação é essa? Para que serve recuperar uma economia se os homens pagam a conta dessa recuperação?»

Avelãs Nunes

A melhor garantia

«O Livro Branco foi entusiasticamente recebido pelo grande patronato, pelos partidos socialistas e social-democratas. Esse Livro Branco deu expressão escrita e pública às exigências do grande capital europeu: precarizar ainda mais o trabalho, declarar guerra às condições da Segurança Social.»

A alternativa à direita impõe a rotura com esta política e impõe não aceitar a estratégia da União Europeia no que diz respeito às grandes directivas, que, não por acaso, se resumem essencialmente à questão dos trabalhadores. O PS não propõe uma rotura, propõe modificações, novos estilos. Por isso nós consideramos que ele não pode ser alternativa a este Governo, a esta política. A alternativa ao PSD e à política de direita impõe nova maioria, nova política e, acima de tudo, o reforço do PCP. Só com o reforço do PCP, o PS será obrigado a chegar à conclusão de que não há alternativa sem a participação do PCP.»

Sérgio Teixeira



flitualidade na esquerda para além de uma mera questão de palavras, perguntando se «não será também uma questão de conteúdo, concreta» e se «não há aqui também uma armadilha».

E explicou o motivo de tais dúvidas: «Por exemplo, o PS até nos pode dizer, vós, comunistas, deveis estar satisfeitos; neste momento nós dirigimo-nos ao eleitorado do centro, deixamos o eleitorado de esquerda para vocês... Simplesmente isto, que pode ser feito numa pré-campanha eleitoral, no momento exacto dará lugar ao apelo dramático à esquerda porque temos que derrotar a direita.»

Nota da Comissão Política

Os artifícios e malabarismos do PS

Reunida no início da semana, a Comissão Política divulgou, em conferência de imprensa realizada na passada terça-feira, as conclusões da análise dos aspectos mais relevantes da actualidade política nacional.

1. Procedendo ao balanço de uma semana marcada por múltiplas intervenções e tomadas de posição em torno dos sinais, expressões ou manifestações de crise política, a Comissão Política salienta ser uma evidência incontestável que, no quadro dos principais partidos, apenas o PCP assumiu, com coragem e frontalidade, a defesa das iniciativas susceptíveis de promover uma efectiva clarificação da situação política, com a demissão do Governo, a dissolução da Assembleia da República e a correspondente antecipação das eleições legislativas.

Mas é igualmente uma evidência incontestável que esta posição do PCP encontra ampla compreensão e largo apoio na opinião pública nacional e é partilhada por sectores democráticos muito vastos, incluindo dirigentes e militantes de outros partidos.

A Comissão Política sublinha a este respeito que quem caminha para uma situação de isolamento são as forças políticas que, numa questão crucial como esta, se refugiam em artifícios, malabarismos verbais e mesquinhos cálculos eleitoralistas, concedendo, na prática, tempo e margem de manobra ao PSD, ao seu Governo e à sua política.

2. A Comissão Política renova e reafirma a vigorosa crítica do PCP à posição do PS de mistificatória "defesa" de eleições antecipadas, sem dissolução da AR e sem demissão do Governo, e a resultar de uma alteração da Lei Eleitoral, obviamente só possível com o apoio de maioria parlamentar do PSD.

A Comissão Política entende oportuno insistir que esta proposta do PS não corresponde em rigor, a qualquer defesa efectiva de eleições antecipadas mas tão-só e apenas a uma absurda sugestão ou a um amável convite ao PSD para que viabilize uma antecipação das eleições, com a sua manutenção no Governo.

O PCP sublinha que a satisfação com que o Secretário-geral do PS proclama ter conseguido, desta forma, "passar a bola" para o PSD é por de mais elucidativa. É evidente que o PCP não partilha de uma concepção que faz da política um "jogo". Mas mesmo um partido como o PS, que não anda longe dessa concepção e dessa prática, devia compreender que não há jogo importante em que a grande preocupação de uma equipa seja "passar a bola" para a equipa adversária.

A Comissão Política salienta que entregar nas mãos e na vontade do PSD a decisão sobre a antecipação das eleições só poder ter o real significado de que o PS não quer nenhuma antecipação de eleições, embora queira oportunisticamente ficar com a fama de a ter defendido, enquanto conserva o proveito de se manter de facto na sua velha posição de defesa da permanência do PSD no Governo até Outubro do próximo ano.

Se não houvesse - e há - numerosas declarações e atitudes do PS que comprovam esta sua orientação de fundo, aí estariam as declarações do Presidente do PS ao "Jornal de Notícias" de ontem a demonstrá-lo exuberantemente.

Com efeito, na ânsia de carrear argumentos contra a antecipação de eleições, Almeida Santos chegou ao ponto, que não pode deixar de suscitar uma forte reprovação e indignação, de invocar que as eleições antecipadas seriam inoportunas porque, supondo que o PSD hoje estaria a perder por 5 pontos, nada lhe daria que em eleições disputadas na parte final do mandato, o PSD não perderia por 10 pontos.

Trata-se de declarações marcadas por uma despidorada insensibilidade e por um lamentável calculismo eleitoralista, de uma política de "quanto pior para os portugueses, melhor para os resultados do PS", no quadro da qual a continuação da política do Governo e as suas correspondentes agressões e ataques aos interesses e condições de vida do povo são vistas, não como algo que urge travar com a maior urgência como propõe o PCP, mas como um favorável terreno de capitalização eleitoral para o PS.

Os apelos do Secretário-geral do PS à "serenidade" têm assim de ser vistos como reais apelos à resignação e ao conformismo face à política de direita e à continuação do PSD no Governo por mais nove meses.

É também necessário esclarecer que a hoje noticiada admissão pelo Secretário-geral do PS de um "acto formal de dissolução" ou de uma "dissolução técnica" apenas representa uma nova mistificação uma vez que o que caracterizaria essa "disso-

lução" seria igualmente o receber o apoio e a concordância do PSD.

Ao pronunciar-se claramente contra a demissão do Governo e contra qualquer dissolução da Assembleia da República que suscite a oposição do PSD, o PS está, pelo menos objectivamente, a estender uma tábua de salvação ao PSD num momento em que este partido e o seu Governo se encontram particularmente enfraquecidos.

3. A Comissão Política do PCP salienta também a completa falta de escrúpulos e de seriedade e a patente demagogia das posições de Manuel Monteiro e do CDS/PP que, ao mesmo tempo que declararam faltar "raça e coragem" na vida política portuguesa, apenas se investiram a si próprios da ridícula "raça e coragem" de recuar no que haviam afirmado, de meter o Presidente da República e Cavaco Silva no mesmo saco, de fazerem patéticos apelos a que se entendam até ao fim do ano e de ameaçarem virem, a prazo!, a defender eleições antecipadas.

4. A Comissão Política salienta que as diferentes posições do PCP, do PS e do CDS face à questão da demissão do Governo e da dissolução da AR relevam uma diferença fundamental de posicionamento face à política do Governo do PSD e de proposta política própria.

O PCP é o único a defender a demissão do Governo e a dissolução da AR porque é o único que salienta o carácter intolerável da política do PSD e da sua continuação por mais tempo e é o único que se bate por uma nova política que represente uma efectiva ruptura com os objectivos, as concepções e os métodos da política de direita, enquanto o PS se propõe realizar uma política similar à do PSD em aspectos essenciais e o CDS apenas se propõe vir a ser parceiro do PSD no agravamento da política de direita, designadamente com o aprofundamento da ofensiva contra os direitos sociais e com a ampliação das já escandalosas benesses concedidas ao grande capital.

5. A Comissão Política do PCP considera que a provocatória alegação do PSD de que o Presidente da República teria perdido a legitimidade política e a insinuação de que deveria renunciar, não constituindo qualquer sinal de força ou segurança, devem entretanto ser interpretadas como um esclarecedor aviso dos níveis de hostilidade e provocação institucional a que o PSD não deixará de recorrer a partir do momento em que o PR já não possa exercer o poder de dissolução e em que a demissão do Governo já seja difícil de concretizar.

A escalada de insolência e provocação consagrada pelo Conselho Nacional do PSD só reforça a justeza das medidas clarificadoras preconizadas pelo PCP.

Mas a principal razão e fundamento para essas medidas, continua a estar, no ponto de vista do PCP, no agravamento dos problemas dos portugueses e do país causado pela política do Governo do PSD, continua a estar na necessidade imperiosa de interromper e derrotar eleitoralmente uma política que torna mais difícil e amargo quotidiano da maioria das famílias, que amplia a exploração dos trabalhadores e faz guerra aberta aos seus direitos, que aumenta o desemprego, que mantém os reformados e pensionistas numa situação dramática, que procura impor em 1995 uma nova degradação dos salários reais, que se mostra continuamente incapaz de assegurar o desenvolvimento económico e social do país ao serviço de todos, que promove a instabilidade, a desestabilização e a insegurança nas mais importantes esferas da vida nacional.

6. A Comissão Política do PCP salienta que a desorientação, o nervosismo e o susto em que o PSD está mergulhado criam condições particularmente favoráveis para a intensificação da resistência e da luta popular contra a política do Governo, forçando-o a recuos e obrigando-o a satisfazer reivindicações essenciais no momento presente.

Uma confiante e audaciosa intervenção dos trabalhadores e de outras camadas da população e uma forte dinamização da movimentação social são, por um lado, essenciais para conter a ofensiva governamental e, por outro lado, uma contribuição determinante para que venha a ser possível o afastamento do PSD do Governo e seja dada palavra ao povo.

7. Com os votos favoráveis dos deputados eleitos pelo PSD e CDS e com a abstenção do PS, foi aprovado no Parlamento Europeu um conjunto de medidas visando antecipar para Janeiro de 1996 a integração de Portugal na Política de Pescas Comum, perspectiva que estava até agora apontada para o ano de 2002.

O conjunto de medidas aprovadas representam um grave atentado à sobrevivência do já debilitado sector pesqueiro nacional. Designadamente porque: abrem a possibilidade da abertura a frotas comunitárias da nossa zona das 12 milhas (mar territorial), local onde se encontram os nossos principais recursos de pesca. É aqui que operam 4/5 dos nossos pescadores e é daqui que se recolhem 85% do valor do pescado nacional.

Para além disso, as chamadas "zonas sensíveis" dos Açores e Madeira ficam também na situação de livre acesso às frotas comunitárias o que também representa idênticas dificuldades à sobrevivência do sector pesqueiro nas regiões autónomas.

Acresce que ao conjunto destas medidas se somam ainda outras tendentes à redução dos esforços de pesca, numa linha que tem conduzido ao sistemático abate de embarcações tendo como consequência uma contínua redução do peso e valor das pescas nacionais. Portugal passou, no curto espaço de oito anos, de uma posição de grande produtor e exportador de produtos de pesca para a situação de país importador de que é exemplo o facto de 1992 se terem já gasto 100 milhões de contos em importações e não terem passado de 35 milhões o volume das exportações efectuadas.

A gravidade das medidas agora aprovadas no PE, às quais só os deputados eleitos pelo PCP se opuseram, não só representam um grave atentado à nossa soberania, mas significam um duro golpe à existência de uma actividade económica com tão largas tradições no nosso país.

A aprovação destas medidas pelos deputados do PSD e do CDS e a própria abstenção dos eleitos do PS, demonstram quão falaciosa é a sua preocupação pela defesa dos interesses da economia nacional e da situação do nosso povo.

8. Com o aproximar do final do ano de 1994, a Comissão Política do PCP sublinha que o seu curso ficou marcado por um acentuado isolamento social e um crescente descontentamento em relação à política desenvolvida por este Governo, pela importante derrota sofrida pelo PSD nas eleições para o Parlamento Europeu, pelo cancelamento do processo de revisão constitucional que, a ter-se concluído, representaria um duro golpe na natureza e características do regime democrático.

O ano de 1994 ficou também marcado pela extraordinária participação popular nas comemorações dos 20 anos do 25 de Abril, de que é exemplo o grandioso desfile realizado em Lisboa e por um conjunto diversificado de lutas que teve nos protestos da Ponte 25 de Abril uma dos seus pontos mais altos e expressivos.

Em todo este período e nos seus acontecimentos mais marcantes, ficou patente a importância e o papel neles desempenhado pelo PCP e a indispensabilidade da sua presença e participação na construção de uma alternativa ao Governo do PSD e à política de direita.

Tais acontecimentos constituem sinais de esperança para o ano próximo no sentido de nele se ampliar um vasto movimento de luta contra a política deste Governo, elemento indispensável para a concretização da derrota da direita e a construção de uma alternativa política e de uma política alternativa.



Carlos Luís Figueira apresentou, terça-feira, as conclusões da Comissão Política

DORBE denuncia Governo nega verbas ao Alentejo mas oferece 80 milhões aos antigos agrários

Na passada terça-feira, a DORBE do PCP promoveu uma conferência de imprensa em que protesta contra a intenção do Governo de distribuir 80 milhões de contos aos antigos agrários. A declaração do deputado António Murteira considera:

«O "Expresso", o "Diário de Notícias", a "TV", montaram uma campanha para dar cobertura ao escândalo que o Governo prepara, quando pretende oferecer 80 milhões de contos, não aos verdadeiros agricultores alentejanos, para estes investirem na agricultura, mas a cerca de mil ou mil e quinhentas famílias latifundiárias.

«O ministro da Agricultura, quando interpelado na Assembleia da República, por António Murteira, deputado do PCP pelo distrito de Beja, sobre esta matéria, visivelmente comprometido, apenas foi capaz de dizer que isso era um assunto ainda em

discussão no Governo, que nada estava decidido.

«A campanha montada para tentar justificar o bodo de 80 milhões às famílias latifundiárias, procura fazer passar por "vítimas" e "desalojados" os antigos agrários. Antigos agrários que, como se sabe, se comportaram como carrascos, oprimiram e exploraram, deixaram no maior dos atrasos a agricultura alentejana, ficaram a dever dezenas de milhões de contos à banca comercial e ao Estado e foram um dos suportes principais do regime fascista.

«Despudoradamente, as verdadeiras vítimas e desalojados,

que foram os trabalhadores da agricultura, os pequenos agricultores e rendeiros, as populações rurais, são apontados como os carrascos que ocuparam as terras que os senhores tinham ao abandono ou subaproveitadas, e as puseram a produzir, criando mais de 50 000 novos postos de trabalho, e dignificando a vida humana em cerca de 1/3 do território nacional.

«Esta campanha constitui, de facto, uma tentativa desavergonhada de branquear o papel dos latifundiários e de reescrever, ao contrário, a história do Alentejo.

«O Governo diz que não há dinheiro para arrancar com Alqueva, para irrigar a margem esquerda do Guadiana e o Alentejo Central, para apoiar os verdadeiros pequenos e médios

agricultores e rendeiros alentejanos e do país;

«Diz que não há dinheiro para construir as barragens do Enxóe com a componente de regadio; dos Minutos; da Gema e de Água Branca;

«Diz que não há condições para baixar as taxas de juro para a agricultura, nem para baixar os preços dos factores de produção (máquinas, alfaías, adubos, sementes, pesticidas) que são os mais caros da Europa comunitária;

«Diz que não há dinheiro para criar um Rendimento Mínimo de Subsistência para todos aqueles e aquelas que o Governo e os antigos latifundiários lançam no desemprego e na miséria;

«Diz que não há dinheiro para apoios suficientes às autarquias.

«Mas haveria, se o novo escândalo do governo Cavaco

Silva fosse para a frente, 80 milhões de contos para as antigas famílias latifundiárias que oprimiam e exploravam o Alentejo e os alentejanos, esbanjaram onde e como lhes apetecesse, como nos "bons velhos tempos!"

«Protestamos e exigimos que não vá para a frente este novo escândalo!

«A melhor garantia para que esta nova injustiça não seja cometida é a demissão imediata do Governo e a convocação de eleições antecipadas».

Alqueva perde 6 milhões

No encontro com os jornalistas, foram ainda divulgadas as propostas dos comunistas para o distrito, apresentadas

pelo Grupo Parlamentar durante a discussão das Grandes Opções do Plano e Orçamento de Estado para 1995. A DORBE denuncia ainda que o OE para o próximo ano retira seis milhões de contos ao Plano do Alqueva, já que «de acordo com o PDR 1994/99, deviam ter sido orçamentados para Alqueva 4 milhões e 800 mil contos em 1994 e 7 milhões de contos em 1995, num total de 11 milhões e 800 mil contos.

«O OE de 94 apenas orçamentou 1 milhão e 200 mil contos e o OE/95 prevê apenas 4 milhões e 900 mil contos, num total de 6 milhões e 100 mil contos».

Ou seja, como explicou António Murteira, «em apenas dois anos, o Governo prejudica e atrasa o Empreendimento Alqueva em cerca de 6 milhões de contos».

Sintra organiza intervenção junto dos trabalhadores

Na sequência da realização da Conferência Nacional do PCP, realizou-se uma reunião de camaradas que trabalham em empresas do concelho de Sintra, no passado sábado na Junta de Freguesia de Aqualva-Cacém, aproveitando-se para apresentar um organismo concelhio que irá coordenar o trabalho de organização do Partido junto dos trabalhadores.

Nesta reunião, para a qual foi convidado o camarada Álvaro

Cunhal, estiveram trabalhadores de grandes empresas do concelho. Dirigida por Romeu do Rosário, na mesa estavam ainda António Cordeiro, Luís Picareta (Portalex), Manuel Adelino (antigo trabalhador da Cel Cat), Oliveira e José Manuel (Câmara/SMAS), Sérgio Ribeiro (Cel Cat), Franco (Vesauto), Aires Pereira (Centralcer) e Hélio Rodrigues (Hoescht).

Durante os trabalhos, foram discutidos os problemas e as

perspectivas de organização partidária junto dos trabalhadores de Sintra, num debate que foi enriquecido pelos contributos dados pelos relatos de experiências pessoais em cada empresa, que muitos camaradas quiseram dar a conhecer.

No final, interveio o camarada Álvaro Cunhal, que realçou a importância deste tipo de reuniões, que «podem ser decisivas para a defesa dos trabalhadores» e mesmo «para o futuro do Par-

tido», começando por relembrar os períodos da organização de comunistas nas empresas: durante o fascismo, na revolução e a partir de 1976.

O Presidente do Conselho Nacional do Partido referiu que foi durante o fascismo que o PCP, através de importantes células em muitas empresas, estabeleceu as raízes profundas da ligação que tem com os trabalhadores portugueses. Relembrou que no período revolucionário, também as células de comunistas tiveram um papel

importantíssimo na intervenção dos trabalhadores para o desenvolvimento das empresas, conseguindo conquistas únicas na Europa Ocidental que ainda hoje perduram e que a direita não conseguiu totalmente eliminar: foi a referência ao controlo operário, às nacionalizações e às empresas intervencionadas.

A partir de 1976, com a direita a privatizar e a destruir o aparelho produtivo nacional, a proceder a despedimentos selectivos que incluíam dirigentes sindicais e membros do PCP, mui-

tas células comunistas foram substancialmente reduzidas.

Fazendo a distinção entre a organização sindical e o seu trabalho específico e o papel político das células de empresa, o camarada falou da recente Conferência Nacional do Partido e do seu papel impulsor para a melhoria da organização partidária junto dos trabalhadores, sublinhando as centenas de iniciativas realizadas no seu âmbito e as soluções que se começam a encontrar para ultrapassar as actuais dificuldades.

Debate no Porto

O acesso ao Direito

O Direito está cada vez mais afastado dos cidadãos e é urgente criar um movimento cívico que alerte a opinião pública e o poder político para os casos de desrespeito da lei e de incumprimento dos princípios constitucionais nesta matéria. Esta ideia, surgida pela voz do advogado portuense Mário Brochado Coelho, viria a merecer o apoio doutros intervenientes no debate realizado na passada sexta-feira, no hotel Tuela, em que participou cerca de meia centena de advogados e magistrados.

Nas intervenções dos membros da Mesa, tanto na comunicação do dr. Mário Brito, juiz conselheiro jubilado, que analisou a jurisprudência existente, como na intervenção do dr. Marcelo Varela, membro do Conselho Distrital da Ordem dos Advogados, que referiu diversas situações comprovativas do distanciamento dos cidadãos em relação à justiça, ficou claro que existe uma discriminação social no acesso ao direito.

Na origem da actual situação existe uma falta de informação da maioria da população, desconhecadora dos seus direitos, o que a impede de utilizar os poucos meios que o Estado, através do Governo, coloca à sua disposição. Existe abundante informação sobre deveres e obrigações dos cidadãos, mas ela é

escassa no que respeita aos seus direitos. Seria por isso importante a criação de uma associação que promovesse a prestação de informações, designadamente através do acesso a uma base de dados jurídicos.

«Não temos uma administração aberta e transparente, o que favorece a corrupção e a actual organização judiciária não contribui para a celeridade processual», afirmou o camarada Macedo Varela, salientando que se trata duma questão de vontade política que os governos PSD não têm mostrado.

O deputado João Amaral acentuou as responsabilidades da actual maioria na degradação da qualidade da administração da justiça, e lembrou as mal sucedidas tentativas do PSD de limitar a independência dos magistrados e condicionar a sua actividade.

O camarada Jorge Sarabando, que ao iniciar o debate, defendeu que o direito à justiça, estabelecido no artigo 20º da Constituição, deve ser dignificado e colocado em primeiro plano entre outros direitos democráticos, recordou as propostas apresentadas pelo PCP em 1991, nomeadamente a instalação de um Instituto de Acesso ao Direito, como mantendo a sua validade, necessitando apenas de alguns reajustamentos.

8.ª Assembleia dos bancários

Realizou-se no passado sábado, dia 17, no Hotel Plaza, a 8ª Assembleia da Organização dos Bancários de Lisboa do PCP, onde estiveram os camaradas Luís Fernandes, membro do Comité Central e responsável pela Organização da Cidade de Lisboa e Henrique de Sousa, membro do Secretariado do Comité Central.

Foi uma Assembleia onde se travou um vivo debate virado para o futuro, com a preocupação de reforçar a organização, introduzindo-lhe algumas alterações a fim de melhor chegar a voz e ligação do Partido aos bancários, numa perspectiva de uma intervenção mais dinâmica em torno da defesa dos seus interesses e direitos.

Perpassaram por todas as intervenções temas como o rejuvenescimento e o crescimento da organização, com orientações claras acerca do trabalho junto designadamente dos jovens bancários que representam cerca de 1/3 do total dos trabalhadores, sendo as mulheres também uma parte significativa.

A informação, a propaganda e a comunicação foram abordadas na consideração que são meios importantes de ligação aos trabalhadores e, nesse contexto, foi decidida a emissão de um boletim sectorial do Partido, para emanação dos proble-

mas da Banca e das propostas dos comunistas. Ainda a este nível, foi unânime a preocupação do alargamento da venda e leitura do «Avante!» e «Militante».

Por fim, a 8ª Assembleia da Organização dos Bancários de Lisboa, constatando atrasos na discussão de questões do Sector, entendeu que há vários problemas económicos, sociais e laborais que exigem uma profunda e actualizada reflexão.

Neste contexto, decidiu promover a realização de debates abertos aos trabalhadores bancários, antecedidos de discussão interna em toda a organização, sobre um vasto conjunto de temas que abrange o sistema bancário, a acção e intervenção sindical e a protecção social.



Comunistas de Beja realizam 3ª Assembleia Regional

Voltados para a acção por uma nova política

«Cavaco Silva está abalado pelo fracasso da sua política e pela maré de irregularidades e corrupção» que assola o país, afirmou Álvaro Cunhal no encerramento da 3ª Assembleia da Organização Regional de Beja do PCP, que decorreu no passado domingo na Casa da Cultura da capital do Baixo Alentejo.

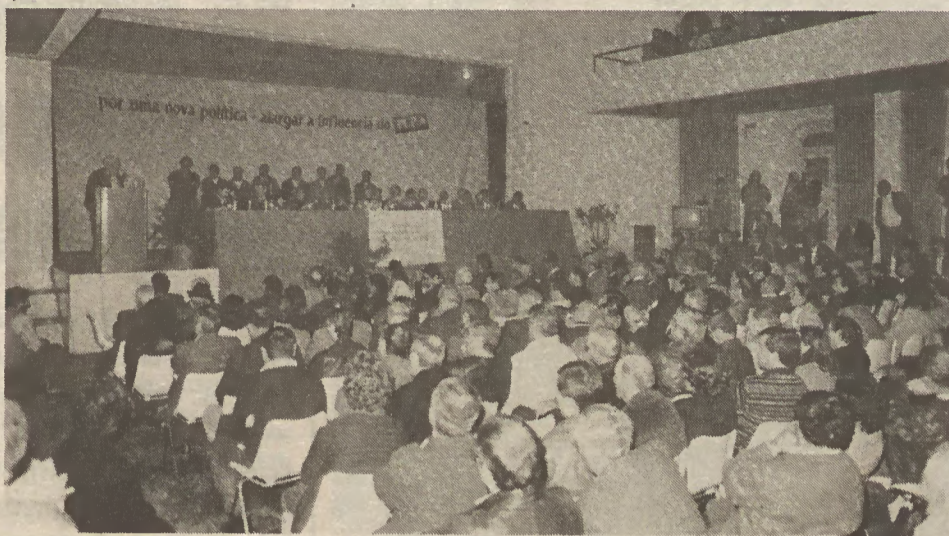
Considerando que a ofensiva do Governo PSD atinge profundamente o sistema democrático nas suas vertentes económica, social, política, cultural e, acrescentou, nacional, Álvaro Cunhal não poupou críticas ao PS, nomeadamente pelas responsabilidades que teve na destruição da reforma agrária e pelo desinteresse que sempre demonstrou em relação aos problemas do Alentejo.

O dirigente fundamentou a necessidade de interromper a acção do Governo, afirmando que se justificam plenamente as reclamações do PCP de dissolver a Assembleia da República, demitir o Governo e antecipar as eleições. Como referiu, a situação do País é tal que uma

iniciativa nesse sentido poderia garantir a derrota da direita.

Criticando a posição dúbia do PS em relação a esta matéria, Álvaro Cunhal condenou as declarações de António Guterres no sentido de se chegar a um entendimento na Assembleia da República para alterar a lei eleitoral de forma a permitir a realização das eleições em Junho.

Mais adiante, Álvaro Cunhal falou sobre o reforço do PCP, sublinhando que contrariamente ao que muitos diziam, o Partido não está condenado ao declínio irreversível. «Um dos sintomas», explicou, «é a aproximação da juventude ao PCP, ao nosso ideal, às nossas soluções, à nossa maneira de estarmos na política e na vida»,



Álvaro Cunhal que lembrou a adesão crescente dos jovens ao partido e à JCP.

Já no final da sua intervenção, o dirigente destacou a importância das conclusões da 3ª Assembleia de Beja, designadamente da Resolução aprovada que não só contém as propostas necessárias para resolver a grave situação social e económica do Alentejo, como aponta caminhos concretos para o

envolvimento de todo o Partido e do povo na luta pela sua realização.

Logo na abertura dos trabalhos, António Vitória, responsável da DORBE, afirmava perante os delegados que «estamos aqui hoje, unidos e coesos, não para carpir dificuldades e desânimos, não para constatar situações ou desvalorizar resultados, mas sim animados no sentido de encontrar as respostas e cami-

nhos que permitam com êxito prosseguir a nossa acção».

O responsável da DORBE salientou que «apesar de todos os vaticínios de desaparecimento eleitoral» o PCP continua a ser no distrito de Beja «a maior e a mais importante força eleitoral (...) ficando em maioria em 10 dos 14 concelhos do distrito e com importantes posições em 3 dos 4 para as eleições autárquicas, elegendo 2 dos

4 deputados possíveis pelo círculo eleitoral de Beja para Assembleia da República e atingindo a significativa percentagem de 43,7 por cento para o Parlamento Europeu».

Também relativamente ao reforço da organização, António Vitória informou que no decorrer de 1994 «se tem verificado um importante reanimar da actividade do nosso Partido e da JCP», destacando a realização de várias assembleias concelhias, dezenas de reuniões e plenários, o Encontro Distrital da JCP, a maior disponibilidade de camaradas para assumir tarefas e, sobretudo, «a notável alteração que se verifica ao nível do recrutamento de novos militantes para o Partido e para a JCP. Com efeito, só no ano de 1994, apesar de não haver qualquer campanha especial de recrutamento, aderiram ao nosso partido mais de 100 camaradas, grande número deles jovens, e no mesmo período inscreveram-se na JCP cerca de 100 jovens».

As propostas do PCP para os problemas do Alentejo

Centrado na necessidade de lutar «por uma alternativa democrática, só possível com o reforço e participação do PCP», a resolução política aprovada pela 3ª Assembleia Regional de Beja faz uma análise profunda da grave crise económica e social da região, apresentando uma largo conjunto de propostas que «resultam de um trabalho sério e de diálogo aberto e franco com os mais diversos sectores e entidades».

O documento constata que o mundo rural vive uma profunda crise «resultante sobretudo da destruição da agricultura e da ausência de sérias e eficazes políticas de desenvolvimento regional e nacional».

No caso do Alentejo, a Resolução afirma que «a destruição pela violência das UCPs/Cooperativas da Reforma Agrária pelos sucessivos governos da responsabilidades do PS/PSD/CDS, sozinhos ou aliados entre si, e sobretudo pelo Governo PSD/Cavaco Silva apenas serviu (...) para destruir milhares de postos de trabalho, reconstituir no essencial a grande propriedade e o latifúndio».

Tal como foi salientado por vários intervenientes ao longo dos trabalhos da Assembleia, a Resolução aprovada sublinha que «está por resolver a questão chave do desenvolvimento do Alentejo», ou seja, «a questão da estrutura da posse e do uso da terra, a questão da reforma agrária».

Alqueva e do Plano de Rega do Alentejo, já com um atraso de 20 anos, os comunistas de Beja afirmam que «o Governo e o PSD não têm sabido acompanhar e apoiar a extraordinária dinâmica do Poder Local». A prová-lo está o incumprimento das Lei das Finanças Locais, expediente adoptado pelo Governo para «esbulhar cerca de 5 milhões de contos em apenas 2 anos (1992-1993)».

A esta questão, junta-se o «boicote à criação e instituição

quias, agentes económicos e sociais».

Em resultado da crise provocada por esta política do PSD e do seu Governo o Alentejo conhece a desertificação e o envelhecimento, enquanto o desemprego afecta já 20 por cento da população activa.

«Nas casas de muitas famílias começa a escassear o estritamente necessário. Cresce a instabilidade nas pessoas, nas famílias, na sociedade», refere o texto.

Desenvolver

É convicção dos comunistas que «o Alentejo e o distrito de Beja têm potencialidades e recursos que, com uma nova política e um novo governo, lhe permitem encarar o futuro de

tejo, das quais destacamos apenas algumas.

A Reforma Agrária surge à cabeça como a única solução para a «secular questão da estrutura da posse e do uso da terra», cuja necessidade se torna mais premente face à perspectiva da construção do empreendimento de Alqueva e do Plano de Rega do Alentejo».

Esta reforma terá de assentar numa nova agricultura que «sirva de base à criação de um sistema misto de transformação e comercialização agro-alimentar e beneficie da diminuição das taxas de juro e do custo dos factores de produção».

Reclamando a alteração da Política Agrícola Comum, «inevitável com a adesão de novos países e devido aos efeitos desastrosos que tem tido», os comunistas exigem que Portugal possa produzir os bens agro-alimentares necessários ao País, de forma a evitar a desertificação e morte do mundo rural português.

Quanto ao Alqueva e Plano de Rega do Alentejo, o PCP defende que:

«O empreendimento de Alqueva assegure a rega da Margem Esquerda do Guadiana e do Alentejo Central, sem diminuir as áreas previstas para a margem direita do Guadiana no baixo Alentejo.

«Se proceda, desde já, à recuperação e reconversão dos Perímetros de Rega do Roxo, Odivelas e Mira e de outros perímetros de rega do Alentejo que totalizam cerca de 70 mil hectares.

«Se proceda sem mais demoras à construção de outras barragens tais como Enxoé (Ser-

pa/Mertola), Gema e Monte Branco (Odemira).

«Se faça desde já a ligação das albufeiras de Alvito, Odivelas e Roxo, com vista a uma gestão racional da água disponível

«Se defina os sistemas culturais e de programas de formação de recursos humanos».

Por outro lado, a Resolução Política é favorável à criação de uma base industrial diversificada, ao aproveitamento dos recursos costeiros e a aquacultura, debruçando-se em pormenor sobre o estudo e concretização de grande projectos estruturantes no âmbito de um Plano Integrado de Desenvolvimento.

A promoção do turismo, a preservação do ambiente e o

reforço das verbas para o PDR/Alentejo são ainda outros pontos importantes analisados na resolução política, que não esquece a área dos recursos humanos, a melhoria das condições de Saúde no distrito, apelando à dinamização da luta para que o Governo e a maioria PSD na AR cumpram a Constituição e ponham termo ao boicote que têm feito à criação e instituição das Regiões Administrativas.

Por fim, é de salientar que os comunistas propõem a criação de um rendimento mínimo nacional para todos os desempregados que não recebam outro subsídio, situação comum numa região em que o desemprego é já uma calamidade.



das regiões administrativas». Para o PCP, o Governo procura assim governamentalizar a gestão dos fundos comunitários, favorecendo «clientelas e estratégias estritamente partidárias alheias aos interesses do Alentejo e em crescente confronto com a vontade expressa das autar-

uma forma positiva e esperançosa».

É com base neste pressuposto e na determinação do PCP de continuar a «intensificar a acção e a luta» pela sua concretização, que a 3ª Assembleia aprovou um amplo conjunto de propostas para desenvolvimento do Alentejo.

Melhor e maior intervenção

Aprovada pelos delegados, a proposta para a nova Direcção da Organização Regional de Beja foi constituída com o objectivo de simplificar a estrutura e permitir um maior e melhor intervenção. Deste modo, como explica a resolução política da 3ª Assembleia, «a proposta de uma Direcção Regional mais reduzida que a anterior e da criação de um Conselho Regional mais amplo, do qual farão parte os quadros mais destacados nos diversos concelhos, frentes de trabalho, de massas e institucionais, visa dar resposta a duas preocupações centrais: por um lado assegurar um organismo de direcção que torne as reuniões menos pesadas, mais operacionais e mais frequentes e por outro lado assegurar a participação de um maior número de quadros, forma mais flexível e de acordo com as responsabilidades que assumem no Partido, possibilitando o se contributo na definição das grandes linhas de orientação do Partido no distrito».

A actual Direcção Regional conta 23 camaradas, dos quais 17 pertenciam à anterior DORBE e 6 foram propostos pela primeira vez. A composição social denota a presença de operários industriais e agrícolas, empregados, intelectuais e quadros técnicos.

Menos cinco milhões em dois anos

Acusando as políticas do PSD e do PS de «ineficácia», bem patente no caso do projecto do



O Padre Constantino Alves foi uma das muitas personalidades que participaram no debate

«O racismo e a xenofobia não são fenómenos naturais»

Com a participação de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, decorreu no passado sábado, no centro de trabalho Vitória, em Lisboa, um debate subordinado ao tema «Integração social, exclusão, racismo e xenofobia». No final da iniciativa, que se inseriu no âmbito do «Debate com o País para uma Nova Política», Carvalhas proferiu uma intervenção de que publicamos alguns excertos:

(...) «Neste nosso Encontro, várias foram as intervenções que nos lembraram que para melhor compreendermos os fenómenos há que observá-los pelos diversos ângulos, pelos diferentes lados. Face à crise, à falta de emprego, de habitação e à intensificação da exploração, face à insegurança e ao aumento da delinquência não falta quem procure utilizar, como bode expiatório, os imigrantes. E muitos dos que o fazem serão os mesmos que terão uma atitude de indignação quando uma notícia relata que compatriotas seus, são maltratados, injuriados, segregados ou desenfreadamente explorados nas terras de emigração! As duas faces da mesma moeda engendradas pelo mesmo modo de produção mas que há quem os olhe de maneira diferente. Amin Maalouf no seu livro «As cruzadas vistas pelos Árabes» diz-nos que partiu de uma ideia simples contar a história das cruzadas tal como elas foram vistas, vividas e relatadas no «outro campo», ou seja, do lado árabe, em que os historiadores e cronistas não as denominaram de cruzadas, mas de guerras ou de invasões francas. É o outro lado das coisas. De facto, vê-se e pensa-se de uma maneira diferente numa choupana ou num palácio.

«Como já foi afirmado «racismo e xenofobia não são um fenómeno natural inevitável e inerente ao Homem. Trata-se, isso sim, de um instrumento que ao longo da História esteve e está ao serviço das classes dominantes».

«E estamos de acordo que há que conceber o combate ao racismo e à xenofobia como algo mais que uma acção de solidariedade para com as suas vítimas, como uma acção transformadora da sociedade.

«Combate que no nosso país deve ter desde logo em conta que a política do Governo, não só não tem conduzido a políticas de integração e de bem-estar das comunidades de imigrantes, como pelo contrário, com o chamado processo de legalização extraordinário deixou de fora milhares de cidadãos numa situação de total desprotecção, um exército de desprotegidos, marginalizados e prontos a serem explorados sem quaisquer direitos.

«E recorde-se também que o Governo, além de ser um zeloso e subserviente defensor dos acordos de Schengen, já por mais de uma vez utilizou o racismo como bode expiatório. É exemplo que ilustra bem a sua mentalidade e o seu maquiavelismo a actuação do SIS na elaboração e divulgação de um chamado «relatório social» sobre a violência na Grande Lisboa, em que eram responsabilizados exclusivamente, na sua expressão, «os bandos dos negros»!

«E é preciso ter em conta que o momento escolhido para tal divulgação não foi fortuito. O Governo estava nessa altura em confrontação com o Presidente da República a propósito do veto às retrógradas alterações à Lei do Asilo.

Por uma política de imigração

«Em Portugal, vivem e trabalham hoje muitos milhares de cidadãos oriundos de outros países,

nomeadamente das ex-colónias, com destaque para a comunidade dos cabo-verdianos. E como é sabido muitos deles vivem em condições de extrema miséria. Deslocados, desprotegidos, permanecendo muitos em situação ilegal, estão e são sujeitos a toda a espécie de discriminações, a formas brutais de exploração e sem protecção social e jurídica.

«O Estado deve assumir as suas responsabilidades para com os imigrantes que vivem e trabalham em Portugal, salvaguardando os seus interesses e direitos e aprofundando os laços de amizade e cooperação entre Portugal e as comunidades imigrantes.

«A melhoria do nível e de qualidade das condições de vida do povo exige uma política democrática, uma política que concretize na prática os direitos sociais, económicos e culturais dos cidadãos e dos cidadãos imigrantes, uma política que tenha como objectivos centrais aumentar o emprego, combater as injustiças sociais, melhorar significativamente os serviços e equipamentos de grande importância social (segurança social, saúde, ensino, habitação e transportes). Um Portugal moderno e solidário, não é um Portugal resignado perante o desemprego, o trabalho precário, as manifestações racistas e xenófobas, os baixos salários e a incerteza no dia de amanhã. Importa por isso legalizar os imigrantes que se encontram numa situação irregular, proteger o uso das suas línguas e culturas, adoptar medidas que respeitando as particularidades culturais, facilitem a sua integração na sociedade portuguesa, promover o apoio escolar e a protecção profissional e uma acção fiscalizadora que proteja os imigrantes dos novos «negreiros».

«Este é um combate que deve ser permanente e que necessita do empenho de todas as forças do progresso». (...)

Entre vários outros intervenientes, Carlos Gonçalves usou da palavra para afirmar que «vivemos numa sociedade - a do caudilhismo de sucesso PSD/Cavaquista - em que vão sendo desmascarados os elementos de desumanidade que confrontam os cidadãos com a mais elementar consciência cívica».

Este camarada considerou a seguir que «a culpa é da realidade *sem vergonha* que teima em emergir do «oásis» cavaquista, o desemprego e a fome, as incontáveis bolsas de miséria, os guetos das minorias étnicas marginalizadas, as alamedas da toxicoddependência, da prostituição e da degradação, sórdidos expoentes de dez anos de PSD a (des)governar o país, subprodutos da compulsiva concentração e centralização de capitais, da convergência nominal de Maastricht, da destruição do aparelho produtivo e do ataque brutal ao «Estado providência»...»

«E é neste quadro que a intolerância, a xenofobia e o racismo se afirmam como vectores da governação do PSD e se traduzem em medidas de política, ou surgem como instrumentos de propaganda mais ou menos disfarçada ou subliminar», disse Carlos Gonçalves.

Octávio Teixeira no Parlamento Clarificação da situação política passa por eleições antecipadas

A dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições antecipadas com vista a clarificar e ultrapassar a presente crise económica, social e política e o actual conflito institucional foi defendida pelo presidente da bancada comunista, Octávio Teixeira, em declaração política proferida hoje oito dias no Parlamento.

Ao reiterar esta posição, recentemente explicitada pelo Comité Central do PCP, para Octávio Teixeira a questão afigura-se com singela clareza:

«Se o Governo e o PSD estão a «gangrenar» o País não é lícito que se permita que a gangrena alastre. É necessário proceder à amputação do mal».

Do que se trata, por conseguinte, do ponto de vista do PCP, é de «pôr termo rapidamente» à profunda crise política actual, devolvendo a palavra ao povo, na consideração de que «não é aceitável que a instabilidade política se prolongue no tempo, com prejuízos acrescidos para a economia e sociedades portuguesas, e para o próprio regime democrático».

Foi aliás desta realidade hoje sentida pela generalidade dos portugueses que desenvolvadamente falou Octávio Teixeira, pondo em relevo um conjunto de factos relacionados com a situação económica e social, com o descontentamento de cada vez mais amplas camadas sociais, com a degradação da democracia e do regime democrático, com o clima permissivo de corrupção e com a acção governativa visando dificultar a actuação autónoma e independente de outros órgãos de soberania em simultâneo com o reforço do seu poder à custa da redução do poder judicial.

Recordados por Octávio Teixeira da tribuna foram, nomeadamente, no que se refere à situação da economia portuguesa, o seu afastamento da média comunitária nos últimos quatro anos, bem como as razões intrinsecamente internas que levaram à profundidade da crise, a par de uma política económica que está a generalizar «a inviabilização de empresas e de sectores e a provocar profundos estragos na indústria, na agricultura e nas pescas».

Um quadro de degradação que encontra paralelo na situação social, caracterizada, no fundamental, como lembrou o presidente da formação comunista, nos níveis «record» atingidos mensalmente pelo desemprego, nas reduções reais dos salários de grande parte dos trabalhadores, nos baixos valores da pensões e reformas e no número crescente de cidadãos atingidos pela marginalização e pela exclusão sociais.

Para a degradação da democracia e do regime democrático chamou igualmente a atenção Octávio Teixeira, fazendo notar a este respeito que ela se manifesta,

na legítima participação dos cidadãos e das suas associações na vida nacional».

Criticada por Octávio Teixeira foi ainda a posição do PSD em relação ao Presidente da República - numa referência à reacção da maioria governamental à entrevista de Mário Soares ao «Diário de Notícias» -, sublinhando a propósito que tal posição evidência, por um lado, o «clima de crescente tensão e conflito institucional», e, por outro, o «nervosismo, a inquietação e a desorientação que atravessam o Governo e o PSD».

designadamente, na substituição, por parte do Governo, «do diálogo e audição da vontade popular pelo autismo político face à realidade económico-social, pelo autoritarismo, pelo uso repressivo das forças policiais, pela ilegal intervenção dos serviços de informações

Obrigatoriedade do BI

O diploma governamental que estabelece a obrigatoriedade do porte de documento de identificação, cuja inconstitucionalidade fora declarada pelo Tribunal Constitucional em Agosto passado, foi aprovado pela Assembleia da República em votação final global.

Depois de alterado, o decreto voltou ao Parlamento, sendo aprovado apenas com os votos do PSD e com os votos contra do PCP, PEV e independente Corregedor da Fonseca e as abstenções do PS e CDS/PP.

Pronunciando-se sobre esta matéria, a deputada comunista Odete Santos considerou que «ou o Governo pretende ocultar um rotundo fracasso de uma proposta que colocava todos os cidadãos sob suspeita e retoma pleonasticamente as disposições do Código do Processo penal ou, por detrás de uma aparente redundância, visa instituir medidas de polícia que subtraíam a investigação criminal de direcção do Ministério Público».

Neste sentido, a deputada comunista questionou-se sobre se as alterações ao diploma significam «uma mera operação de cosmética de um rotundo fracasso ou um passo mais no sentido da policialização da investigação criminal». Narana Coissoró, do CDS/PP, contestou também o espírito da nova proposta apresentada por Carlos Encarnação à Assembleia da República, considerando existir «um exercício larvar de ditadura da maioria», quando o PSD defende «com o mesmo entusiasmo» diplomas substancialmente diferentes.

A proposta aprovada, assinala-se, restringe as situações em que o porte de documento é obrigatório e reduz de seis para duas horas o tempo máximo de permanência dos cidadãos nos postos policiais para identificação.

Caso OGMA

A Assembleia da República aprovou a realização de um inquérito parlamentar ao alegado caso da ajuda militar prestada por Portugal, através das OGMA, ao governo de Angola, proposto pelo CDS/PP.

O inquérito, aprovado com os votos do PS e CDS/PP e as abstenções do PSD, PCP, PEV e independente Corregedor da Fonseca, visa apurar as responsabilidades políticas do governo português em todo este processo. Verberado pelo deputado comunista João Amaral foi o facto de o Governo ter estado ausente do debate, o que considerou «uma péssima contribuição para este processo e mais um acto de fuga totalmente inaceitável», João Amaral considerou ainda que o PSD apenas pretende «prolongar a política de ambiguidades e de zigzague por que se tem pautado ao longo de todo este processo».

Caso Totta/Banesto

A Assembleia da República aprovou na semana finda um projecto de deliberação que prorroga por 30 dias o prazo para a apresentação do relatório final ao caso Totta/Banesto.

O relatório deveria ser debatido e aprovado na última sexta-feira, mas a resolução aprovada pelo PSD e CDS/PP, com as abstenções das restantes formações parlamentares, possibilita a sua apresentação dentro de mais um mês.

Corrupção na política florestal

Fraudes atingem um milhão de contos

O Grupo Parlamentar do PCP propôs a realização de um inquérito parlamentar às "irregularidades e fraudes" existentes na aplicação do Programa de Acção Florestal (PAF) e ao eventual envolvimento do secretário de Estado da Agricultura, Álvaro Amaro. Anunciada no final da passada semana, em conferência de imprensa realizada na Assembleia da República, esta proposta da formação comunista - que desafiou o Governo a aprová-la - afigura-se como uma medida da máxima importância face à gravidade dos casos trazidos a lume envolvendo responsáveis do Ministério da Agricultura na utilização fraudulenta de dinheiros públicos.

Em causa, mais concretamente, de acordo com o relato feito pelo deputado Lino de Carvalho, que estava acompanhado por Octávio Teixeira, presidente do Grupo Parlamentar do PCP, está a prática de fraudes no âmbito do Programa de Acção Florestal (PAF), em relação às quais aparecem associados responsáveis da ex-Circunscção Florestal de Vila Real e das Administrações Florestais, designadamente de Bragança e Boticas, fraudes estas que são do conhecimento pelo menos há três anos dos titulares do Ministério da Agricultura, em particular do respectivo secretário de Estado, Álvaro Amaro.

Divulgados, por agora, foram

mais de duas dezenas de processos (ver nesta página) de onde ressaltam as fraudes e irregularidades, numa espécie de vale tudo tendo em vista a obtenção ilícita de subsídios. O regabofe é de tal ordem e o sentimento de impunidade é tanto, que, como observou Lino de Carvalho, muito para além de forjar recibos e falsificar assinaturas, se chega ao ponto de simular concursos, debitar mais horas de trabalho diário de uma máquina do que horas tem o dia, sem falar dos despachos de autorização de despesas antes da verificação do seu cabimento e no mesmo dia em que o próprio empreiteiro elabora a respectiva proposta.

Dos casos relatados, com clareza, ressalta o facto de em geral as áreas projectadas, aprovadas ou subsidiadas serem muito superiores às que no terreno foram efectivamente florestadas, não faltando as situações em que até cabeços de granito, estradas e - imagine-se...! - aldeias surgem como áreas contabilizadas em projectos que foram aprovados e pagos como se tivessem sido florestadas.

Razão tem, pois, o Grupo Parlamentar do PCP quando afirma que os indícios detectados apontam para a existência de "uma rede montada para a organização de fraudes", hipótese mais que provável se atendermos a que - e estes foram outros exemplos citados por Lino de Carvalho - muitos dos projectos são elaborados nos próprios serviços por técnicos que por eles recebem comissões, que chegam a quatro por cento sobre o orçamento do projecto (projectos de 200 mil contos rendem para o projectista oito mil contos), técnicos esses que depois os aprovam, fiscalizam, visam as facturas e os pagam na qualidade de responsáveis dos programas.

É aliás sintomático da "enorme teia de interesses e da larga rede clientelar" existente, para



utilizar a expressão de Lino de Carvalho, que, por exemplo, apesar de ser de há muito do conhecimento do Ministério a existência destes casos, bem como do envolvimento de altos quadros da Administração Pública (chefe da Circunscção Florestal de Vila Real e administradores florestais de Bragança e Botica, entre outros) não só não tenham sido penalizados, como, ao contrário, tenham sido promovidos pelo secretário de Estado e actual Ministro da Agricultura, nuns casos tomando posse "em novas e altas funções no âmbito da política florestal e cinegética", em outro, recebendo como prémio pelo

PSD a candidatura e ascensão a presidente de Câmara.

"Enquanto milhares de pequenos agricultores não conseguem ter acesso a um tostão de apoio para investimentos nas suas explorações, centenas de milhar, senão milhões de contos, vão parar aos bolsos de organizações e indivíduos da confiança do PSD

e com assento ou acesso privilegiado à área do Poder", sublinha o Grupo Parlamentar do PCP, no documento distribuído aos jornalistas, antes de deixar o alerta para os riscos de situações idênticas na aprovação de projectos ao abrigo do Plano de Desenvolvimento Florestal, no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio.

A ponta do iceberg

As fraudes referentes apenas às cerca de duas dezenas de casos recensados pelo Grupo Parlamentar do PCP - projectos de arborização ou beneficiação florestal abrangendo uma área de cerca de 12 mil hectares -, segundo a estimativa feita, atingem valores na ordem de um milhão de contos.

Este valor foi calculado de acordo com a diferença entre as áreas aprovadas e subsidiadas e as áreas realmente florestadas (apenas cerca de metade) relativas aos referidos projectos, aprovados e pagos, sem qualquer controlo ou fiscalização, num valor total de perto de dois milhões de contos.

No decorrer da conferência de imprensa, fundamentando a sua acusação, o Grupo parlamentar do PCP citou alguns exemplos concretos destas flagrantes irregularidades e fraudes, que considerou serem apenas a ponta de um enorme iceberg.

Tratam-se de casos relacionados com a elaboração, realização e pagamento de projectos florestais subsidiados ao abrigo do Programa de Acção Florestal (PAF), cobrindo concelhos tão diversos como Boticas, Bragança, Vila Real, Valpaços, Freixo de Espada à Cinta, Alijó, Mirandela, Vila Flor, Sabrosa e Vimieiro:

- No projecto da Associação de Produtores Florestais de Freixedelo (Administração Florestal de Bragança), com uma área de florestação prevista de 302 hectares, num valor global de 40 mil contos, simulou-se a realização de concursos para legalizar trabalhos já efectuados, existindo facturas e recibos claramente forjados como se pode constatar pelas assinaturas.

- Em Freixo de Espada à Cinta, num outro projecto, com uma área de 310 hectares e um valor de cerca de 16 mil contos, a adjudicação dos trabalhos fez-se com base em várias propostas apresentadas por empresas com o mesmo domicílio fiscal.

- Em S. Martinho de Anta, dos mais de 80 mil hectares previstos para serem florestados, num total pago de cerca de 12 mil contos, só foram realizados cerca de 20 hectares.

- Em S. Mamede de Riba Tua (Alijó), num total aprovado a florestar de mais de mil hectares, envolvendo quase 200 mil contos, foram incluídas como áreas para serem subsidiadas - e que foram aprovadas e pagas - a via rápida IP4 e até uma aldeia foi contabilizada nas áreas arborizadas.

- A dois projectos, das juntas de freguesia de Dornelas e Cerdedo e de Alturas do Barroso (Administração Florestal de Boticas) foram imputadas as mesmas despesas.

- Em múltiplos outros processos, como testemunham as fotocópias de documentos distribuídas na conferência de imprensa aos jornalistas, são evidentes a falsificação de assinaturas de recibos de jornas de trabalho para justificar despesas inexistentes.

MAIO 89

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PISCAS E ALIMENTAÇÃO

Direcção-Geral das Florestas

(a) CIRCUNSCRIÇÃO FLORESTAL DE VILA REAL
(b) ADMINISTRAÇÃO FLORESTAL DE BOTICAS

Capítulo	Divisão	Subdivisão
O.G.E. Global 80	07	
Ord. Apl. 8.02.1		

ACTIVIDADES EM CURSO Nº 99
Projecto nº 011/471 - 3.7.7. DE ALTURAS DO BARROSO
No termo da floresta de C. de P. (Linha)

07.01.04 INVESTIMENTOS / CONSTRUÇÕES DIVERSAS

Está conforme o original o ADMINISTRADOR

AGA PELA PROVISÓRIA Nº 9
DE ESC. 23 000 000 s. D. 5 672 025 000

Entrada nº 89/MAI/51

Confirmação de desp. do CHEFE DA CIRCUNSCRIÇÃO

PROPOSTA

CANDIDA AUGUSTA LOPES, Trabalhador Rural, residente em França com o nº. 185677495 de contribuinte, propõe-se efectuar trabalhos na limpeza de sequeiros, na Protecção das Florestas contra Incêndios, no período de 1-11-90 a 30-11-90 pela importância de Esc. 14 000\$00

PROPOSTA

CANDIDA AUGUSTA VELCA, Trabalhador Rural, residente em Bragança com o nº. 185 671 495 de contribuinte, propõe-se efectuar trabalhos na limpeza de sequeiros, na Protecção das Florestas contra Incêndios, no período de 02.12.90 a 14.12.90 pela importância de Esc. 14.000 \$00

FACIENDA

Descrição	Quantidade	Valor	TOTAL
...
TOTAL			23 000 000

VISTO

Esc. 14 000 \$00

Em conferência de imprensa, os deputados Octávio Teixeira e Lino de Carvalho lançaram um duplo desafio ao PSD: aprove o inquérito às fraudes agora denunciadas e promova um grande inquérito à forma como os fundos comunitários têm sido aplicados em Portugal. Legenda das fotocópias: No regabofe da utilização ilícita de dinheiros públicos valeu de tudo, como comprovam os documentos apresentados na conferência de imprensa: imputação das mesmas despesas a projectos diferentes; facturação fictícia com nomes e assinaturas falsificados; facturação falsa produzida por empresas sem quaisquer equipamentos ou instalações nas regiões abrangidas

CGTP FILIADA NA CES

Sem qualquer voto contra, a Confederação Europeia dos Sindicatos aprovou, dia 15, em Bruxelas, o pedido de adesão apresentado pela CGTP-IN. No final da votação, Manuel Carvalho da Silva, coordenador da central, e Florival Lança, responsável pelo pelouro das relações internacionais da Inter, foram convidados a entrar na sala e participar de imediato na reunião da Comissão Executiva da CES. Em conferência de imprensa, o coordenador da CGTP considerou que os trabalhadores portugueses vão beneficiar com a entrada da central para a CES, pois passam a ter uma representação efectiva no movimento sindical europeu. Segundo a agência Lusa, Carvalho da Silva afirmou que a confederação europeia pode passar a contar com o empenhamento da Intersindical para mobilizar os trabalhadores portugueses.

«Entramos para a CES para agir, para ter uma intervenção activa, e assumindo os nossos valores e princípios», adiantou o sindicalista, sublinhando que a luta social na Europa precisa de crescer contra a lógica da competitividade e em defesa da convergência real.

CHAPELADA NO SBN

Nas eleições de dia 15 para a direcção, mesa da AG e delegados ao Congresso do Sindicato dos Bancários do Norte verificou-se um conjunto de irregularidades que motivaram fortes protestos da lista M. Em declarações ao «Avante!», o candidato da lista unitária à vice-presidência do SBN, Oliveira Alves, comparou mesmo ao «carrossel» de antes do 25 de Abril o frenesim da recolha de votos nos locais de trabalho, que envolveu candidatos e apoiantes da lista A, com destaque para elementos da tendência socialista (que, com PSD e CDS, já dominavam a direcção cessante). Das irregularidades apontadas pela lista unitária, Oliveira Alves destacou a generalizada recolha de votos, que substituiu o voto pessoal (mesmo no caso em que este se processasse por correspondência), o impedimento de actos fiscalizadores pela lista M e a utilização de meios do sindicato a favor da lista apoiada pela direcção cessante.

Contudo, sublinhou aquele sindicalista, «apesar da coligação entre socialistas, social-democratas e democratas-cristãos, apesar das irregularidades e da partidização promovidas por essas tendências, a candidatura unitária obteve 35 por cento dos votos para a direcção, elegeu 112 delegados ao Congresso e afirmou-se como uma corrente forte e alternativa à actual direcção e capaz de continuar a lutar pelos direitos e a dignidade dos bancários».

DANÇA DE GESTORES

A Comissão de Trabalhadores da CP considera «inadmissível que o Governo continue a apostar na chamada dança de gestores, com o objectivo principal de assegurar a concretização de uma política que se revela cada vez mais ruinosa, preterindo quadros competentes da própria empresa, capazes de superar os problemas com que esta se debate». No parecer divulgado antontem a CT opõe-se à nomeação de três novos membros para o Conselho de Gerência, «tendo em conta a origem das pessoas indicadas e a sua acção concreta à frente das empresas de onde provêm».

No documento, protesta-se ainda contra «o despudor com que o Governo ignora, pura e simplesmente, sem a mais breve referência», o que estipula a Constituição no seu artigo 90º: «Nas unidades de produção do sector público é assegurada uma participação efectiva dos trabalhadores na respectiva gestão.»

4.º CONGRESSO DAS BEBIDAS E TABACOS

Dados preocupantes sobre a situação do sector foram analisados na passada sexta-feira, no 4º Congresso da Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos, que reuniu na sede da CGTP cerca de 70 delegados, em representação de 7 sindicatos (2 deles não filiados na federação), para fazer o balanço da actividade no último triénio, debater a situação actual, definir orientações para o futuro e eleger a Direcção Nacional da FSIABT para o mandato 1994-97.

Nos documentos submetidos a discussão denuncia-se o encerramento e falência de empresas, o aumento do desemprego e a redução generalizada de postos de trabalho, o recrudescimento dos salários em atraso e dos atropelos aos direitos, a par das insuficiências e discriminações no plano salarial, dos horários de trabalho prolongados ou da ausência de formação profissional.



Ao fim de cinco semanas de greve Vitória dos trabalhadores da CGD-França

Recebidos pelos aplausos de dezenas de clientes e colegas de outras instituições bancárias da capital francesa, os trabalhadores da sucursal de Paris da Caixa Geral de Depósitos retomaram dia 15 o trabalho, quando completariam cinco semanas de greve. Na véspera, um acordo entre representantes do banco e dos trabalhadores satisfaz praticamente todas as reivindicações que estiveram na origem da maior greve da banca portuguesa em França.

Assim, além do arquivamento das sanções disciplinares e de aumentos salariais que variam entre 870 e 1150 francos (aproximadamente 26 mil e 34 mil escudos), foi ainda aumentado significativamente o subsídio de escolaridade para os filhos dos trabalhadores e foi integrado no salário o prémio de assiduidade.

A CGD aceitou atribuir um subsídio equivalente a um mês de salário para cobrir a perda de salário motivada pela paralisação (ou seja, aceitou pagar os

dias de greve). O acordo estipula ainda que, durante os próximos seis meses, qualquer sanção que atinja um grevista deverá ser detalhadamente analisada na reunião seguinte do Comité de Empresa.

A administração da CGD-Paris comprometeu-se também a analisar com os representantes dos trabalhadores as candidaturas daqueles que pretendam integrar o quadro de pessoal da instituição em Portugal.

Com a paralisação da activi-

dade em Paris e nos oito balcões nos arredores da capital francesa, a CGD deverá ter perdido mais de um milhão de contos.

A organização do PCP na região parisiense, num comunicado em que saúda a vitória dos bancários, afirma que «a recusa da direcção em negociar mais cedo trouxe um enorme prejuízo à CGD e prejudicou a sua imagem junto da comunidade portuguesa», enquanto o Governo português «tornou-se cúmplice de uma situação inadmissível».

Reformados marcham por vida melhor

Realizou-se no passado sábado, em Lisboa, a Marcha dos Reformados para uma Vida Melhor, organizada pelo Murpi (Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos) e pela Inter-Refor-

mados, estrutura da CGTP-IN que organiza os reformados nos seus sindicatos, uniões e federações.

Os pensionistas exigem pensões e reformas dignas e garantidas, medicamentos gratuitos nas doenças, melhores condições na habitação e a preços sociais, utilização dos transportes colectivos sem restrições, segurança social baseada na solidariedade entre gerações, restituição dos direitos retirados e serviços de saúde gratuitos e eficientes, com apoios domiciliários.

E lembram: «Mais de 2 milhões de pensionistas têm de sobreviver com pensões de 27.600\$00, 19.600\$00 ou 17.500\$00 por mês. O Governo atribuiu às pensões 5,3 por cento, mas impõe aumentos de 6,75 por cento às rendas de casa. Assim, brinca descaradamente com 2 milhões e 500 mil reformados e idosos de Portugal, aumentando as pensões com verbas que não dão para comprar meio litro de leite por dia».



Empregados do comércio lutam por contrato colectivo

«O que o patronato quer é aumentar os seus lucros, não pela modernização do comércio, não por modernas técnicas de gestão, não pela qualificação profissional dos trabalhadores, mas pelo aumento das cargas de trabalho, pelos salários baixos, pelos horários desumanos e carregados, pelo que, realmente, é o aumento da exploração.» Foi este o discurso dos trabalhadores do comércio, escritórios e serviços do distrito de Lisboa, na concentração de dia 14, na Rua Augusta, em Lisboa.

Esta manifestação, convocada pelo CESL, tinha como objectivos manifestar a oposição dos empregados do comércio ao boicote das associações patronais à negociação do contrato colectivo de trabalho e exigir horários de 40 horas

semanais, a actualização dos salários e o respeito pelo descanso semanal acordado. Os empregados do comércio retalhista repudiaram ainda a posição do Governo pela publicação da portaria de extensão que os discrimina.



Aval da UGT ao Governo é «ridículo» e «triste»

Administração Pública não desiste de conquistar melhores salários

Em nome de 21 sindicatos e federações que representam a maioria dos trabalhadores do Estado (Administração Local e Central, regiões autónomas, saúde, educação e justiça), a comissão negociadora sindical da Plataforma Reivindicativa para a Administração Pública recusou as propostas do Governo e exigiu a continuação das negociações.

A sublinhar o apoio às posições da CNS, milhares de trabalhadores participaram na passada sexta-feira na concentração e no desfile até à residência oficial do primeiro-ministro.

Dois dias antes, a CNS explicava, em conferência de imprensa, por que entende que o acordo subscrito pelo Governo e as estruturas da UGT «é um péssimo negócio para os trabalhadores»:

- ignora completamente a necessidade de recuperar o poder de compra perdido em 1993 e 94,
- mantém o salário mínimo da Função Pública abaixo do salário mínimo nacional,
- volta a deixar de fora da tabela salarial o adicional de 2 por cento criado em 1992 e cada vez mais desvalorizado,
- contempla aumentos salariais para 1995 que levarão a novas perdas do poder de compra.

Comentando afirmações dos que deram o aval às propostas do Governo, a CNS considera «ridículo que a UGT se gabe agora de ter conseguido mais 0,9 por cento na massa salarial, com a contabilização de "15 milhões de contos reservados para as mudanças de escalões e promoções"», uma vez que «essa verba já constava do Orçamento do Estado para o próximo ano, pois destina-se a fazer face

ao normal movimento decorrente da aplicação da legislação em vigor sobre carreiras e regime remuneratório».

Por outro lado, «é triste que a UGT se preste a fazer o papel de avalista do Governo em relação à aplicação da lei dos disponíveis e a significativas alterações que este pretende fazer na legislação de trabalho da Função Pública, visando reduzir os direitos dos trabalhadores».

Os justos objectivos apontados pela CNS (aumento real dos salários em 1995, salário mínimo na Função Pública igual ao nacional e recuperação das perdas anteriores, bem como reestruturação das carreiras, o fim dos empregos precário e o abandono da lei dos disponíveis, e a regulamentação do subsídio de insalubridade, penosidade e risco) ganham ainda mais força quando, feitas as contas, se descobre que o Orçamento do Estado contém verbas suficientes para aumentos salariais superiores àqueles que, com o aval da UGT, pretende impor.

A CNS explica como chegou à conclusão de que no OE há verbas suficientes para um aumento de 8,2 por cento:

«A verba inscrita na rubrica de "Despesas de Pessoal" aumenta 36 milhões de contos, destinados ao normal movimento de pessoal (mudanças de escalão, promoções, transferências). A dotação provisional tem 143 milhões de contos; o Governo diz que 23 milhões se destinam à progressão de carreira dos professores; restam 120 milhões. Mesmo que só use 100 milhões, isso será suficiente para um aumento de 8,2 por cento.»



Milhares de trabalhadores desfilaram, sexta-feira, até à residência oficial de Cavaco Silva



Vidreiros da MP Roldão repudiam procedimento «execrável»

Depois de uma semana de intensa luta dos trabalhadores, revelaram-se as verdadeiras intenções dos mentores da reestruturação

As afirmações produzidas e as medidas anunciadas antea-te pela administração da cristaleira Manuel Pereira Roldão, da Marinha Grande, demonstram «a má-fé do Governo e do patronato», afirmou ao «Avante!» o coordenador do sindicato dos Vidreiros.

Sérgio Moiteiro, adiantando terça-feira à noite a posição que o sindicato se preparava para expressar em comunicado, defendeu que, em tempo oportuno, «deveriam ter sido tomadas medidas intermédias, para que as empresas chegassem ao início do processo de recuperação em condições normais». Ou seja, «deveriam ter sido disponibilizados meios financeiros para que as empresas em pior situação pudessem pagar os salários em atraso».

O Governo, conhecedor da situação, deveria ter actuado para que tais medidas surgissem.

Agora, trabalhadores e sindicalistas têm razões para dizer que «as medidas sociais que figuravam no projecto de reestruturação da cristalaria lançado no início deste ano eram um ramalhete para esconder as verdadeiras inten-

ções». Estas, afirma Sérgio Moiteiro, foram na realidade antecipadas, com as medidas divulgadas pelo patrão da Manuel Pereira Roldão.

Em conferência de imprensa, os responsáveis da empresa declararam que iriam desligar os fornos quarta-feira (ontem), encerrar a empresa e levantar processos disciplinares, com intenção de despedimento por justa causa, a um número substancial de trabalhadores.

Estas medidas, tal como as insinuações que acompanharam a sua divulgação, representam «uma maneira execrável de avançar com o despedimento», afirma o sindicalista, que imputa as responsabilidades ao patrão, ao Governo e à Vitrocristal (a quem cabe, pelo IAPMEI, supervisionar o processo de recuperação).

O sindicato dos Vidreiros, reafirma o seu coordenador, entende que a viabilização das empresas cristaleiras é possível sem recurso a despedimentos e sem exigir ainda mais sacrifícios aos trabalhadores. Sublinhando que os vidreiros e o sindicato sempre estiveram abertos ao diálogo,

Sérgio Moiteiro acusa a administração da Manuel Pereira Roldão de, com esta atitude, ter realmente cortado qualquer possibilidade de diálogo. Assim, os trabalhadores deverão continuar a proceder como têm feito desde dia 12: diariamente, reúnem em plenário na empresa e analisam as acções concretas a levar a cabo. Agora, para além da exigência de pagamento dos salários em atraso, vão lutar para que a empresa não encerre e para defenderem os seus postos de trabalho.

O pessoal da MP Roldão, que já esteve em luta na penúltima semana do mês passado, entrou em greve dia 12 pelo pagamento do salário de Novembro, parte dos subsídios de Natal de 1992 e 1993 e o subsídio de férias deste ano. Desde então, os trabalhadores desenvolveram acções que passaram pela retenção dos administradores na sede da empresa, cortes do trânsito na estrada Leiria-Marinha Grande, concentrações, ocupação do Centro de Emprego, ocupação da estação da CP e interrupção da circulação ferroviária.

Lutar é o caminho

O arrastamento e agravamento dos problemas dos trabalhadores de diversos sectores e empresas tem levado à multiplicação das acções de protesto contra a ofensiva do patronato e do Governo. Ontem, em Lisboa, o Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP analisou as formas de unificação e globalização das lutas, bem como as iniciativas concretas a levar a cabo brevemente.

O Plenário reuniu numa altura em que estruturas sindicais tornaram já pública a exigência clara de demissão do Governo, e depois de a Comissão Executiva e o Conselho Nacional da central terem iniciado «uma análise profunda da situação político-sindical actual e das alternativas que se impõe construir no sentido de promover o desenvolvimento económico do País e o aumento dos níveis de vida e de bem-estar dos trabalhadores portugueses e suas famílias» - como adiantava uma nota do departamento de informação da Inter.

No fim da semana passada foi anunciado que as organizações representativas dos trabalhadores do sector de transportes, reunidas dia 15 na sede da CGTP, decidiram marcar para 26 de Janeiro uma jornada de luta que tem por objectivo principal reclamar aumentos salariais justos em 1995 e que poderá passar pela realização de greves. No final da reunião, os cerca de 200 dirigentes e delegados sindicais e membros de CTs deslocaram-se ao Ministério da tutela para ali expor os pontos de vista expressos na reunião e os motivos da jornada.

Para o fim-de-semana do Natal (dias 24 e 25) os trabalhadores da Rodoviária do Sul do Tejo mantêm a convocação de uma greve, em repúdio pela proposta de acordo apresentada pela administração e que, de acordo com o plenário geral de dia 12, não propunha

aumentos salariais equitativos para todo o pessoal e era condicionado pela aceitação do alargamento do intervalo para refeição e eliminação de muitos dos principais direitos hoje em vigor.

Voltaram à greve nos dias 16 e 17, novamente com muito elevada adesão, os trabalhadores da Portucel de Viana do Castelo, em luta por melhores salários e contra a manifesta má vontade da administração nas negociações da revisão do acordo de empresa. Caso se mantenha o impasse, estão já marcados mais dois dias de greve, amanhã e depois.

Na fábrica de sanitário das Cerâmicas Estaco, de Coimbra, foi desconvocada segunda-feira uma greve iniciada dia 15, como forma de protesto contra a tentativa da administração de suprimir os períodos destinados a uma pequena refeição (a meio da manhã e da tarde) e ao banho (no fim da manhã e da tarde), direitos adquiridos há mais de 25 anos. António Gomes Pereira, delegado sindical na "Cerâmicas Estaco", disse à agência Lusa que o acordo firmado com a administração prevê a manutenção dos períodos das pequenas refeições e a redução de cinco minutos em cada um dos banhos (de 15 para 10 minutos).

Uma greve nacional dos trabalhadores da construção civil e obras públicas foi convocada para 29 de Dezembro pela federação do sector. Em comunicado, a federação da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção acusa o patronato de pretender impor, na revisão da contratação colectiva, aumentos salariais de apenas 4 por cento e uma flexibilização dos horários que permitiria ter os trabalhadores disponíveis até 50 horas semanais, sem pagamento de trabalho extraordinário.

“Os Verdes” lançam campanha Não ao aumento dos lixos tóxicos

O Partido Ecologista “Os Verdes” lançou uma campanha dirigida ao consumidor apelando a uma nova atitude que o leve a resistir “aos condicionamentos e imposições” e a exigir “produtos mais respeitadores do ambiente”.

Lançada a cerca de duas semanas do Natal - período que simboliza a vida, como assinalam “Os Verdes” -, a campanha em curso insere-se, pois, nesse grande objectivo de “proteger a vida”, o mesmo é dizer, nesta época de grande consumo, optar “por produtos não poluentes”.

O facto de as crianças serem normalmente as primeiras vítimas de um mercado agressivo levou também “Os Verdes” a promoverem o lançamento

de um cartaz que relembra os consumidores de que “as crianças já têm pilhas de energia”, pelo que, neste Natal - aconselham - o melhor é mesmo optar “por brinquedos que não aumentem os lixos tóxicos”.

Lixos estes que, lembra ainda “o Partido Ecologista “Os Verdes” no seu comunicado, “vão-se amontoando, devastando paisagens, poluindo solos e recursos hídricos, provocando problemas de saúde pública, destruindo a qualidade de vida”, ou seja, um quadro insustentável para o qual não existem soluções milagrosas, mas sim uma nova atitude que, recordam, passa pelos política dos três “Rs” - reduzir, reutilizar, reciclar.

Irregularidades na morgue de Beja

A Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso relacionado com a adjudicação da morgue do Hospital Distrital de Beja concluiu, por unanimidade, na passada semana, que “foram cometidas irregularidades formais” no processo em que alegadamente estiveram envolvidos o ex-presidente da administração do estabelecimento, Jorge Simões, e o ex-deputado, do PSD, Branco Malveiro.

O relatório não culpabiliza, no entanto, nenhuma das figuras que foram apontadas como estando envolvidas na prática de irregularidades, até porque “a investigação e julgamento em matéria criminal cabe a outros órgãos de soberania, que não a Assembleia da República”, como refere o documento aprovado.

“A Comissão não se encontra em condições de produzir conclusões sobre a existência ou não de

corrupção nem sobre os seus eventuais autores”, lê-se no relatório, que sublinha, por outro lado, que “a própria versão do Sr. Francisco Nunes, acerca das circunstâncias de entrega do montante de 6.000 contos enferma de diversas contradições que lhe retiram credibilidade”.

Recorde-se que Francisco Nunes é o proprietário da Agência Funerária “Central”, de Évora, que revelou ter pago 6.000 contos a Jorge Simões e a Branco Malveiro para conseguir a adjudicação da morgue do Hospital de Beja.

A Comissão de Inquérito considerou como “facto documental de grande relevância em termos de indício de eventual irregularidade” o envio de um fax pelo ex-presidente do Conselho de Administração do Hospital a Francisco Nunes, informando-o da adjudicação da morgue, quatro dias antes da decisão ser tomada.

As Músicas do Fado

«As Músicas do Fado» é o nome do novo livro de Ruben de Carvalho, lançado no Museu de Etnologia, em Lisboa, no passado dia 14 de Dezembro, simultaneamente com o disco compacto duplo «Biografia do Fado», da editora Valentim de Carvalho.

O chefe de Redacção do «Avante!» e um dos Comissários de Lisboa 94 (com a responsabilidade dos pelouros da Música Popular, Animação Urbana e Edições), explicaria as razões da localização e simultaneidade das duas apresentações pelo facto de o livro ter nascido do que inicialmente seria uma

de Sociologia no ISCTE e autor de «O Trágico e o Contraste - O Fado no Bairro de Alfama», que destacaria o carácter científico multidisciplinar da obra e a qualidade e critério seguidos por José Pracana e David Ferreira na escolha dos 44 fados do disco.

Sobre o livro - editado pela nova casa portuense, Campo das Letras -, Firmino da Costa sublinhou que ele divide a evolução do fenómeno musical em três épocas (no Brasil, até ao regresso da Corte em 1823, em Lisboa entre essa época e os anos 20 e daí até ao presente), destacando a novidade e o interesse da

tese fundamental da obra que, como se diz na contracapa, «defende a ideia de uma contemporaneidade do Fado, que se constitui, enquanto género musical estruturado, no quadro da formação da cultura urbana contemporânea, mesclando as influências musicais e culturas anteriores com as mutações tecnológicas que alteraram o campo da criação artística e do espectáculo: o disco, a rádio, o cinema, a organização profissional, etc.».

Depois da apresentação e de umas palavras sobre a investigação científica

deste fenómeno e o trabalho levado a cabo no Projecto Fado - proferidas por Joaquim Pais de Brito, director do Museu de Etnologia, e pelo cantor Carlos do Carmo - o Fado, ele mesmo, aconteceu num espectáculo com os fadistas Beatriz da Conceição (que dedicou uma das canções a Lucília do Carmo, presente na sala) e António Rocha, acompanhados por um grupo de guitarristas do professor Fontes Rocha.



O autor, Ruben de Carvalho, com Carlos do Carmo, no lançamento de «As Músicas do Fado»

introdução a um disco de fados clássicos, que se integraria nas iniciativas do Projecto Fado, promovido pela Capital Europeia da Cultura. Dessa iniciativa do pelouro da Música Popular, avulta a exposição patente há vários meses no Museu de Etnologia, «Fado - Vozes e Sombras», que de resto foi visitada pelos convidados a este lançamento.

A apresentação do novo livro e novo disco esteve a cargo de António Firmino da Costa, professor

Cidadãos exigem abertura de Hospital Amadora/Sintra

Em Moção aprovada pelos mais de 100 «futuros utentes» do Hospital Amadora/Sintra, que se reuniram no Salão Nobre dos Bombeiros Voluntários de Queluz, recusou-se liminarmente a privatização deste Hospital. Diz o texto, que foi enviado à generalidade dos órgãos de soberania:

Os signatários potenciais utentes do novo Hospital Amadora/Sintra, obra, aliás, há muito reivindicada pelas populações dos dois concelhos, através das Autarquias Locais, alertados e preocupados com os sucessivos adiamentos no que concerne à inauguração do mesmo e com a anunciada privatização da sua gestão, consideram:

1. O Hospital foi construído com dinheiros públicos, ultrapas-

sando os seus custos 20 milhões de contos a preços actuais;

2. Está desde há muito inscrito no Serviço Nacional de Saúde e destina-se a servir populações dos concelhos de Amadora e Sintra, ou seja cerca, de meio milhão de pessoas;

3. A actual tentativa de privatização da gestão do Hospital, a concretizar-se, anularia as legítimas aspirações das populações e agravaria ainda mais o seu direito à saúde;

4. Com efeito, a entrada do Hospital na lógica do lucro, viria limitar o acesso ao mesmo apenas para os que têm condições para pagar os altos preços que seguramente seriam praticados, deixando assim sem recursos ao serviços do Hospital os mais carenciados.

Na prática a maioria da população;

5. para além de que seria posto em causa o próprio âmbito geográfico do Hospital pois para efeitos lucrativos da empresa que explorava a gestão ser-lhe-ia, obviamente, indiferente a residência do utente;

Assim, e perante estes perigos, cidadãos, futuros utentes do Hospital Prof. Dr. Fernando da Fonseca, reunidos na dia 17 de Dezembro de 1994, na Salão dos Bombeiros Voluntários de Queluz decidem:

1. Exigir a abertura imediata do Hospital;

2. Exigir a inserção do Hospital na Serviço Nacional de Saúde, repudiando a intenção vinda a público de privatizar a sua gestão.

CDU critica Câmara de Proença-a-Nova

Em comunicado distribuído à população, a Comissão CDU do Concelho de Proença-a-Nova fez um circunstanciado levantamento de promessas não cumpridas pela gestão PSD da autarquia, nomeadamente a água canalizada e de qualidade a várias aldeias (apenas um exemplo: Palhota); abertura do Centro de Saúde (Proença-a-Nova da meia-noite às 8 horas); cemitério da Lameira d'Ordem; o acabamento do calcetamento nos Montes da Senhora (não beneficiando apenas os amigos «laranjas»); a zona de lazer na Barragem Pracana; a passagem das Moitas a freguesia, etc., etc.

E prossegue o comunicado:

«Após a estafada teoria da «democracia de sucesso», do falhanço do tão apregoado «oásis», inventaram agora a «retoma» económica! As difi-

culdades que a SOTIMA sente são disso um bom indicador. A destruição do aparelho produtivo, a falência de empresas, o aumento do desemprego (1472 inscritos só no Centro da Sertã), a degradação da qualidade de vida e de trabalho, dos serviços de saúde, da segurança social (quando mais de 25% da população do Concelho tem mais de 65 anos), do ensino, etc., significa isto para o PSD a «retoma»? pergunta a CDU de Proença-a-Nova, que acrescenta:

«A agricultura está a ser destruída pela PAC e pela política do PSD, a quebra da produtividade acentua-se, a produção média é baixa, crescem as dificuldades no escoamento face à invasão de produtos estrangeiros, aumenta o abandono da terra e os fundos comunitários (além de serem só para alguns)

não têm contribuído para a modernização da Agricultura. Em suma, agrava-se o já baixo rendimento médio dos agricultores que se estima anualmente em 672 contos, enquanto o dos vizinhos espanhóis ronda 2119 contos.»

E conclui o documento: «O PSD aquando as eleições promete mundos e fundos para «caçar» os votos, mas depois esquecem-se daqueles que os elegeram. As verbas para 1995 aprovadas pela maioria «laranja» na AR é a melhor prova disso. O Concelho de Proença é contemplado apenas com 46 500 contos (Biblioteca da Câmara, Centro de Saúde e Centro de Dia do Peral), que corresponde a 2,6% da verba para os 4 concelhos do Pinhal e menos de 0,5% da verba total do Distrito.»

Na discussão do PDM Câmara de Barcelos segrega CDU

A Coordenadora de Barcelos da CDU verbera energicamente o comportamento da Câmara local na aprovação do PDM, onde segregou a CDU. E explica:

«O Plano Director Municipal (PDM) é um documento de grande importância e desde sempre foi reivindicado pela CDU como fundamental para o desenvolvimento harmonioso do Concelho. Peca a sua elaboração por ser tardia, tanto mais que grande parte dos terrenos estão já inevitavelmente hipotecados por uma política que privilegia fortemente a construção em detrimento de espaços verdes.»

«De qualquer modo, prossegue o comunicado a CDU, defendeu ser de grande importância que, na fase de «discussão pública» a população tivesse

conhecimento e às forças políticas fossem facultados os documentos para análise. Incompreensivelmente, a Câmara Municipal de Barcelos abriu e encerrou a «discussão pública» do PDM sem proporcionar à CDU a possibilidade de analisar os seus documentos, não realizando qualquer debate, geral ou por temas, em torno deste.»

E a CDU acusa:

«A Câmara Municipal dá, desta forma, o dito por não dito. Num Jornal Regional de 30/Julho/94 o sec.º do Presidente da Câmara, Nunes de Oliveira, afirmou que «os partidos políticos terão a sua intervenção sobre o PDM quando forem postos a discussão pública...». Torna-se assim claro que a Câmara Municipal nunca esteve interessada em promover um

debate amplo e sério em torno do PDM. A posição da Câmara Municipal não dignifica o Poder Local.»

E conclui o comunicado:

«Não sendo nova esta postura do PSD, de esvaziamento de poderes e direitos dos eleitos da CDU, o facto de estar em causa um instrumento fundamental para o futuro de Barcelos, que vai ditar regras para os próximos 10 anos e não pode ser revisto e alterado facilmente, justificava cuidados acrescidos e procura do máximo de contribuição, só possíveis a partir do debate de ideais e propostas, nomeadamente no quadro do pleno funcionamento democrático dos órgãos em que a todos os participantes fossem garantidas condições de colaboração, informação permanente, regular e sistemática.»

Cimeira de Essen Desacordo no PE não gera consensos

Se dúvidas houvesse quanto à divisão, aos equívocos e ambiguidades que reinam na União Europeia, os resultados da última sessão do Parlamento Europeu, na semana passada, em Estrasburgo, aí estão para os desfazer: o plenário do PE não conseguiu chegar a acordo sobre a cimeira de Essen, que encerrou a presidência alemã, e rejeitou todas as resoluções apresentadas como conclusão do debate sobre a matéria.

O debate sobre a presidência alemã foi o prato forte da última sessão do PE. As notas de optimismo foram dadas pelo presidente em exercício do Conselho, chanceler Helmut Kohl, pelo presidente da Comissão, Jacques Delors, e pelo alemão Klaus Kinkel (igualmente em nome do Conselho), que embora reconhecendo a persistência de problemas graves no seio da UE (designadamente no respeitante ao desemprego), consideraram haver motivos para se congratularem com a actividade desenvolvida e encararem com confiança o futuro da comunidade.

O chanceler Kohl, forçado a reconhecer que o fim da recessão mundial não será suficiente para resolver a questão do desemprego na

União, congratulou-se com o acordo alcançado em Essen sobre algumas modalidades para o combater (reforçar a disciplina orçamental, melhorar a competitividade e tornar a criação de emprego mais atraente, nomeadamente favorecendo o recurso ao trabalho em part-time e diminuindo os custos salariais). Mostrou-se particularmente satisfeito com a abertura à Europa central e oriental - "queremos fazer tudo o que for possível para os aproximar de nós" -, voltou a acusar os sérvios pela situação que se vive na ex-Jugoslávia, sublinhou que sem sucesso em matéria de política interna a União Europeia perderá a sua credibilidade junto da opinião pública, e terminou a sua intervenção com uma calorosa homenagem a Jacques Delors.

Por seu turno, Jacques Delors congratulou-se pelas expectativas da Comissão sobre o Livro Branco e sobre a clarificação das relações com o Leste e o Sul terem sido tomadas em conta, alertou para a necessidade de colocar a questão do emprego em pé de igualdade com a necessária convergência económica, considerou que a reunião dos "15 + 6" foi um grande sucesso, e terminou expressando votos para que a conferência intergovernamental de 1996 permita um verdadeiro debate sobre o funcionamento da UE.

Também Klaus Kinkel, no seu balanço sobre a presidência alemã, considerou haver motivos para satisfação: saudou o alargamento da UE, garantiu que a porta continua aberta à Noruega,

felicitou-se pelo facto da abertura ao Leste e Centro europeu já não ser posta em causa, defendeu para a Bacia mediterrânica uma inte-



gração sem perspectiva de adesão, considerou que aos sérvios não resta outra solução que a de aceitar o plano de paz proposto pelo grupo de contacto, e defendeu a passagem às decisões por maioria no domínio da política externa e de segurança comum.

Uma história pouco edificante

Aparentemente, a generalidade dos grupos políticos representados no PE não partilhou das conclusões de Kohl, Delors e Kinkel.

Nas sucessivas intervenções, os eurodeputados sublinharam os poucos ou nenhuns progressos registados em áreas tão sensíveis como a criação de emprego, o ambiente, a luta contra a criminalidade, a situação na ex-Jugoslávia, a harmonização fiscal, as redes transeuropeias, etc., etc., concluindo não haver motivos nem de satisfação nem de optimismo.

Seria de esperar que, no final dos debates, o PE tomasse uma posição que reflectisse este aparente desencanto generalizado.

Não foi o que sucedeu. O esboço de resolução comum, como diria na sua intervenção Alonso Puerta, presidente do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia, não passava afinal de uma tomada de posição "insípida, incolor e anémica".

A explicação de tal resultado não podia ser mais elucidativa. É sabido que os consensos, no PE, se cozinham à custa de muito encontro e reunião de bastidores;

que não raro, as decisões tomadas ao fim da tarde são abandonadas à noite; que os compromissos assumidos num dia são letra morta no outro. Mas que o PE não tenha conseguido chegar a nenhuma posição - a favor ou contra - sobre a cimeira de Essen, é obra.

Sete grupos apresentaram propostas de resolução sobre Essen. Na tradicional reunião de grupos para analisar as possibilidades de um acordo, o consenso entre socialistas, populares europeus,

liberais e verdes, parecia um dado adquirido. Com a particularidade de se gerar em torno de uma proposta que fazia tábua rasa de anteriores posições do PE e dos próprios socialistas. Como seria de se esperar, as posições defendidas pelo Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia (GCEUE) não constavam da referida proposta.

Em reunião posterior, o "consenso", mudou. Socialistas, GCEUE, Verdes e Arco-Íris

encontraram uma plataforma de entendimento, em que as propostas de alteração apresentadas pelos eurodeputados comunistas (designadamente em relação à necessidade de mudar de política para resolver o problema do desemprego), eram tidas em conta. Quando tudo parecia conjugar-se para uma tomada de posição à esquerda, os ventos voltaram a soprar em sentido contrário: os socialistas decidem retirar a assinatura de compromisso da resolução comum, o mesmo fazendo o Arco-Íris. Os socialistas decidem mesmo votar contra as alterações do GCEUE, ao contrário do anteriormente acordado.

Já agora, para que conste, aqui fica uma das alterações que os socialistas rejeitaram: (O PE) "considera que será impossível atingir a criação de 15 milhões de postos de trabalho até ao ano 2000 sem um aumento sensível dos investimentos produtivos, sem a descida das taxas de juro e sem a aplicação de medidas estruturais, de luta contra o desperdício financeiro, desviando os capitais especulativos para a produção, melhorando a formação dos trabalhadores e reduzindo o horário de trabalho semanal".

Final da história, todas as resoluções foram rejeitadas, acabando o PE por não tomar posição sobre Essen.

Um resultado pouco edificante e muito ambíguo, como Sérgio Ribeiro não deixaria de sublinhar em declaração de voto, que publicamos em separado.

Pescas Interesses nacionais em causa

Os ministros das pescas dos "Doze" chegaram anteontem, em Bruxelas, a um acordo sobre a fixação dos totais admissíveis de captura (TAC) e quota de pescas para 1995.

Até à hora de encerramento da nossa edição, os ministros não tinham chegado, no entanto, a um compromisso sobre o acesso das frotas de Portugal e Espanha às águas comunitárias.

Os debates relativos ao fim da discriminação de Portugal e Espanha no acesso aos recursos de pesca comunitários estavam bloqueados pelas exigências do governo de Madrid, que tem a frota mais poderosa da União Europeia.

Estão em causa 300 embarcações espanholas tecnicamente bem apetrechadas, cujo acesso aos ricos bancos de pesca irlandeses e portugueses, entre outros, está no centro dos debates.

A questão esteve igualmente em debate, no PE, a semana passada, aquando da apreciação da proposta de regulamento do Conselho, apresentada pela Comissão, e do relató-

rio e respectivas emendas da Comissão de Pescas do Parlamento europeu, rejeitado pelos comunistas. Dois documentos com um elemento comum e grave: a abertura das

Equívoca ambiguidade

O Conselho Europeu de Essen parece ter provocado uma sensação quase consensual de frustração.

Esperava-se muito de uma presidência alemã.

Mas, pergunta-se, que se poderia esperar desta presidência neste momento?

Decisões milagrosas recuperando do celebrado "Livro Branco" as medidas ou políticas criadoras de emprego que ele conteria, com a ajuda de uns retoques de Delors na sua despedida enquanto presidente da Comissão?

Ou, talvez, a definição clara de uma estratégia de alargamento para Centro e Leste, com uma bem clara definição de uma estratégia compensatória para Sul dirigida à bacia do Mediterrâneo?

De Essen não saiu nem uma coisa nem outra, nem qualquer outra coisa que se possa qualificar como clara.

Dá a sensação de frustração.

Mas não nos fiemos nas aparências.

A presidência alemã deixou, no seu Conselho de encerramento, orientações que não serão claras, mas que uma leitura atenta das suas conclusões leva a vislumbrar ou a confirmar.

Debaixo da capa de iniquidade, por detrás da aparente superficialidade, há uma inequívoca inoperância quanto ao problema maior do desemprego e outras consequências sociais da estratégia económica, da estratégia económica que coincide com uma implícita orientação no sentido do alargamento para o Centro e Leste europeus, nas formas e com o calendário que se puder pôr em prática.

Serão estas as conclusões ou resoluções que a presidência alemã impôs para o futuro que a ela se seguirá e que a Alemanha controlará.

Que se poderia esperar/pedir ao Parlamento Europeu?

Uma posição clara que aceitasse ou condenasse o défice social do Conselho Europeu, que sublinhasse - concordando ou discordando - a implícita orientação para Centro e Leste europeus com decorrente desatenção e prejuízo para outras áreas da Europa e do mundo, a começar pelo abandono da interna coesão económica e social com a efectiva mas não confessada adopção de teses de núcleo duro e de periferias que noutros lugares se afirmam como se não fosse para levar a sério.

Mas não é essa a resposta do Parlamento.

A aparente iniquidade respondeu-se com real vacuidade, à não inocente superficialidade respondeu-se com equívoca e voluntária ambiguidade, à aparente iniquidade e à não inocente superficialidade respondeu-se com a procura de compromissos vazios e ambíguos.

Deste Parlamento desejávamos uma posição em que participássemos, que nos merecesse acordo ou que justificasse o nosso desacordo e batalha política.

Não foi possível que assim acontecesse.

Só tarde, depois de muito esforço tomado inútil, já em tempo irrecuperável, se abandonou o compromisso que nada diria tudo aceitando, sem a viabilidade de se chegar a uma posição coerente, de real e útil compromisso que servisse os povos que nos elegeram.

Ao menos, como inequívoca posição de alternativa, como clara opção pelo combate ao desemprego, pela indispensável e urgente valorização da dimensão social.

Que fique mais esta lição!

(Declaração de voto de Sérgio Ribeiro, em nome do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia, relativamente às propostas de resolução sobre o Conselho Europeu de Essen)

águas territoriais portuguesas (zona das 12 milhas) à frota comunitária.

Na ocasião, o eurodeputado comunista Joaquim Miranda fez notar que, no fundamental, é nas plataformas continentais que se encontram os recursos pesqueiros, acontecendo que a plataforma continental portuguesa coincide em grande parte com as 12 milhas, facto que nem sempre se verifica noutros países e que confere particular acuidade ao que se propõe: a intenção de antecipar para 1996 a integração na Política Comum de Pescas, até ao momento perspectivada para o ano 2002.

A juntar a esta questão, sublinhou o eurodeputado, está o facto de os interesses portugueses não coincidirem, antes contrastarem, neste domínio, com os da Espanha.

Como Joaquim Miranda fez notar, "a especificidade das pescas portuguesas decorre do facto de as respectivas capturas procederem do

mar territorial, do enorme peso das pequenas embarcações - mais de 10.000 que desembarcam as suas capturas em mais de 100 locais diferentes -, de economia de meios postos nessas capturas e, ainda, do facto de mais de quatro quintos dos pescadores portugueses operarem na zona das 12 milhas, recolhendo aí 83 por cento do valor global do pescado nacional".

A questão é agravada, por outro lado, com a pretensão do livre acesso ao mar dos Açores, apesar de ser considerado uma "zona sensível", e com a diminuição dos esforços globais de pesca, o que em termos práticos se traduzirá, denunciou Joaquim Miranda, "em mais abates e consequentemente na depauperização da já débil frota portuguesa".

Resta saber, conhecida que é a tendência das autoridades portuguesas para cedências fáceis, se nestas negociações os interesses nacionais serão devidamente acautelados.

Coreia

A Coreia do Norte acusou os Estados Unidos e a Coreia do Sul de desenvolverem uma importante manobra aérea bélica contra si, incluindo o incidente em que se envolveu um helicóptero norte-americano de reconhecimento. A agência noticiosa oficial norte-coreana acusou os exércitos norte-americano e sul-coreano de exercícios militares incluindo 560 aviões militares. Entretanto, o presidente dos EUA, Bill Clinton, pediu a Pyongyang a entrega imediata do piloto do helicóptero norte-americano que entrou, sábado, no espaço aéreo da Coreia do Norte, e que sobreviveu ao acidente. Segundo a Casa Branca, o presidente solicitou também um contacto directo com o piloto e a transladação para os EUA do corpo do oficial que morreu. O aparelho entrou no espaço aéreo norte-coreano quando sobrevoava a zona desmilitarizada que separa o norte do sul da península. Segundo o Pentágono (secretaria de defesa norte-americana), a aeronave realizava uma missão de treino de rotina (não de reconhecimento) e não transportava armas.

Palestina

O líder da OLP, Yasser Arafat, acusou Israel - num encontro com diplomatas dos Estados Unidos, Rússia e União Europeia (UE) - de estar a bloquear o processo de paz com os palestinianos. O presidente da Autoridade palestiniana salientou os perigos da "posição de Israel, tal como foi exposta na última sessão de negociações" com a OLP a semana passada no Cairo, indicou o porta-voz de Arafat.

Nessa reunião, Israel propôs "várias alterações à Declaração de princípios israelo-palestiniana (de Setembro de 1993), designadamente no capítulo da nova distribuição das forças de ocupação israelitas antes das eleições", precisou Nabil Abu Rudeina. "Trata-se de uma nítida violação das regras do processo de paz", acrescentou o porta-voz palestiniano, acusando o estado hebreu de "levantar obstáculos" ao processo.

As negociações israelo-palestinianas para o alargamento do processo autonómico têm estado a marcar passo. Israel hesita em retirar o seu exército dos centros urbanos da Cisjordânia ocupada. Pela sua parte, Arafat exige a aplicação da Declaração de princípios que prevê essa transferência antes da convocação de eleições gerais palestinianas.

Eslovénia

Os candidatos independentes conquistaram numerosos municípios, em detrimento dos partidos tradicionais na segunda volta das eleições autarquias realizadas domingo na Eslovénia, de acordo com dados da comissão eleitoral.

Alemanha

Política anticomunista em cheque

A política anticomunista promovida em Bona, sofreu estes dias um significativo desaire ao ver recusada pelo tribunal administrativo de Berlim a decisão assumida pelo fisco de exigir ao Partido do Socialismo Democrático (PDS) a quantia de 67 milhões de marcos.

Uma exigência das finanças denunciada pelo PDS como uma tentativa de estrangular no plano económico um partido que se tem vindo a afirmar claramente no plano político, tendo obtido no leste da Alemanha, nas últimas eleições, 20 por cento dos votos.

A justificação avançada pelo fisco era a de que o PDS, enquanto sucessor do SED (o partido anteriormente no poder na RDA), deveria regularizar os impostos desta extinta organização, referentes a 1990. Um quantitativo calculado com base nos bens ligados ao SED, mas de que o PDS nunca beneficiou.

De facto, foi a Treuhand, organização encarregada das privatizações na ex-RDA, quem se apropriou dos lucros dos quais se pretendia agora pedir contas ao PDS.

Reflectindo as motivações políticas na base desta exigência, o texto do Ministério do Interior com que se apresentava queixa contra o PDS, primava pela violência da linguagem, acusando o Partido do Socialismo Democrático de "herdeiro" dos que teriam imposto "sacrifícios extremos à população da RDA".

Já anteriormente à decisão do tribunal de Berlim, a comissão parlamentar independente encarregada das transferências de poder dos antigos partidos da ex-RDA para as correspondente organizações unificadas (e na qual o PDS não está representado) havia considerado a exigência do Ministério das Finanças como contrária aos princípios que regulamentam a unificação.

Entretanto, em 1 de Dezembro, Lothar Bisky, presidente do PDS, e Gregor Gysi, chefe do grupo parlamentar deste partido, tinham iniciado uma greve de fome, para protestar contra esta tentativa de silenciamento de um partido que tem vindo a registar sucessivos progressos no plano eleitoral.

Múltiplas mensagens de apoio e protesto foram enviadas, de todo o mundo, ao governo de Kohl. Na cidade de Berlim e por toda a região, dezenas de milhar de pessoas manifestaram-se nas ruas, exprimindo o seu protesto e a solidariedade com o PDS.

Significativamente, a decisão judicial desfavorável ao gover-



Dezenas de milhar de pessoas manifestaram em Berlim a sua solidariedade com o PDS

no alemão surgiu no mesmo dia em que era divulgada uma sondagem indicando que 41% dos alemães da zona leste do país consideram que o PDS poderia bem participar no governo.

O que nestes dias se passou, em torno deste processo, a solidariedade, as manifestações de

rua que o acompanharam, é também um testemunho da reacção dos alemães, em particular no leste, aos graves problemas gerados pela política de Bona.

Em recente entrevista à revista "Deutschland", a directora do Instituto de Allensbach, Elisabeth Noelle-Neumann, considera que se tem vindo a registar um significativo deslocamento entre duas opções fundamentais - "justiça social" e "liberdade". Em 1970, as opções, na Alemanha Ocidental, estavam relativamente equilibradas. Em 1990, a resposta "liberdade" assumia uma inequívoca liderança. Mas posteriormente viria a operar-se nova deslocação. No leste, e com "muito avanço, a "justiça social", a "igualdade" entre os homens, parecia mais importante para as pessoas". Uma tendência que se começou também a estender no ocidente.

Trata-se, na verdade, de opções indivisíveis, como no fundo a bem recente história da Europa testemunha. O acento posto em cada uma delas, em diferentes períodos, tem naturalmente a ver com as preocupações dominantes. E hoje, os problemas que se colocam na área social assumem um carácter particularmente grave.

Após a reunificação da Alemanha, a ex-RDA foi sujeita a um vasto processo de desindustrialização, a sua agricultura sufocada: metade da população activa está sem trabalho.

Também a ocidente se regista um agravamento do desemprego e da "nova pobreza".

A agressividade da política anticomunista do governo de Bona é no fundo o outro lado da moeda da sua política socioeconómica. É a política, assumida, de defesa dos interesses do grande capital alemão, numa Europa onde hoje ocupa posição cimeira.

Desconhecidos causaram um incêndio criminoso num lar de refugiados da ex-Jugoslávia que pediram asilo na Alemanha, provocando quatro feridos ligeiros.

Os incendiários entraram num edifício onde se situam várias instituições caritativas, nomeadamente a Cruz Vermelha, e que tem uma ala para requerentes de asilo.

Depois de forçarem portas, fizeram várias fogueiras na parte do edifício destinada aos imigrantes da ex-Jugoslávia.

O incêndio, que causou pequenos estragos, obrigou a tratamento hospitalar por inalação de fumo a uma mulher e três crianças de dois a cinco meses de idade.

Dezenas de incêndios criminosos, provocados por simpatizantes da extrema-direita, têm visado estrangeiros vivendo na Alemanha desde a reunificação. Três turcos morreram em Moelln, norte do país, em Novembro de 1992, e mais cinco em Solingen, no ocidente, em Maio do ano passado.

O discurso no Bundestag que Bona pretendeu silenciar

Em 10 de Novembro passado, e por força das regras em vigor na Alemanha, coube a vez ao escritor Stefan Heym, deputado pelo PDS, deão no Bundestag, pronunciar o discurso de abertura da 13ª Dieta da República Alemã.

Por decisão do governo alemão, este discurso - de que aqui reproduzimos alguns significativos extractos - não foi publicado, como é normal, no jornal oficial.

Uma voz que Bona teve que tolerar no Parlamento. Mas que pretendeu silenciar fora dos seus muros.

• Vemos quotidianamente à nossa volta o desemprego, os sem-abrigo, a guerra e a violência, catástrofes naturais de pro-

porções até agora desconhecidas. Contra tudo isto, os melhores exércitos são impotentes. São necessárias soluções cívicas, políticas, económicas, sociais, culturais. Não nos limitemos a falar da liquidação da dívida dos mais pobres. Liquidemos essa dívida! Os refugiados que afluem ao nosso país não são nossos inimigos. Os inimigos são os que os empurram para a fuga. A tolerância, o respeito mútuo, as contradições, a diversidade de opiniões, são necessárias. (...) A humanidade só pode sobreviver através da solidariedade. Antes do mais exige-se solidariedade no nosso próprio país.

• A análise do passado, de que tanto se fala a propósito de legi-

timidade, deveria ser uma questão de todo o povo alemão, de forma a que não sejam possíveis novas acções ilegítimas. Mas não esqueçamos que os decênios de guerra fria, que nos trouxeram a divisão da Alemanha, o terrível muro e as suas consequências, se examinados numa perspectiva histórica, são resultado do regime hitleriano e da Segunda Guerra Mundial por ele provocada.

• A eficácia do Ocidente, as suas formas de democracia, a qualidade de vida, que deveriam ser acessíveis aos alemães de leste, são uma realidade. Mas não existirão igualmente experiências da vida da ex-RDA que seriam úteis para o futuro comum da Alemanha? O direito

ao trabalho, a garantia de uma carreira profissional, a certeza de ter um tecto. (...) Não subestime, por favor, uma vida em que, apesar de todas as restrições, o dinheiro não é todopoderoso, em que homens e mulheres tinham igual direito ao trabalho, o aluguer da habitação era comportável.

• Impõe-se, antes do mais, libertar as pessoas das suas angústias. Que os alemães do ocidente deixem de temer que o leste lhes roube as suas economias e os seus postos de trabalho. Que os alemães de leste deixem de temer que o ocidente lhes roube as suas casas e as suas terras, para além dos seus postos de trabalho, ou não reconheça os seus diplomas profis-

sionais, ou corte as suas reformas. Angústias? Não serão antes realidades?

• As pessoas esperam de nós, antes do mais, a criação de condições sociais de vida aceitáveis e justas e a protecção do ambiente. Aqui no Bundestag há certamente opiniões muito divergentes. Haverá que discutí-las serenamente. Espero, entretanto, que sejamos unânimes num ponto: o chauvinismo, o racismo, o anti-semitismo e os métodos estalinistas devem ser banidos para sempre do nosso país. O Bundestag não pode impedi-los, mas pode contribuir para criar um clima em que os defensores de tão absurdas mentalidades se sintam rejeitados.

Bulgária PSB alcança maioria absoluta

O Partido Socialista Búlgaro (PSB, ex-comunistas) é o grande vencedor das eleições legislativas do passado domingo, tendo alcançado a maioria absoluta, com mais de 43 por cento dos votos (quando apurados 92% da votação nacional), a que correspondem 124 ou 125 mandatos num Parlamento de 240 lugares.

O bloco liberal e anticomunista UDF, anteriormente no poder, ficou-se pelos 23,8% dos votos e 68 deputados.

A vitória do PSB insere-se num vasto movimento, na Europa central e de leste, contra as políticas liberais que têm vindo a ser aplicadas, varrendo as conquistas sociais anteriormen-

te garantidas, e gerando gravíssimos problemas de ordem socioeconómica.

A situação na Bulgária é particularmente grave. Segundo um recente relatório da ONU, a Bulgária regista alguns dos piores indicadores socioeconómicos da Europa. A política de choque imposta ao país - de acordo com os esquemas normalmente aplicados pelo FMI - arrastou a Bulgária para uma situação catastrófica, tornando a vida quotidiana extremamente difícil. A inflação atingiu os 112%. As quebras no consumo são muito acentuadas - por exemplo, o consumo anual de carne *per capita* passou, em quatro anos, de 77 quilos para 14. A baixa no consu-



A política do governo de direita levou a uma grave crise no país com particular repercussão nas condições de vida dos trabalhadores

mo de leite foi de 195 para 37 litros por ano e por habitante. Actualmente, a Bulgária é o país da Europa com mais elevado nível de desemprego - 20% da população activa. A diferenciação social aprofundou-se radicalmente e mais de metade da população vive abaixo do limiar da pobreza.

A perda do essencial dos mercados externos, baseados no comércio com a ex-União Soviética, a abertura para a Europa, teve como resultado quebras na produção da ordem dos 50% e a importação massiva de produtos norte-americanos e europeus, mesmo no domínio dos produtos agrícolas, anteriormente uma actividade florescente.

Um quadro muito difícil para o qual o PSB tentará dar resposta com base nos parâmetros políticos em que desenvolveu a sua campanha - o prosseguimento de um processo de privatizações, em que se tentaria

dar uma palavra e um lugar aos trabalhadores, e a prioridade para as preocupações sociais.

O mesmo enquadramento internacional, com renegociação dos acordos com o FMI.

Saudação do PCP

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Executivo do Conselho Supremo do Partido Socialista Búlgaro a mensagem que transcrevemos.

Queridos camaradas,

Enviamo-vos calorosas saudações dos comunistas portugueses pela grande vitória do Partido Socialista Búlgaro nas eleições legislativas de 18 de Dezembro. Desejamo-vos os maiores êxitos na vossa ulterior actividade, como maior partido da Bulgária, no interesse dos trabalhadores e do povo búlgaro, na melhoria das suas condições de vida e progresso social. Asseguramo-vos o nosso firme desejo de prosseguir e reforçar as relações de amizade e cooperação entre os nossos dois Partidos.

Tchetchénia A lógica da guerra

A lógica das armas parece sobrepor-se à de possíveis negociações, no confronto que se vive na Tchetchénia e que poderá vir a estender-se a toda a região do Cáucaso. No centro do conflito a tensão que se arrasta desde a autoproclamação da independência, em 27 de Outubro de 1991, na sequência da eleição do actual presidente, Djokhar Dudaiev, antigo general do exército soviético, e que hoje apela aos "islâmicos do mundo inteiro", na guerra que ameaça instalar-se na região.

Na Rússia, múltiplas são as vozes contra a escalada militar, por parte de vários sectores da oposição, tanto mais quanto se teme que tal intervenção possa vir a ser de facto o prelúdio de um reforço do poder autoritário de Ieltsin por toda a Federação e uma ameaça mais aos direitos democráticos.

No passado dia 11, numa manhã de domingo, as tropas russas entraram na Tchetchénia, para "reestabelecer a ordem constitucional" e "desarmar os

bandos armados ilegais". Os primeiros mortos foram cinco civis desarmados. A intervenção veio na sequência do decreto assinado pelo presidente russo, Boris Ieltsin, autorizando "todas as medidas necessárias" para pôr fim à situação que se vive no país desde a autoproclamação da independência.

No início desta semana, e após nova escalada militar, com o primeiro bombardeamento pelas forças russas de Grozni, capital da república secessionista, o presidente tchetcheno, Dudaiev, apelou a conversações de paz e à suspensão das acções militares. Anteriormente recusara qualquer encontro que não partisse da base de um reconhecimento da independência. Mas a abertura da via do diálogo é ainda neste momento muito incerta.

A Tchetchénia é um pequeníssimo país, com 1,2 milhões de habitantes, nas montanhas do norte do Cáucaso, de religião muçulmana desde o século XVIII. Possui importantes reservas de petróleo.



XV Assembleia da Paz

"A XV Assembleia da Paz considera existirem no panorama internacional importantes motivos de preocupação que requerem da opinião pública em geral e das forças amantes da paz uma consciência e compreensão cada vez mais profundas, uma mobilização crescente, uma intervenção sempre mais eficaz", sublinha-se no documento aprovado sábado passado no encontro promovido pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação no Auditório do Padrão dos Descobrimentos, em Belém.

Da ordem de trabalhos da Assembleia constaram uma análise da situação política internacional e nacional; análise e aprovação do relatório de actividades e contas de 1992/93; análise e aprovação do plano de actividades e do programa para o biénio de 1995/96 e eleição dos corpos gerentes.

Na Resolução política aprovada pela Assembleia, referem-se, como "traços mais marcantes da actual situação", que "condicionam fortemente a evolução política futura": a modernização dos armamentos; a regulação das relações internacionais; explosão dos nacionalismos e fundamentalismos; opressão dos povos e violação dos direitos humanos; ambiente e desenvolvimento sempre adiados; a crise dos países ricos e o avanço do racismo e da extrema-direita.

Ao abordar as tarefas do movimento da paz, o documento aprovado na XV Assembleia destaca, como "linhas de força do trabalho do CPPC no próximo biénio":

- necessidade de dar prioridade às tarefas e às iniciativas para angariação de fundos;
- aumentar o peso e profundidade do trabalho nas áreas do desarmamento, da segurança e cooperação europeia, e neste âmbito tomar medidas para assinalar a passagem de efemérides como os 50º aniversários da ONU, de Hiroshima e Nagasaki e da derrota do nazifascismo, e ter em conta a renegociação do Tratado de não-proliferação nuclear;
- aprofundar as perspectivas existentes no desenvolvimento de projectos de cooperação, em particular com a África Austral;
- manter como vectores fundamentais do trabalho de solidariedade, África Austral - considerando com as partes interessadas a possibilidade e oportunidade de realização da II Conferência dos Estados da Linha da Frente - Timor, Médio Oriente e Cuba.

No sufrágio de domingo, os partidos de esquerda reforçaram as suas posições nas grandes cidades. No domingo, cerca de 1,5 milhões de eleitores escolheram 90 presidentes de Câmara entre 180 candidatos.

França

O jornal "Informatin" destaca em manchete que "o padre Pierre instalou os seus pobres nas casas dos ricos". O "Informatin" refere-se à operação de ocupação, domingo, de um prédio devoluto, em pleno coração do Quartier Latin, por várias dezenas de famílias sem abrigo. E o jornal acrescenta: "trata-se de uma operação de sensibilização destinada a alertar a opinião pública a alguns meses das eleições". Também o "Libération" e o "L'Humanité", órgão do PCF, consagram as respectivas manchetes ao mesmo tema. O primeiro destaca em editorial que "quarenta anos após o seu célebre apelo, o Padre Pierre continua indignado" e o segundo refere que "o Padre Pierre tem o mérito de colocar agora a questão dos sem abrigo em plena campanha eleitoral".

Sondagem

A maioria dos alemães está contra uma participação do seu país no conflito da Bósnia. Segundo uma sondagem, realizada entre 5 e 7 de Dezembro, à questão: "O governo deve enviar aviões Tornado para a Bósnia?", 62% dos inquiridos responderam negativamente (71% na Alemanha de leste e 59% na Alemanha ocidental).

Bósnia

Jimmy Carter, ex-presidente norte-americano, actualmente na Bósnia como mediador, afirmou que os líderes sérvios bósnios aceitam um cessar-fogo imediato e manifestam disposição de discutir o plano de paz apresentado pelo Grupo de Contacto (Estados Unidos, Rússia, Alemanha, França e Grã-Bretanha). A Casa Branca distanciou-se, entretanto, das afirmações de Carter, em particular no que respeita à sua conclusão de que a posição sérvia continua a ser apresentada de maneira deformada nos Estados Unidos.

Angola

Estão a chegar a Luanda mais observadores da ONU, que se irão juntar aos escassos 80 espalhados pelo imenso território angolano. No final desta fase, que se irá prolongar por dois meses, a ONU irá dispor de 126 polícias e 350 observadores militares. Os sete mil soldados de uma força de manutenção de paz começarão a chegar depois de 8 de Fevereiro. Prosseguem entretanto os encontros para discutir a aplicação do protocolo de Lusaca, em particular as modalidades de acantonamento, desarmamento e desmobilização de tropas.



No Natal
ofereça
livros!

edições
Avante!

■ Textos: Henrique Custódio
 ■ Fotos: Jorge Caria

O crime expresso na Linha do Tua

O Vale do Tua, no Distrito de Bragança, Trás-os-Montes, é das mais belas paisagens do mundo. Dizemo-lo nós, que o vimos, visite-o quem duvidar. Só por isso, a linha de caminho-de-ferro que o serpenteia merece ser património da Humanidade: ronronando à beira escarpa, varando montanhas por túneis que são obras de arte, cada viagem no comboio do Tua abre o miradouro das janelas a despenhadeiros deslumbrantes e deixa em êxtase quem nele experimenta andar. Mas a Linha do Tua, nos seus 54 quilómetros de via estreita entre Foz Tua/Mirandela e em século e tal de existência, foi e é muito mais que uma maravilha turística: desde a sua inauguração, em 1887, que arrancou do isolamento das serranias dezenas de povoações e milhares de pessoas, ligando-as aos centros urbanos, abrindo caminho ao progresso e dinamizando economicamente uma vasta região do Nordeste Transmontano.

É esta jóia das montanhas, este património nacional ímpar, que o Governo de Cavaco Silva quer desactivar sob o vendaval das privatizações. Via administração da CP - que controla directamente -, o Executivo PSD deixa degradar a linha numa agonia que já tem anos, cumprindo friamente um plano traçado há muito: o do desmantelamento da CP como serviço público, entregando as linhas rentáveis a privados e extinguindo as que, definhando, possam ser consideradas "ruinosas". O resto do *bolo* fica para as empresas de camionagem, que passam a abocanhar as rotas onde os comboios deixaram de passar. Mas apenas as rotas que dão lucro, pois os "privados" não andam aqui para servir os interesses públicos.

A pé ficarão as populações do Distrito de Bragança, a quem Cavaco "agradece", deste modo, o significativo apoio que lhe deram na conquista das duas maiorias absolutas com que tem vindo a estraçalhar os interesses do povo e do País. E mentindo-lhes descaradamente.

A Linha do Tua tem actualmente 54 quilómetros, entre Foz Tua e Mirandela, mas já andou pelo dobro: um outro troço entre Mirandela e Bragança, inaugurado no dia 1 de Dezembro de 1906, foi fechado em 15 de Dezembro de 1991 pela CP. É no mínimo sarcástica, esta meticulosidade em destruir uma via férrea no seu próprio aniversário, por sinal o que assinalava os 85 anos...

O processo com que se desenrolou o encerramento foi vergonhoso.

Após anos sucessivos de incúria deliberada na manutenção da linha, em simultâneo com a degradação de horários, estações e apeadeiros que afastassem as pessoas da utilização do comboio entre Mirandela e Bragança ("metodologia", aliás, que continua a ser aplicada ao troço restante, entre Mirandela e Foz Tua), a CP mandou encerrar este segmento sob a justificação da "falta de segurança". Corria o dia 15 de Dezembro de 1991, e aos protestos imediatos das populações, que se concentraram, aos milhares, em Bragança, respondia o Secretário de Estado dos Transportes, Jorge Antas, que "a Linha do Tua não tinha sido encerrada, mas sim suspensa preventivamente, por razões de segurança, no troço Mirandela/Bragança", e que "o transporte ferroviário será reatado logo que as condições de segurança sejam repostas", prometendo ainda que os principais responsáveis institucionais do Distrito iriam ser ouvidos e informados "sobre o estudo de conservação e viabilidade da Linha do Tua" e que a CP, "tão rápido quanto possível", iria manter "em alternativa e em simultâneo, o transporte ferroviário e rodoviário, de forma a poder servir todos os utentes".

Nesta altura, o Secretariado da Direcção da Organização Regional de Bragança (DORBA) do PCP alertava: "O Conselho de Gerência da CP, que é nomeado e depende do Governo, ao pretender substituir a circulação de comboios por autocarros de

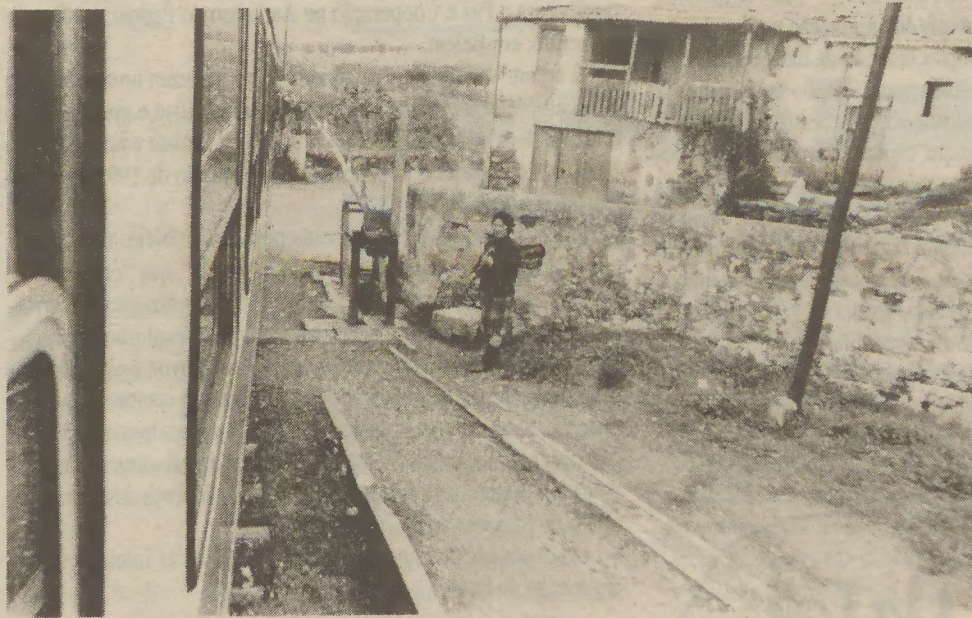
empresas privadas, utiliza mais uma vez o processo usado na Linha do Sabor e que conduziu ao seu encerramento definitivo". O Presidente da República manifestava a sua "total discordância", recordando o que afirmara na sua "Presidência Aberta" em Bragança: "além do valor cultural e turístico indiscutível" da Linha do Tua, "uma questão desta natureza não deve ser encerrada, como o fez a CP, de um ponto de vista meramente economicista, segundo o exclusivo critério da rentabilidade".



Pormenor do interior de uma das carruagens do belo comboio do Tua, em pleno andamento



Estação de Foz Tua. Onde começa uma Linha de sonho, que este Governo quer, pura e simplesmente, liquidar



A segurança nas passagens de nível é dos poucos serviços que a CP (ainda) não retirou da Linha do Tua

Era de noite e levaram

Não foi necessário esperar um ano para se confirmarem as apreensões da DORBA do PCP: a 13 de Outubro seguinte, pela calada da noite e a coberto de grande aparato policial, foram retiradas as automotoras que ainda se encontravam na estação da CP em Bragança. Era o encerramento definitivo do troço Bragança/Mirandela da Linha do Tua, "contrariando promessas do Conselho de Gerência da CP

e do Governo", como denunciava uma nota da DORBA do PCP emitida na ocasião, repudiando "estas manobras e a atitude de cobardia que representa levantar o material durante a noite, no mesmo dia em que a maioria dos trabalhadores a prestarem serviço em Bragança estão fora".

Para trás ficava um chorrilho de mentiras, a começar pelas do ministro Ferreira do Amaral ao responder, na Assembleia da República, a uma interpelação do deputado comunista Agostinho Lopes, meses antes do encerramento definitivo, que "a Linha do Tua não foi descontinuada nem temos intenção de o fazer. Apenas há três alternativas que estamos a estudar".

Das três alternativas apontadas pelo ministro, nenhuma previa o encerramento - mas foi esta a adoptada, meses depois...

Não foi apenas o Poder Executivo do País a mentir com este descaramento. O Governador Civil de Bragança, que é também o principal dirigente do PSD no Distrito, falava assim aos jornais, quando em Março de 1992 foi confrontado com 10.000 assinaturas exigindo a manutenção da Linha do Tua e milhares de pessoas gritando o seu protesto nas ruas de Bragança: "Esta questão é muito importante e nota-se que as pessoas andam apreensivas. No entanto, quero frisar que em nenhum momento o Governo anunciou intenção de proceder ao encerramento da linha".

Isto de um homem que, teoricamente, defende os interesses duma Região onde é Governador Civil...

O pano de fundo

A sequência dos acontecimentos é conhecida. Após o encerramento do troço Bragança/Mirandela em 15 de Dezembro de 1991, a CP garantiu durante uns tempos alternativas, embora deficientes, de transporte rodoviário para as populações atingidas. Hoje esses transportes rareiam ou apontam para tarifas incomportáveis, lançando milhares de pessoas na solidão e no desespero.

As ameaças de agravamento da situação adensam-se, negras, sobre as montanhas do Nordeste Transmontano, como denunciou um Requerimento apresentado na Assembleia da República em 21 de Julho deste ano pelo deputado comunista José Manuel Maia, onde se dizia: "As populações que vinham a ser servidas por transporte alternativo ao transporte ferroviário da Linha do Tua estão muito preocupadas com outras anunciadas soluções, penalizadoras dos utentes e que não têm em conta a situação socioeconómica da região transmontana". E o Requerimento transcrevia uma Moção aprovada pela Assembleia Municipal de Bragança e enviada ao Grupo Parlamentar do PCP, onde as preocupações da população nordestina estão bem patentes:

"Por informações veiculadas, que reputamos merecedoras do maior crédito e consideração", afirma a Moção da AM de Bragança, "a Administração da CP, em perfeita sintonia com o Governo, quer mais uma vez agravar as tão já degradadas condições socioeconómicas dos utentes da denominada solução alternativa aos transportes ferroviários que a CP vem efectuando por intermédio da empresa de viação «Auto-Tâmega», na Linha do Tua".

E o documento continua: "A confirmar-se o que está a ser habilmente cozinhado nos gabinetes, pelo Governo e a Administração da



"Ronronando à beira escarpa, varando montanhas por túneis que são obras de arte, cada viagem no comboio do Tua abre o miradouro das janelas a despenhadeiros deslumbrantes"

CP, à revelia das legítimas expectativas das populações, defraudando assim mais uma vez os legítimos anseios das nossas gentes, certamente passarão a constar do articulado da nova concessão à empresa RODONORTE, novas e mais gravosas cláusulas contratuais, que irão afectar os habitantes a todos os níveis". E a Moção especifica esses agravamentos: o fim das regalias sociais que usufruem alguns utentes, nomeadamente jovens, estudantes, reformados, militares e os próprios funcionários da CP no activo, bem como a imposição, sobre os bilhetes, dos preços normais do mercado praticados nos transportes privados pela RODONORTE.

Como pano de fundo desta situação, escancara-se a estratégia do Governo de Cavaco Silva para os caminhos-de-ferro portugueses: por um lado, vultosos investimentos na modernização das linhas rentáveis, visando a sua posterior entrega aos privados; por outro, a destruição deliberada da operacionalidade nas linhas menos rentáveis, com o duplo objectivo de as encerrar e abrir caminho aos operadores rodoviários privados.

Foi esta estratégia, que já vitimou a Linha do Sabor e se prepara para destruir as linhas férreas de Trás-os-Montes e Alto Douro, que já entrou em acção na Linha do Tua, ao encerrar o troço Bragança/Mirandela.

Uma estratégia que, como numerosas vezes a DORBA do PCP tem denunciado, "contraria orientações de importantes textos da Comissão da Comunidade Europeia e do Conselho da Europa, onde se defende a necessidade de recuperar o transporte ferroviário, mesmo o das vias estreitas, por ser mais económico e menos poluente". Além disso "é reconhecido que o encerramento de pequenas linhas secundárias e a sua substituição por autocarros provocam maior interioridade das populações das regiões rurais ou periféricas. A substituição do transporte ferroviário pelo rodoviário encarece o preço dos factores de produção e dificulta o escoamento de produtos da lavoura", acrescenta a DORBA do PCP.

Isto para não falar no extraordinário património nacional que a Linha do Tua constitui, cuja importância histórica e potencialidade turística levariam, só por si, qualquer Governo digno desse nome a dele cuidar adequadamente.

Mas Portugal não tem um Governo qualquer. O seu Executivo tem à frente um homem sem dúvidas e que raramente se engana e pratica uma política de "sucesso".



No tempo desta máquina a carvão (hoje a apodrecer na estação de Foz Tua), há mais de 40 anos, o percurso até Mirandela fazia-se em menos 30 minutos que hoje, com máquina a diesel, pela simples razão de que a CP impõe um andamento reduzido em nome da "segurança" e para "espantar fregueses"



Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP, quando há 15 dias se deslocou a Bragança para participar na 2ª Assembleia da DORBA, viajou na Linha do Tua para se inteirar, pessoalmente, dos problemas



A tática da CP e do Governo para destruir a Linha do Tua é grosseiramente linear: encerra os serviços das estações do percurso (a da foto é apenas uma entre muitas que surpreendemos abandonadas), degrada os horários, não conserva a via, impõe andamentos inferiores aos praticados há 40 anos para afastar os utentes... e depois declara que a Linha não é "segura" nem "rentável"...

Uma Linha centenária

A linha férrea entre Foz Tua e Bragança, passando por Mirandela, foi pensada ainda antes de 1879, no quadro de um plano que a levaria até à fronteira com a Espanha. Tal plano não se concretizaria, mas a Linha do Tua sim.

O contrato de construção da Linha Tua-Mirandela efectivou-se em Junho de 1884, tendo sido dada como concluída em Setembro de 1887, com a extensão de 54 quilómetros e apresentando verdadeiras obras de arte no seu percurso: seis túneis com o comprimento de 522 metros, dois viadutos de ferro e quatro pontes.

A construção do troço Mirandela-Bragança demorou mais tempo a concretizar-se e continuou a mobilizar a luta dos nordestinos, que chegaram a paralisar o comércio e a enviar a sua pretensão ao Terreiro do Paço através do Governador Civil de então, Abílio Bessa. Os primeiros trabalhos da linha seriam iniciados com toda a pompa e circunstância em 1903, terminando três anos depois, em 1906, tendo o primeiro comboio chegado a Bragança em 1 de Dezembro desse ano, data inaugural da Linha do Tua em toda a sua extensão.

Esta caminho-de-ferro de linha estreita seria decisivo para romper o atávico isolamento dos habitantes da Região, ao mesmo tempo que impulsionava o seu progresso e desenvolvimento, permitindo a circulação de mercadorias e o escoamento expedito dos produtos agrícolas. Ao longo de mais de um século, a Linha do Tua tornou-se não apenas indispensável para milhares de pessoas e uma vasta parcela do território nacional, como se constituiu num dos mais belos trajectos ferroviários do País, a pedir meças às maravilhas do mundo neste campo.

Hoje, quando a Linha do Tua continua o meio mais expedito para a deslocação dos habitantes que serve, quando, ao mesmo tempo, a própria Comunidade Europeia aponta para a reutilização e o incremento do transporte ferroviário, por ser mais económico e incomparavelmente menos poluente, o Governo de Cavaco Silva insiste na sua destruição, sob argumentos de estreito economicismo e ao serviço de interesses privados não menos estreitos, numa voracidade cega a tudo que não seja o próprio lucro.

Os amigos da onça

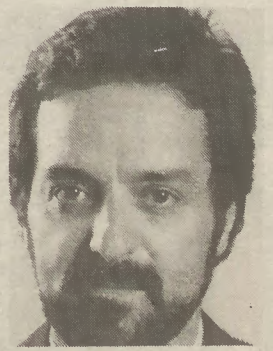
Apanhando a boleia dos protestos populares que gritaram a sua indignação quando do encerramento do troço Bragança-Mirandela, em Dezembro de 1991, a Federação Distrital do PS emitiu, na ocasião, um inflamado documento a acusar o Governo de "dar uma amarga prenda de Natal ao Nordeste transmontano", cujo terminava com esta bela tirada: "Acaba de se cometer mais um crime contra o Nordeste e queremos deixar bem vincado o nosso protesto. Os socialistas estão contra o encerramento da Linha do Tua".

Entretanto, cheirando a mesma boleia, o CDS de Manuel Monteiro já foi de passeio à Linha do Tua, para gorgear lamentos pela sua sorte e captar mais algum tempo de antena com uma bela paisagem ao fundo.

O que valem, realmente, estes empenhos na defesa séria dos interesses das populações do Nordeste Transmontano, viu-se em finais de 1992, quando o Grupo Parlamentar do PCP apresentou uma proposta de alteração ao Orçamento de Estado para 1993, que previa uma verba de 750 mil contos para reparação e beneficiação da linha férrea do Tua (aliás, apontada, pelo Governo, como a hipótese mais barata para manter a Linha).

Viu-se o resultado: na votação desta proposta do PCP (que, assinala-se, surgiu, solitária em S. Bento...), o CDS e o PSD votaram contra (incluindo os deputados eleitos pelo círculo de Bragança) e o PS, talvez "para deixar bem vincado o seu protesto" ... absteve-se.

Alargamento da CE e GATT: o debate escamoteado



LUÍS SÁ
Membro
da Comissão Política

É NECESSÁRIO rejeitar a posição dos que pretendem instrumentalizar a «liberalização do comércio internacional» para impor níveis salariais e de protecção social cada vez mais baixos, a pretexto de competir com países que praticam o «dumping social e ecológico» que os acordos do GATT não impedem.

Na passada quinta-feira, há precisamente uma semana, em plena efervescência política, foi aprovado para ratificação o alargamento das Comunidades Europeias a três novos países e o acordo de Marraquexe, conhecido por GATT. Dificilmente acontecimentos com maior projecção e consequências futuras na vida do País e dos povos, sobretudo o segundo, poderiam ter passado mais despercebidos da opinião pública. São estas as leis da política-espectáculo e do imediatismo político, conjugadas com uma política governamental que sistematicamente subalterniza o debate público e a instituição parlamentar, à qual entregou a versão definitiva do acordo do GATT, por exemplo, com escassas horas de antecedência em relação ao debate parlamentar.

O alargamento da CE à Suécia, Finlândia e Áustria, pelo seu lado, coloca muitas questões contraditórias e justas interrogações acerca do futuro da Comunidade. É certo que, à partida, poderia provocar alguma reacção de simpatia num país como Portugal. Os aderentes são países ricos, que serão contribuintes líquidos da CE, para quem goste de privilegiar o lado financeiro das questões. Trata-se, por outro lado, de enriquecer a Europa comunitária com novas perspectivas e novas culturas, dificultando o êxito dos que a pretendem uniformizar e diluir as identidades nacionais e regionais numa mítica «identidade europeia», que não explicam exactamente o que seja, e que só poderia ser correctamente entendida como baseada numa extrema diversidade e pluralidade de identidades, de culturas, de experiências históricas, de conquistas democráticas, duramente arrancadas ao longo da História através de grandes lutas contra forças conservadoras e autoritárias.

Para mais, trata-se de países com altos níveis médios, em termos comparativos, em matéria de condições de vida e de protecção social, o que não facilita a sua utilização como pretexto um nivelamento por baixo a pretexto da competitividade que a economia «europeia» teria que adquirir. Para mais, trata-se de países que fizeram preceder a adesão de largos debates e referendos nacionais, que apaixonaram e envolveram a opinião pública, usando de um direito que tem sido negado ao povo português.

Um processo desastroso

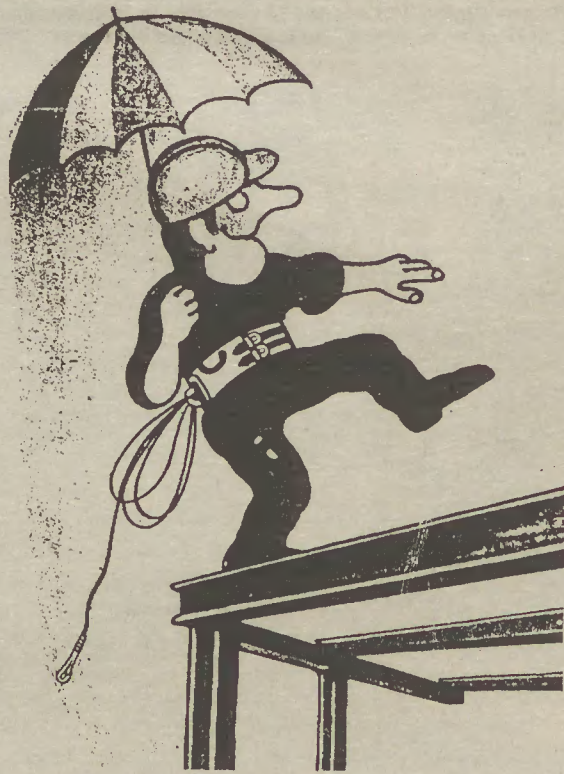
Um conjunto de factores obrigariam, porém, a ponderar mais cuidadosamente a questão do alargamento.

Em primeiro lugar, não se pode deixar de ter em conta as preocupações que levaram a maioria da população da Noruega, quase metade da população da Suécia e grandes percentagens da população dos outros dois Estados a oporem-se à adesão. Estão em causa, nesses planos, as políticas comunitárias e dos governos nacionais executadas em conexão com a CE, quer de direita, quer socialistas. O receio de, com a adesão, ver aumentado o desemprego, degradados serviços públicos e regalias sociais e prejudicados níveis de protecção ambiental em nome de outras opções e prioridades esteve, indiscutivelmente, na base de muitos votos contra. A Comunidade Europeia tem, indiscutivelmente, vindo a subalternizar a política social e a adoptar políticas que dão prioridade à convergência nominal (inflação, défice das contas públicas, estabilidade cambial) e ao caminho para a moeda única. Dessa forma, prejudicam o crescimento económico e o emprego. Em vez disso, impor-se-ia escolher a Europa da prioridade à coesão económica e social, da aproximação dos níveis de desenvolvimento, de altos níveis de protecção social e ambiental, de cooperação e respeito mútuo entre os povos. Estas diferentes prioridades seriam do interesse muito particular para um país semiperiférico como Portugal. Mas é evidente que as prioridades do neoliberalismo que tem, no essencial, dominado no processo de integração comunitária são outras.

Em segundo lugar, foi sujeito à aprovação da Assembleia da República e à ratificação ulterior um Tratado entre dezasseis países,

quando se sabe que a Noruega, que rejeitou a adesão em referendo, não o vai aprovar e ratificar. Por razões de celeridade, admitiu-se, assim, que os parlamentos nacionais aprovassem um tratado, que os Estados o ratificassem, e que fosse o Conselho a introduzir ulteriormente as alterações que entender para o adaptar ao facto de não ir ser ratificado com todos os países. Adopta-se, desta forma, um procedimento intolerável: em vez de alterar o tratado em conformidade com a recusa de adesão pela Noruega e submetê-lo depois aos parlamentos nacionais, estes aprovam um tratado entre dezasseis países e depois as instituições comunitárias alteram-no como entenderem para o adaptarem ao facto de ser um tratado só entre quinze países. Dir-se-á que a questão é só formal. Mas, nestas matérias, que têm que ver com a soberania dos Estados, a forma tem um valor simbólico. Este valor tem a ver com o respeito pelos Estados, que devem ser os únicos «donos dos tratados». Isto significa que só eles os devem poder alterar. Os parlamentos nacionais viram, assim, parcialmente preterida a sua competência em matéria de aprovação dos tratados em favor do Conselho das Comunidades e dos governos nacionais nele reunidos. De resto, há regras relativas à formação de maiorias para deliberar no Conselho, por exemplo, que a experiência de negociação deste tratado de adesão mostrou que estão longe de ser questões de mera forma.

Entretanto, no novo quadro que está criado, é imprescindível lutar contra a tentativa de um nivelamento por baixo das condições de vida e para que triunfem os interesses dos trabalhadores e dos povos. No caso concreto de Portugal, é imprescindível continuar o combate, nas novas condições, contra o risco de estar no «pelotão



da frente» em matéria de convergência de alguns indicadores como a inflação e o défice público e ficar cada vez mais no pelotão de trás no que respeita à economia real e às condições e qualidade de vida do nosso povo.

Vem aí a CIG 96

Esta adesão vai ocorrer, entretanto, quase nas vésperas das Conferências Intergovernamentais de 1996 (CIG 96) que vão preparar a revisão do Tratado de União Europeia. A pretexto das novas adesões aumenta a pressão de alguns sectores para instituir um directório de grandes potências, assente sobretudo no eixo franco-alemão e, em perspectiva, na hegemonia germânica. Recorde-se, de resto, que foi contestada, pela maioria do Parlamento Europeu, em especial por um relatório da autoria do seu actual Presidente Hansch aprovado na anterior «legislatura», a presidência rotativa do Conselho, a nomeação de membros para a Comissão por proposta de todos os Estados e a pluralidade de línguas de trabalho. Por outro lado, têm vindo a ser adiantadas outras propostas de novos figurinos institucionais que não só diminuiriam o estatuto dos pequenos e médios paí-

ses como apagariam ainda mais o papel dos Estados, das suas soberanias e dos parlamentos nacionais.

Aumenta de tom, por outro lado, o coro dos que afirmam que seria inevitável uma Europa dita de «geometria variável», ou de «várias velocidades», não com para reconhecer o respeito pelas condições e vontade de cada povo e de cada Estado, mas sim para instituir a desigualdade de direitos e de intervenção nas decisões e, sobretudo, a desigualdade de desenvolvimento e de condições de vida.

Neste quadro, impõe-se lutar sempre, apesar das dificuldades, de forma conjugada, nas várias instituições e com o movimento popular, pela coesão económica e social e pela prioridade à economia real; pelos direitos e altos níveis de protecção social e ambiental e pelos correspondentes apoios; pela igualdade de direitos dos países e dos povos.

Nas novas condições, impõe-se prosseguir as lutas pelos direitos e conquistas adquiridas dos povos e por uma Europa que dê prioridade aos interesses comuns dos vários povos e países, em vez de se colocar na dependência de lobbies ligados ao grande poder económico. Uma Europa que deve rejeitar a posição dos que pretendem instrumentalizar a «liberalização» do comércio internacional para impor níveis salariais e de protecção social cada vez mais baixos, a pretexto de competir com as áreas do mundo em que são praticados mais baixos salários, reconhecidos menores direitos, e em que se pratica o dumping social e ecológico, que os acordos de Marraquexe não impedem.

O Governo português está mais preocupado em fazer de bom aluno das piores orientações comunitárias, ao mesmo tempo que se atrasa na aplicação de medidas positivas. Por isso, esta é mais uma razão para afirmar: Portugal precisa de outra política comunitária e a Comunidade tem a ganhar com a contribuição que Portugal pode dar caso adopte uma nova política, de sentido democrático e patriótico.

Um acordo sem cautelas

Neste novo quadro, o acordo do GATT assume, sem dúvida, uma particular importância. Pode, a prazo, ser um verdadeiro terremoto para certas economias. Com ele, é um novo passo na «globalização» de certos problemas que é dado, e um novo passo que serve os grandes potentados económicos e não acautela interesses elementares dos trabalhadores e dos povos e de vastos sectores da economia. Afirma-se (afirma o PS, por exemplo) que não se trata de um mero acordo de liberalização do comércio internacional. Mas a verdade é que a liberalização está claramente prevista, enquanto que a introdução de cláusulas que impeçam que um país se aproveite de salários muito baixos e de atropelos dos mais elementares direitos dos trabalhadores para colocar produtos mais competitivos no mercado não está minimamente acautelada. A «cláusula social» no comércio internacional não é mais do que uma mera aspiração e uma bandeira de luta sem consagração efectiva. O mesmo se passa com a «cláusula ecológica», que permitiria impedir tornar produtos mais competitivos à custa de atropelos de normas ambientais e, eventualmente, da destruição de bens que deveriam integrar o património da Humanidade. Em vez da perspectiva de um mínimo de regulação, que a Organização Comum dos Mercados certamente não garantirá, pelo menos nos anos mais próximos, temos aí uma nova ofensiva contra os salários e direitos adquiridos pelos trabalhadores na Comunidade Europeia, a pretexto da competitividade dos «dragões» da Ásia, ou de outros. O «Livro Branco do Crescimento, da Competitividade e do Emprego», aprovado pela CE, e o próprio comportamento das organizações patronais aponta claramente neste sentido.

Este quadro aponta para a necessidade de duras lutas para enfrentar uma ofensiva que se desenha, agora com o pretexto da necessidade de fazer face à concorrência, não só na CE mas também no mercado internacional. São lutas tanto mais difíceis quanto o PS apoia o acordo do GATT, que votou favoravelmente na Assembleia da República, e não se demarca dos outros objectivos e prioridades da União Económica e Monetária e das vias para a «competitividade» que a CE aprovou. Seja como for, que alternativa pode restar aos trabalhadores a não ser lutar pelos seus direitos e condições de vida?

Seminário Nacional sobre a Festa do "Avante!"

■ Fernando Vicente

Passadas já 18 edições da nossa Festa, que se assumiu aos olhos de comunistas e não comunistas como o maior acontecimento político cultural de massas que se realiza anualmente no nosso país, e que é hoje para milhares de portugueses ponto de encontro obrigatório onde se revêem amigos e se pode fruir um espaço de liberdade e solidariedade, é agora a altura de dar resposta à necessidade de reflectir, pensar e inserir a FESTA na actividade do Partido.

Está aberto um debate em todo o Partido que culminará em 21 de Janeiro no «Seminário Nacional sobre a Festa do "Avante!"» a realizar no Seixal, que abordará colectivamente os problemas, as soluções, critérios e objectivos da nossa Festa à luz das transformações havidas na sociedade portuguesa.

O debate que já começou com reuniões preparatórias em algumas organizações e sectores, terá na reunião de 21 de Janeiro uma discussão em painéis onde serão abordados sucessivamente os temas da construção e financiamento (manhã) e programa, promoção e funcionamento (tarde) e vai constituir uma importante base de trabalho para ulterior análise e avaliação na direcção do Partido e da Festa com vistas a assegurar a continuação da Festa como um importante instrumento de iniciativa e intervenção de todo o Partido, atraindo ao nosso contacto e influência importantes camadas sociais e em particular a juventude.

Importante, também, que a Festa mantenha a sua capacidade mobilizadora e dinamizadora da organização do Partido, inserindo a sua preparação, construção, promoção e funcionamento nas preocupações e no calendário anual da actividade das diversas organizações do Partido: só assim a Festa, fruto de querer e trabalho colectivos, será assumida de facto por todo o Partido.

Algumas linhas de discussão estarão certamente presentes no debate agora iniciado:

- criação de estruturas de acompanhamento das diversas tarefas da Festa e responsabilização de quadros e outros membros do Partido;

- melhoria das condições de construção e realização da Festa na Quinta da Atalaia, em particular com o aumento das infra-estruturas e dos espaços verdes;

- alargamento do recinto e realização da Festa em 1996, no seu 20º aniversário;

- importância do trabalho militante na melhoria do património da Quinta, na dinâmica da vida partidária, na preparação, promoção, venda de EP e funcionamento da Festa;

- condições de trabalho, de segurança e de apoio aos milhares de camaradas e amigos do Partido que participam nas jornadas de trabalho;

- organização e aproveitamento do trabalho militante;

- a Festa, realidade sempre renovada e diversificada em cada ano, nas diversas vertentes (estética, cultural e de espectáculos);

- simplificação na construção da Festa, com diversificação, normalização e padronização de elementos de construção é compatível com melhoria de qualidade;

- articulação harmoniosa e cuidada dos aspectos e objectivos políticos e financeiros na consideração de todo o Partido;

- melhoria da qualidade em todos os aspectos: gastronomia, artesanato, programa político, cultural e dos espectáculos;

- segurança, tranquilidade, higiene e conforto: características indispensáveis ao bom ambiente e espírito de liberdade, amizade, solidariedade e convívio da Festa;

- a promoção da Festa é também uma tarefa militante e será facilitada pelo conhecimento atempado e fiável do que, em cada ano, vai ser a Festa nos seus diversos aspectos;

- o desporto como actividade de preparação, promoção e divulgação de âmbito regional e nacional que atinge sectores e camadas muito diversificadas;

- a venda antecipada da EP como título de solidariedade é indispensável à realização de fundos para o seu financiamento, à sua promoção dentro e fora do Partido, e ao equilíbrio financeiro dos resultados da Festa em condições adversas;

- a preparação, promoção e divulgação da Festa é responsabilidade não só da Direcção da Festa, mas de todo o Partido; é também um factor de dinamização e reforço das actividades das diversas organizações partidárias;

- as acessibilidades e os transportes;

- um programa político com um conteúdo diversificado em que se complemente a iniciativa central com a das Organizações Regionais, Sectores e Frentes de Trabalho;

- um programa cultural e de espectáculos que contemple e tenha em conta a diversidade social e etária dos visitantes da Festa, sem pôr em causa objectivos políticos.

Estes são alguns dos temas em discussão. A nossa Festa, verdadeira Festa de juventude que em 1994 teve a presença de cerca de 50% de jovens até aos 24 anos (58% até aos 30 anos) vindos de todo o país, certamente irá suscitar uma discussão mais alargada e criativa por parte de todos os que a têm no coração, como Festa de Abril e do Futuro que os comunistas constroem dia a dia, com a sua luta, a sua determinação e a sua militância.

O presente debate, debate sobre a Festa do "Avante!" na actividade do Partido, não sendo a discussão restrita da preparação da 19ª Festa do "Avante!", vai no entanto permitir aprofundar e colher alguns ensinamentos úteis à realização da Festa de 1995, que se realizará em 1, 2 e 3 de Setembro, e que será o êxito que as anteriores festas fazem prever e a situação política exige.



Não, Sr. Primeiro-Ministro!

No noticiário matinal duma das nossas rádios, na semana passada, o locutor divulgava aos ouvintes o resultado de um inquérito dirigido à opinião pública sobre a retoma da economia no próximo ano.

Independentemente dos métodos usados, ou do universo da população inquirida, o certo foi que cerca de 40% não acreditavam na retoma; apenas 27% afirmavam que em 1995 haveria uma melhoria da nossa economia. Mais acrescentou o locutor que dos 40% dos que não acreditavam na retoma, os que maior relutância tinham em ver 1995 como o ano da retoma económica eram os que tinham votado na CDU.

Quanto a este ponto, não admira que assim seja já que os votantes da CDU são, de todo o eleitorado, os mais esclarecidos politicamente e estão conscientes da grave crise económica, social e moral que o nosso país atravessa desde que o governo de Cavaco Silva, com duas maiorias consecutivas, tornou a Assembleia da República numa «ditadura» parlamentar, onde as leis são propostas e aprovadas pelo chamado «Estado Laranja» quase sempre lesivas dos interesses dos trabalhadores, e tudo isto em nome de um progresso duvidoso.

Mas, voltando aos 40% dos inquiridos que são incrédulos quanto à retoma económica em 95, dos quais também faço parte, é legítimo não acreditar na tão propagandeada retoma, na medida em que as leis económicas não são subjectivas, como alguns responsáveis do governo ou afectos a este tentam fazer crer. Não basta dizer que a crise acabou, que a retoma já se iniciou, que a crise depende do estado de espírito do observador, etc.

Pergunte-se, a este propósito, a um dos muitos milhares de desempregados de longa duração se a crise passou, se tem possibilidade de amanhã ir ocupar um novo posto de trabalho, sem longa espera, ou se os trabalhadores da fábrica Roldão, na Marinha Grande, com salários em atraso há longos meses, vêem alguma possibilidade de garantia dos seus postos de trabalho e de receberem, de imediato, as remunerações a que têm direito.

Claro que responderão que não, que a crise não passou, que o desemprego continua a aumentar (hoje mais de 411 mil), e com este o de longa duração. Não se sabe ao certo quantos mais trabalhadores, em nome da «rentabilidade empresarial», serão reformados antecipadamente, e, assim, afastados da esfera produtiva mais uns milhares, desprezando-se, deste modo, um potencial humano rico e experiente. Tão pouco se saberá quando e como pôr cobro ao recurso sistemático aos malfadados contratos a prazo (mais de 325 mil no 2.º trimestre deste ano) e ao trabalho infantil.

Se todo este cenário de crise generalizada não é suficiente para rebater o argumento de que a recessão está vencida, debruçemo-nos sobre alguns indicadores económicos.

O Produto Interno Bruto (PIB), que mede toda a actividade económica, em 1993, «bateu no fundo do poço». Há anos que este indicador não atingia valores tão baixos (ver gráfico 1). Também a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) teve, em 1993, uma quebra acentuada em bens de equipamentos (ver gráfico 2). Em 1992, a taxa de crescimento em volume foi de 6.0% e, em 1993, de -15.7% o que representou uma descida de mais de 20 pontos percentuais em relação a 92, comprometendo o aumento do volume da produção a médio e a longo prazo, e consequentemente a criação de novos postos de trabalho. A par desta quebra no investimento produtivo, há ainda que quantificar o encerramento de muitas empresas, comprometendo o futuro económico e social do País, pois serão necessários alguns anos para se atingir valores iguais aos de antes da crise.

Contudo, para os políticos do governo a crise foi geral na Europa e nós, Portugueses, com uma economia aberta ao exterior, não lhe podíamos fugir. Em parte é verdadeira esta afirmação. Mas que medidas

tomou o governo para a combater? Que planos foram estabelecidos para colmatar a degradação do tecido empresarial e social? Nenhum, a nível nacional. Nem outra coisa era (é) de esperar deste governo. Mas se o governo do sr. Cavaco Silva acreditava no investimento estrangeiro, para compensar a produção do aparelho produtivo agora destruído, enganou-se, pois este não veio e até tem diminuído.

Mas saiba o leitor o porquê do entusiasmo do governo declarando publicamente que a retoma já começou. Tal facto deve-se a um aumento das nossas exportações e do turismo.

No Boletim Mensal de Estatística do INE, de Agosto deste ano, pode ler-se: «Os indicadores disponíveis até fins de Agosto sugerem que a economia portuguesa poderá ter conhecido um resultado ligeiramente positivo ao longo do 2.º trimestre. Esta evolução seria fruto de um reforço da procura externa e de um abrandamento já menos desfavorável da procura interna, e acontecia após cinco trimestres consecutivos de quebra do indicador de actividade económica. De facto, os resultados apresentam um ligeiro crescimento de 0.5% ao longo do ano.»

Como vemos, o crescimento foi diminuto e não concordamos quando afirmam que a procura interna tenha aumentado, já que o

governo restringiu fortemente os aumentos salariais, pois, como é sabido, o modelo económico que a «maioria laranja» impôs aos trabalhadores assenta em salários baixos, muito inferiores, por exemplo, aos da nossa vizinha Espanha, o que tem dado lugar à formação de um mercado interno muito restrito, colocando Portugal na cauda da UE.

Quanto ao turismo, houve, na verdade, uma melhoria, mas a esta não foi alheio o facto de os preços terem descido, como forma de superar a baixa taxa de ocupação.

Esperamos que o ano de 1995, ano de eleições, possa trazer a esperança de uma nova política económica e social para o nosso país, com benefícios reais para todos os trabalhadores.

Gráfico 1

Evolução da FBCF de 1989 a 1993
Bens de Equipamento

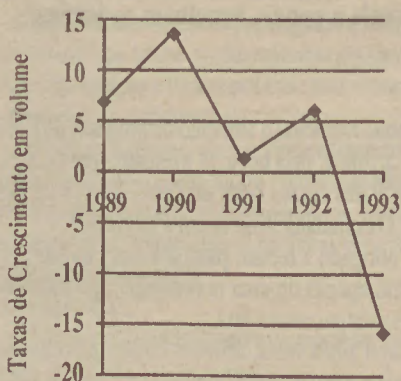
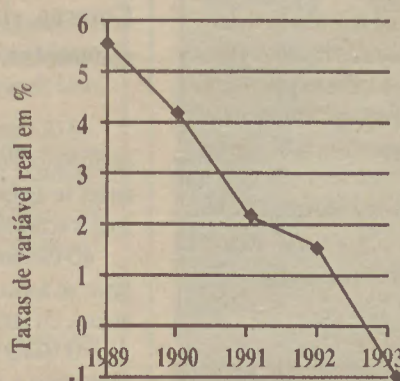


Gráfico 2

Evolução do PIB de 1989 a 1993



Fonte: INE, Banco de Portugal

VII Conferência Nacional do Ensino Superior da JCP

Um Estado empenhado num ensino democrático

A JCP defendeu novamente a fixação de um prazo de quatro anos para acabar com o "numerus clausus" no acesso ao ensino superior público. Esta é uma das conclusões da VII Conferência Nacional do Ensino Superior da JCP, que sábado e domingo decorreu em Lisboa onde estiveram jovens que representaram faculdades de todo o país e onde se processou um debate centrado em questões como a luta estudantil e o movimento associativo, a crítica à política educativa do Governo e a organização e intervenção da Juventude Comunista Portuguesa neste contexto.

Durante aquele período de quatro anos de transição para a supressão do «numerus clausus», o Estado deveria, nos termos de um documento aprovado no encontro realizado na Faculdade de Letras, financiar a acção social no ensino superior particular e cooperativo, nos casos em que os próprios estabelecimentos de ensino não tenham capacidade para fazê-lo.

Os jovens comunistas entendem ser necessário também apoio do Estado ao ensino particular e cooperativo, mas somente neste período de quatro anos, uma vez que há milhares de alunos que se viram forçados a recorrer a essas escolas por não terem vaga nos estabelecimentos públicos.

Quanto à acção social no ensino público, os participantes na conferência consideraram que, ao contrário do que seria desejável, não contribui para garantir a igualdade de oportunidades no acesso e frequência dos estabelecimentos de ensino, como é determinado pela Constituição.

«A política do governo PSD/Cavaco Silva, e a política dos sucessivos ministérios da educação que há 15 anos estão na mão do PSD, contraria cabalmente estes princípios, reflectindo uma intenção elitista no processo de formação dos quadros médios e

superiores definida pela inexistência de um sistema justo e igualitário do acesso ao ensino superior, definida numa política débil de acção social, que não responde às necessidades reais da população estudantil, visando o mínimo de esforços financeiros possível para esta área, destruindo assim o papel da acção social, minimizando a responsabilidade estatal definida constitucionalmente nesta matéria», lê-se no referido documento.

Acção Social de ficção?

Assim, os valores das bolsas são insuficientes, tal como os serviços médico-sociais e as residências, refere-se a dado passo, em que a JCP defende o aumento das verbas destinadas a financiar a acção social.

Ponto forte da política governativa para a acção social escolar é o Decreto-Lei nº 129/93 de 22 de Abril, amplamente discutido pelos jovens comunistas. «Este diploma é um passo importantíssimo na linha política de desresponsabilização do Estado na acção social escolar. É um diploma extremamente grave e de fortes consequências para a definição do que deve ser a política de acção social», diz-se no documento aprovado que adianta:

«Um primeiro ponto que merece a nossa atenção diz respeito ao objectivo que este diploma estabelece para a acção social escolar: «melhorar as possibilidades de sucesso escolar mediante a prestação de serviços e a concessão de apoios aos estudantes» (Lei nº129/93 - preâmbulo); parece-nos grave que se considere este o objectivo da acção social escolar, escamoteando-se assim aquele que deveria ser o seu verdadeiro objectivo: promover a igualdade de oportunidades no acesso e prossecução dos estudos. O sucesso escolar é uma consequência da acção social, não o seu primeiro objectivo.

Deturpar a autonomia

«Por outro lado, este decreto-lei defende que a acção social escolar no ensino

superior passa a desenvolver-se no âmbito das respectivas instituições de ensino. O governo, mais uma vez, deturpa a lei de autonomia universitária, passando desta forma a "batata quente" para os estabelecimentos de ensino, sem que sequer estes disponham de recursos financeiros quer por uma dotação responsável e realista do Orçamento de Estado, quer por receitas geradas nos próprios serviços.

«Uma outra questão extremamente grave diz respeito ao que este diploma considera que a acção social compreende. Assim, a par da atribuição de bolsas de estudo, do acesso à alimentação, do alojamento, do acesso a serviços de saúde, do apoio a actividades desportivas e culturais, este diploma vem propor ainda como forma de acção social a concessão de empréstimos e a possível definição de um sistema de bolsas empréstimo com a participação das instituições bancárias, ou ainda a atribuição de bolsas de estudo por mérito a alunos que tenham um aproveitamento escolar excelente. Isto são questões extremamente graves de deturpação daquilo que deve ser efectivamente a acção social. Por um lado, não cabe num diploma sobre acção social escolar prever-se uma bolsa para quem tenha rendimento escolar excelente, os objectivos e princípios da acção social escolar são garantir ao estudante a possibilidade de ter esse aproveitamento escolar excelente e não recompensá-lo após a sua obtenção. Por outro lado, cabe ao Estado a responsabilidade pela acção social escolar e pelo seu financiamento, não cabendo desta forma num diploma sobre acção social escolar a possibilidade de concessões de empréstimos (estes poderão ser uma modalidade que o Estado cria de apoio a todos os estudantes, mas que não pode ser entendida no âmbito da acção social, não é ao aluno que cabe financiar a sua acção social) ou a possibilidade de criação de bolsas-empréstimo (isto é um domínio que



Viva Timor Leste!

Uma moção sobre Timor Leste foi aprovada na Conferência do Ensino Superior da JCP, do fim-de-semana passado:

«Timor Leste é a metade oriental da ilha de Timor situada no Arquipélago de Sonda e foi até à revolução de Abril a mais distante colónia portuguesa.

«Com Abril, Timor Leste iniciou o seu processo de descolonização, contando para isso com a iniciativa da FRETILIN, principal força contra o colonialismo português.

«No entanto, o direito à autodeterminação do povo Mauber embateu contra a sanguinária prepotência do regime indonésio, que sempre viu em Timor uma fonte de recursos económicos.

«Assim, a 7 de Dezembro de 1995, a Indonésia, com o apoio australiano e americano, invadiu e ocupou o território, que continua a subjugar pelas prisões, pelas torturas, pelos massacres...

«15 anos de ocupação indonésia, com a conivência da comunidade internacional, custaram já ao povo de Timor a morte de mais de 200 mil dos seus filhos, vítimas da guerra, da fome e da doença.

«Não obstante todos estes crimes, que visam liquidar a resistência e intimidar o povo Mauber, a verdade é que a luta pela liberdade e pela independência de Timor Leste prossegue com acções de grande significado político.

«A JCP, assim como o PCP, manifestaram desde sempre o seu repúdio pela invasão indonésia a Timor.

«A Organização do Ensino Superior da JCP não quer deixar de afirmar mais uma vez a sua solidariedade com a justa luta do povo timorense, considerando que todos os povos têm o direito à sua autodeterminação, e que Portugal tem um forte papel a desempenhar na defesa da independência de Timor Leste.

«Consequentemente, a VII CNES apela a todos os jovens que se empenhem na defesa dos direitos do povo de Timor, pela Liberdade, pela Democracia, pela Independência.

«Viva a Luta do Povo Timorense!

«Viva Timor Leste!

«Viva a luta dos povos oprimidos de todo o mundo!».

Vale a pena lutar

No documento aprovado nesta reunião de estudantes do Ensino Superior da JCP, foi introduzido um ponto onde se demonstra a validade da luta dos estudantes e os resultados positivos conseguidos com o já longo processo de contestação estudantil à política do Governo. «Lutar vale a pena», concluem os jovens comunistas.

«O Governo, quando anunciou o aumento de propinas no Ensino Superior Público, afirmou, pela boca do Ministro, que os montantes se aproximariam dos custos reais do ensino (cerca de 600 contos actualmente). Os estudantes iniciaram a sua luta.

«O Governo foi obrigado a recuar, passou a dizer que as propinas se aproximariam apenas de uma percentagem do custo do ensino. Os estudantes continuaram a lutar.

«O Governo recuou ainda mais, afirmou então que o Estado continuaria a "assumir a grande fatia" do custo do ensino superior". Os estudantes prosseguiram a luta.

«O Governo foi então obrigado a conceder isenção e redução a um grande número de estudantes, o que não estava nos seus planos iniciais. Os estudantes não pararam a luta.

«O Governo teve que conter as propinas em montantes inferiores a 85 contos (quando, segundo o próprio Conselho de Reitores, custariam hoje, no mínimo, 200 contos).

«A luta dos estudantes levou à demissão de dois ministros.

«A luta dos estudantes, reflectida nos órgãos institucionais do Estado, obrigou o Tribunal Constitucional a declarar inconstitucionais aumentos superiores a 25% do custo do ensino.

«A luta dos estudantes impediu que os cortes no ensino superior, embora graves e profundos, fossem tão gravosos como os da Educação em geral.

«A luta dos estudantes, contendo os montantes abaixo dos 85 contos, e obrigando à concessão de isenção e redução do pagamento a uma grande percentagem de estudantes, derrotou as intenções do Governo de diminuir brutalmente o orçamento do ensino superior público.

«Todo o historial da luta, se alguma coisa demonstra, é que lutar vale a pena.»



passa pelos interesses específicos das instituições de crédito, mas que nunca poderá servir para substituir o dever social do estado de garantir o direito ao ensino). Ainda neste domínio é de referir o artigo 5º sobre financiamento, onde são englobadas as receitas provenientes do pagamento de propinas - mais uma vez se diz: é ao Estado e não ao estudante que cabe financiar a acção social escolar.

Governmentalizar

Finalmente, afirma-se que «um outro ponto que nos parece de extrema importância neste decreto-lei diz respeito à criação do CNASES (Conselho Nacional para a Acção Social no Ensino Superior), órgão consultivo do Ministro da Educação no domínio da acção social no ensino superior. É importante analisar os objectivos deste órgão, nomeadamente através da sua composição. Um órgão que tem num universo de 12 elementos 5 representantes do governo, só nos pode levar a concluir que o seu objectivo é a criação de uma estrutura que possa justificar e apoiar as directivas desastrosas deste governo para a acção social escolar, em vez de uma estrutura que possa, através da consulta dos vários intervenientes e interessados na acção social escolar (e nomeadamente dos estudantes) ser um componente importante para a definição geral da política de acção social escolar a ser definida pelo Ministério da Educação, tendo em conta não os seus pressupostos, mas a realidade efectiva das escolas e dos estudantes», denunciam os jovens comunistas.

Falsear

O Governo define como um ponto importante de apoio aos estudantes a atribuição de bolsas de estudo, no entanto, os critérios definidos para a sua atribuição reflectem uma situação inco-

erente e que não responde às necessidades. «Exemplo gritante disto, é a criação da bolsa máxima (apresentada por este governo como uma iniciativa espectacular), correspondente a 85% do ordenado mínimo nacional. Se se pensar nesta bolsa (e que afinal de contas é a máxima) percebemos, por um lado, que este montante está longe de equivaler aos custos reais de um estudante que frequenta o ensino superior, por outro, que esta é uma bolsa fictícia, uma vez que define como condição para a sua concessão o estudante ter um rendimento equivalente a zero - mesmo com o processo ridículo de pontuações que este governo implementou, o número de estudantes com direito a esta bolsa é mínimo. Um outro exemplo extremamente elucidativo diz respeito ao facto de se ter criado uma "bolsa zero" e consequentemente se considerar como estudante bolsheiro aquele que tem direito a isenção de propinas; ou ainda considerar-se bolsheiro o estudante cujo único benefício de que usufrui é o de receber desconto na residência universitária».

Em relação aos alojamentos, a JCP lembra que «por um lado define-se como tendo direito a alojamento os estudantes deslocados (cuja definição não cobre a totalidade dos estudantes deslocados que efectivamente existem)», mas «por outro lado, mesmo os estudantes que "legalmente" são considerados deslocados, não têm por parte do Estado um apoio efectivo - basta lembrar que apenas 4% dos estudantes do ensino superior público têm acesso a benefícios de alojamento».

Em relação aos serviços médico-sociais, a atitude é exactamente a mesma: «se por um lado se define o acesso a serviços de saúde um dos parâmetros necessários na acção social escolar, por outro, tomam-se resoluções como foi a de acabar com os serviços médico-sociais da universidade de Lisboa», lê-se.

Os jovens comunistas consideraram «claramente insuficiente» o financiamento do ensino superior, acusando o Governo de pôr em prática uma política que visa «desresponsabilizar o Estado» no sector da Educação.

Solidariedade internacionalista

Na CNES, foi aprovada a moção que transcrevemos:

«Os estudantes do ensino superior, em particular os estudantes comunistas, embora centrando a sua luta no quotidiano sobre questões sobretudo ligadas ao ensino, não estão alheios aos restantes problemas nacionais, nem estão desatentos aos acontecimentos e transformações mundiais. Pelo contrário, estando conscientes que os países e povos estão cada vez mais inter-relacionados, acompanham estes acontecimentos atentamente e com preocupação, demonstrando um enorme espírito de solidariedade internacional.

«Passados 50 anos da cimeira de Bretton Woods, é inevitável fazer um balanço extremamente negativo das políticas do Fundo Monetário Internacional/Banco Mundial, que condiciona a ajuda financeira aos países que dela necessitam à privatização dos sectores públicos, à adopção de medidas que agravam a exploração dos povos, retirando-lhes os meios de assegurar a

sua soberania, a sua independência, a sua subsistência, a sua liberdade, o direito de dispor de si próprios, de serem donos dos seus destinos, de construir o seu futuro.

«Exige-se da nossa parte, portugueses, estudantes, comunistas, um esforço maior no desmascarar do carácter imperialista desta organização e da sua política, com a organização de lutas e iniciativas de solidariedade.

«Assim, sem querer nomear particularmente nenhum, saudamos todos os povos que lutam contra a exploração capitalista, contra a opressão e agressão imperialista, pela democracia, pela liberdade, pela independência nacional, pela justiça e progresso social, pelo socialismo.

«Viva a JCP!

«Viva a solidariedade internacionalista entre os povos em luta!».

Intervenção de CARLOS CARVALHAS

(extractos)

As meias-tintas

Insensíveis aos problemas da juventude, dos reformados e dos trabalhadores, o PS e o PSD movem-se apenas por cálculos do poder.

A situação não está para as "meias-tintas", para o "faz de conta", enquanto os problemas do povo e do país se agravam.

A grave situação social, o desemprego, a ruína dos agricultores, o marasmo da economia e a degradação da democracia política exigem posições claras.

A postura do PS, no fundo, está tristemente de acordo com a sua postura habitual, ou seja, fazer muito barulho e gritaria oposicionista, para nos momentos cruciais, na hora de agir para derrotar o PSD meter a viola no saco e ficar nas encolhas.

O que o PS disse, na prática, é que a crise deve continuar até Outubro golpeando ainda mais os trabalhadores, as populações e a economia!

Os portugueses, os trabalhadores e a juventude não entendem que este conflito continue sem uma clarificação. É preciso combater o desemprego, reanimar o investimento e defender a produção nacional, é necessário uma nova política e não a continuação de manifestações de crise, apodrecendo a situação, desviando as atenções dos verdadeiros problemas do país.

Ontem, o PSD, com arrogância e insolência atacou de novo o Presidente da República como se fosse este a depender do Governo e não o Governo a depender do Presidente da República.

As fanfarrônicas do PSD são também o resultado das tibiezas do PS, que tirou da cartola a proposta de uma alteração à lei eleitoral deixando na mão do PSD a sua continuação. Este artifício só serve para disfarçar o indisfarçável, isto é, que o PS entende que o PSD deve continuar a governar até Outubro de 1995. Por meros cálculos eleitoralistas e ambições hegemónicas o PS entende que o Governo deve continuar a "gangrenar" o país independentemente dos prejuízos e sacrifícios para o povo e para a economia nacional.

Não acompanhamos os cálculos do quanto pior melhor, não alinhámos na fria engenharia de que com a degradação da situação o Governo perde base de apoio. Isto é colocar o bem-estar das populações, a resolução dos problemas e a defesa do regime democrático na mera perspectiva de eventuais ganhos eleitorais.

Nós queremos eleições antecipadas para interromper esta desgraçada política e resolver os problemas.

A arrogância do PSD, a sua postura do "quero, posso e mando", o clima de corrupção exigiam e exigem a sua condenação. **É necessário dar a palavra ao povo.**

Cavaco Silva continua no seu teatro, a querer apresentar-se como distante dos conflitos, como se não fosse responsável pela actual situação, como se fosse alheio ao clientelismo, à corrupção e ao negociadismo.

O Primeiro-Ministro é o principal responsável pela degradação da situação social, económica e política. A sua postura é a postura velha do príncipe, **fazer constar que se vai embora, que está desiludido com o seu Partido para depois regressar como o homem providencial!**

Portugal não precisa de encenações, precisa é de uma política que defenda os seus interesses e promova a produção e o emprego e eleve o nível e a qualidade de vida do povo. (...)



II Encontro Nacional dos Jovens Trabalhadores Comunistas

Estar próximo do mundo do trabalho

O II Encontro Nacional dos Jovens Trabalhadores Comunistas, realizado no passado dia 10 em Braga, aprovou uma resolução que caracteriza a actual situação política e social vivida no nosso país pelos jovens que ingressaram no mundo do trabalho ou se encontram desempregados, a intervenção dos jovens comunistas nesta área, apresentando em seguida as linhas de intervenção própria da JCP nesta matéria. É esse documento que hoje aqui se publica, na íntegra, com subtítulos da responsabilidade da Redacção.

Vivemos num tempo marcado por uma grande ofensiva do grande capital, procurando agravar a exploração dos trabalhadores e pôr em causa direitos sociais, alcançados em árduas lutas, que constituem grandes conquistas do século XX.

Em Portugal a política do PSD, em aspectos essenciais com a colaboração do PS, integra-se nesta ofensiva global do grande capital e acentua-a com iniciativas para o agravamento da exploração, o corte de direitos e medidas repressivas para a limitação da liberdade de acção, organização e luta dos trabalhadores de que são exemplo a limitação do direito à greve, o pacote laboral e a intenção presente no projecto de revisão constitucional do PSD de acabar com as Comissões de Trabalhadores.

1. A política do PSD, política de classe ao serviço do grande capital, é uma política de agravamento dos problemas dos jovens trabalhadores, que cria enormes obstáculos à sua realização pessoal e profissional.

Aumentou o número de jovens desempregados (atingindo cerca de 100 000), cresceu a dificuldade de encontrar emprego de acordo com a formação adquirida, incluindo a formação superior. O subsídio de inserção na vida activa abrangendo os jovens à procura do primeiro emprego, não tem expressão e o subsídio de desemprego abrange apenas uma parcela mínima dos desempregados.

A precariedade dos vínculos laborais atingiu uma situação limite. Os contratos com carácter permanente são situações pontuais e para além do abuso dos contratos a prazo, generalizam-se formas ainda mais negativas de trabalho precário (recibo verde, à tarefa, à hora, empresas fornecedoras de mão-de-obra, etc.) numa estratégia patronal que visa reduzir a capacidade reivindicativa, a proibição de direitos, a redução de encargos sociais, pondo em causa conquistas alcançadas pelos trabalhadores (horários de trabalho, pagamento de horas extraordinárias, segurança social, seguros e férias).

Mais distantes da Europa

Ao contrário das promessas feitas pelo PSD, Portugal distanciou-se mais dos outros países da CE. Os jovens trabalhadores portugueses, têm os horários mais longos, e os salários mais baixos, nomeadamente um salário mínimo nacional de miséria e são ainda vítimas da discriminação salarial (menores de 18 anos só têm direito a 80% do SMN).

As deficientes condições de higiene e segurança no trabalho, em parte consequência da precariedade dos vínculos de trabalho, tem levado a um alarmante nível de doenças profissionais e acidentes de trabalho (mais de um terço dos acidentados são jovens dos 15 aos 25 anos).

Mantém-se a chaga social que é o trabalho infantil. Não há política de formação profissional, de acordo com os interesses dos jovens e as necessidades do país. Os trabalhadores-estudantes não vêem resolvidos os problemas que têm na sua dupla actividade de trabalho e estudo. Proliferam programas ocupacionais, que são no fundamental almofadas para camuflar o desemprego juvenil.

A situação de precarização dos vínculos laborais, a ausência de protecção no emprego, representa para os jovens a completa instabilidade quanto aos projectos de vida nomeadamente quanto ao acesso à habitação.

A política do PSD é uma política de desemprego, de instabilidade profissional e de discriminação, é uma política que sacrifica os interesses e aspirações juvenis e as necessidades de desenvolvimento do país à implacável lógica do lucro, aos interesses do grande capital e das multinacionais, é uma política a que é preciso pôr termo.

2. Perante a grave situação social e face à ofensiva do grande capital contra os seus interesses, os jovens trabalhadores só têm um caminho, o do desenvolvimento da luta e da acção organizada.

É possível resistir

A situação social, o ambiente de opressão aplicado sobre os trabalhadores pela direita e pelo patronato, condicionam e influenciam negativamente a formação da consciência social e de classe dos

jovens trabalhadores. A sua luta e organização tem estado aquém da gravidade dos seus problemas.

No entanto, os jovens trabalhadores têm tido uma intervenção significativa na luta geral da classe operária e dos trabalhadores e têm desenvolvido acções específicas com importantes expressões: campanha sobre os direitos dos jovens; acção de protesto contra a política do governo (Lisboa, Setúbal e no Porto 29/06/93) acções em torno da habitação e do racismo; ple-

nários nacionais com acções de rua, campanha contra o trabalho infantil, acampamentos nacionais e regionais, encontros e conferências.

Os Jovens Trabalhadores Comunistas afirmam que é possível resistir à ofensiva em curso. Os jovens trabalhadores não estão condenados a uma política que põe ostensivamente em causa os seus direitos e perspectivas de vida.

É necessário e é possível viver melhor. A geração jovem deve ter mais direitos e melhores condições de vida. As conquistas da ciência e da técnica devem estar ao serviço do homem e devem contribuir para padrões mais elevados de níveis de vida.

3. O movimento da juventude trabalhadora, com expressões diversificadas, têm como principal elemento a Interjovem.

A I Conferência da Interjovem realizada em 1992, deu passos importantes para a clarificação da sua intervenção.

Apontou a Interjovem, como organização juvenil da CGTP-IN, com autonomia administrativa e financeira, dentro dos princípios e orientações da CGTP-IN, que actue junto dos jovens trabalhadores, promovendo a sua sindicalização, mas também junto dos jovens



envolvidos em acções de formação profissional, de aprendizagem e estágio sem vínculos laborais em programas ocupacionais e desempregados. Apontou igualmente para uma intervenção que tenha em conta no seu estilo a necessidade de ir ao encontro das motivações e da forma de estar dos jovens, tendo como prioridades a acção reivindicativa, o convívio, o desporto, a cultura, o intercâmbio e o apoio a prestação de serviços aos jovens, com uma estrutura voltada para a iniciativa, a acção e o contacto com os jovens, baseada em comissões nas uniões, nos sindicatos, mas também no plano local.

Maior e melhor sindicalização

A sindicalização de mais jovens trabalhadores, e a sua responsabilização como delegados e dirigentes sindicais é uma exigência que se coloca para a defesa dos interesses dos jovens trabalhadores, e para o fortalecimento, renovação e rejuvenescimento do movimento sindical.

É de grande importância a intervenção dos jovens trabalhadores comunistas, no fortalecimento da Interjovem e no desenvolvimento da sua actividade, bem como no trabalho para o reforço do movimento sindical unitário, de modo a que se desenvolva um forte movimento da juventude trabalhadora, que combata a política de direita e lute por uma nova política que resolva os problemas e concretize as aspirações dos jovens trabalhadores portugueses.

4. Pela importância dos jovens trabalhadores, no conjunto dos trabalhadores e dos jovens, porque se assume como juventude do PC, partido da classe operária e de todos os trabalhadores, a JCP — organização autónoma dos jovens comunistas, tem que dar mais atenção e melhorar a intervenção e organização dos jovens trabalhadores.

Os jovens trabalhadores comunistas, devem ser os mais activos, no esclarecimento dos jovens trabalhadores, na sua organização e sindicalização, na sua mobilização para a luta num grande movimento de jovens trabalhadores em defesa dos seus interesses e direitos, contra a opressão e exploração capitalista e na afirmação e alargamento da influência do ideal comunista entre os jovens trabalhadores.

Os III e IV Congressos da JCP e o I Encontro Nacional de Jovens Trabalhadores Comunistas preconizaram orientações e medidas nesta área de que se destacam — a progressiva autonomização da intervenção dos jovens trabalhadores comunistas no quadro da JCP, a prioridade no âmbito das organizações locais à intervenção junto destes, a criação da comissão nacional dos jovens trabalhadores comunistas e a importância da existência de uma estrutura própria da JCP para este trabalho.

Apesar de muitas insuficiências tiveram lugar alguns avanços — realizaram-se seminários e debates (ex-jovens trabalhadores na Comunidade Europeia); a campanha «direito não defendido é direito perdido» de informação dos direitos dos jovens trabalhadores e de recolha de inquéritos sobre a sua situação; plenários, edição de documentos e tomadas de posição.

A campanha nacional pelo emprego, lançada em Setembro de 1994 sob o lema «Sem emprego nada feito», campanha de esclarecimento, propaganda, protesto e reclamação, constituiu também uma importante oportunidade para o aprofundamento do conhecimento da situação dos jovens trabalhadores e das suas concentrações nas principais regiões e sectores, e um contributo para o recrutamento, o reforço orgânico, e a discussão e concretização de uma linha de trabalho específico. Tendo permitido o contacto com milhares de jovens trabalhadores, em empresas, centros de formação profissional, escolas nocturnas, escolas profissionais em outros locais, com distribuição de folhetos e recolha de votos pelo emprego, esta campanha, para além dos seus efeitos imediatos, aponta um estilo e uma forma de intervenção que deve ser característica permanente da actividade da JCP.

Tarefas prioritárias

O II Encontro Nacional de Jovens Trabalhadores Comunistas aponta como linhas para a sua intervenção própria nesta área:

- o aprofundamento do conhecimento dos problemas e aspirações dos jovens no mundo do trabalho e face a eles;
- a preparação de iniciativas, nomeadamente no plano legislativo;
- a elaboração de posições, a edição de documentos e de outros materiais de propaganda e a tomada de posições públicas;
- o desenvolvimento regular de contactos com os jovens trabalhadores nos locais em que se encontram (empresas, centros de formação profissional, centros de emprego, escolas profissionais, escolas nocturnas, etc.);
- a realização de campanhas, de contacto, informação, mobilização, protesto e reivindicação;
- a realização de debates e iniciativas culturais, desportivas, de convívio e de intercâmbio;
- a promoção de contactos com estruturas do movimento juvenil.
- a adesão à JCP de muito mais jovens trabalhadores.

Na actual situação assume importância a existência duma estrutura própria da JCP para o trabalho junto dos jovens trabalhadores — apontada no III Congresso reafirmada no I Encontro Nacional de Jovens Trabalhadores Comunistas e confirmada no IV Congresso. No quadro desta orientação, aponta-se dese já para a continuação e reforço do grupo de trabalho central criado no âmbito da campanha pelo emprego.

É necessário que as organizações, o trabalho local, dêem uma particular atenção ao trabalho com os jovens trabalhadores, e ao enquadramento dos jovens trabalhadores comunistas, nomeadamente, definindo responsáveis, criando espaços de participação e de concretização de linhas de trabalho dirigidas aos jovens trabalhadores e trabalhadores-estudantes.

Confirmado no lançamento do romance «A Estrela de Seis Pontas» Manuel Tiago é Álvaro Cunhal

«Ficando a incógnita, não se perdia nada», mas novos motivos de reflexão levaram o autor a assumir publicamente o pseudónimo

Perante muitas personalidades da vida política e cultural, veteranos da resistência antifascista, dirigentes e militantes comunistas e de outros partidos de esquerda, sindicalistas, autarcas, jornalistas e público anónimo, Álvaro Cunhal confirmou na semana passada em Lisboa que é o autor das obras assinadas com o pseudónimo Manuel Tiago. A confirmação foi feita no lançamento do romance «A Estrela de Seis Pontas» e suscitou um vibrante e prolongado aplauso, de pé, por parte das centenas de pessoas presentes na sala Petrópolis do Hotel Altis.

Álvaro Cunhal improvisou uma breve alocução depois de Francisco Melo ter falado sobre «os pontos mais altos e alguma falha mais importante» da actividade da Editorial «Avante!» neste ano. Para o responsável da editora, 1994 é encerrado «em beleza» com a publicação de «A Estrela de Seis Pontas».

Porquê agora?

Dos vários motivos que podem levar à adopção de pseudónimos, Álvaro Cunhal destacou um: haver uma experiência de vida que se deseja transmitir pela forma literária, mas sem o autor ter o projecto de se tornar escritor ou enveredar por uma carreira literária.

Assim sucedeu com as anteriores obras de Manuel Tiago: «Até Amanhã, Camaradas» e «Cinco Dias, Cinco Noites». Sublinhando que «o importante não é quem escreveu, mas se é ou não o retrato fiel da realidade da luta antifascista», Álvaro Cunhal admitiu que «ficando a incógnita» quanto à identidade do autor «não se perdia nada».

Só que, recentemente, surgiram «factores para reflexão» sobre esta questão. O dirigente comunista apontou dois: primeiro, uma crítica publicada num jornal pretendia atribuir a autoria de «Até Amanhã, Camaradas» a um dissidente do PCP; depois, um intelectual procurou Cunhal para saber o que este pensava da sua intenção de divulgar o verdadeiro nome de Manuel Tiago que lhe fora revelado por um dirigente comunista (este, como o do alegado autor, já falecidos).

Como resultado da reflexão, surgiu a decisão de tornar pública a verdadeira identidade de Manuel Tiago, feita, como registou Álvaro Cunhal, na presença de alguns dos camaradas que acompanharam a obra «Até Amanhã, Camaradas» ao longo do seu processo de criação, na cadeia de Peniche e com o título inicial de «A Mulher do Lenço Preto». O original, contou o autor, foi trazido para a liberdade durante a fuga de 1961, altura em que se perdeu um dos cadernos, mais tarde reconstituído.

Já este novo romance, «A Estrela de Seis Pontas», foi escrito «há relativamente pouco tempo», esclareceria Álvaro Cunhal no animado momento de diálogo com o público, que se seguiu à intervenção inicial e foi aberto por Urbano Tavares Rodrigues, escritor e docente universitário que colocou «Até Amanhã, Camaradas» entre «os melhores do neo-realismo português e as obras cimeiras da literatura deste século» e classificou «A Estrela de Seis Pontas» como «um grande romance» em que sobressai uma «profunda humanidade».

Álvaro Cunhal achou por bem esclarecer que, apesar de 8 anos seguidos de isolamento numa cela, foi-lhe possível conhecer a vida dos presos comuns na Penitenciária de Lisboa, que esta obra tem por motivo; tal sucedeu devido ao estreito contacto que manteve com «muitas dezenas, mesmo centenas» de reclusos durante um ano em que lhe foi permitido ter o passeio diário (que chegava a durar 4 horas) com os presos enviados para a enfermaria.

Quando, já para o final da sessão, lhe perguntaram se Manuel Tiago iria continuar a escrever, Álvaro Cunhal respondeu que tal

não deverá suceder, uma vez que está disposto a continuar empenhado no intenso trabalho político «com os meus camaradas». Antes, também respondendo a questões suscitadas por alguns dos presentes, teve oportunidade de recusar que dirigentes políticos pretendam transformar em orientações políticas os seus gostos literários e artísticos; a propósito, lembrou a «grande variedade de formas e estilos» em que se exprimem os muitos criadores que se assumem como comunistas, reafirmando a liberdade de criação artística como «um grande valor» defendido consequentemente pelo PCP.



Centenas de pessoas estiveram presentes na sessão de lançamento de «A Estrela de Seis Pontas»



Congresso católico debateu Situação da Família

■ Jorge André

Sobre o que realmente se passou no recente «Congresso Diocesano da Família» pouco se sabe. Apenas se conhece o noticiário contido nos parágrafos truncados dos jornais. Os canais informativos da igreja portuguesa continuam entupidos...

Pelos relatos que transpiram, pode, entretanto, adivinhar-se que choveram as críticas dos leigos relativamente à situação política e social que esmaga as nossas famílias. Eventualmente, as críticas dos delegados terão vindo a atingir a própria hierarquia católica.

Não se trata de suposições excessivamente ousadas nem de maledicências gratuitas. Os bispos, quando remetidos a certas situações difíceis, têm uma maneira característica de reagir: reconhecem o que para todos já é evidente; e garantem aos verdadeiros culpados uma autêntica «linha de fuga».

Tudo isto está contido na alocução final a cargo de D. Tavares Rebimbas, bispo do Porto. Denunciou como causas das graves agressões sofridas pelas famílias, o desemprego crescente,

a má habitação, os mesquinhos serviços de saúde, as condições escolares degradantes, etc.

Mas o bispo ficou-se por aí. Denunciou a corrupção dos costumes mas não os agentes dessa corrupção. Pelo contrário, ao condenar o «progresso a qualquer preço» admitiu, tacitamente, que em Portugal se progredia e confundiu, em desacordo com o que a doutrina social da igreja explicita, «progresso» e «crescimento económico» em benefício de alguns.

Aos poderosos, aconselhou D. Tavares Rebimbas a que «inclinasse mais a cabeça para verem melhor a Deus». E, então, fez-se eco dos insistentes apelos que geralmente são lançados pela Opus Dei, no sentido do levantamento de mais servidores católicos da verdade da igreja, na vida pública, nas famílias e na vida profissional.

A igreja católica portuguesa continua a surpreender. Na mesma iniciativa católica dois bispos, o de Aveiro e o do Porto, expressaram sobre um só assunto posições verdadeiramente antagónicas. Como entender esta igreja?



Stalinegrado

(4)

Rokossovski no comando da «Frente do Don»

■ Manoel de Lencastre

A ferocidade dos combates de que temos tentado dar indicações, não podia deixar de, gradualmente, enfraquecer o poderio do «Grupo de Exércitos B», da «Wehrmacht», cujo plano estratégico para 1942 perdia, visivelmente, possibilidades de execução. Os seus recursos, manifestamente, já não eram suficientes para que esse plano atingisse os propostos objectivos nos sectores do Cáucaso-Norte e dos rios Don e Volga.

O 6.º exército, de Von Paulus, e o 4.º exército Panzer, de Hoth, as mais eficientes formações de toda a máquina de guerra hitleriana, haviam sofrido já perdas inaceitáveis e ser-lhes-ia proibitivo, no Outono de 1942, completar as operações fundamentais que culminariam na conquista de Stalinegrado. Essas gigantescas forças estavam semiparalisadas, não progrediram. E os grupos que conseguiam penetrar a cidade viam-se envolvidos, prontamente, como sabemos, em terríveis batalhas sem futuro, nas ruas, nos prédios, em toda a parte. Era lícito pensar-se que a exaustão e o desequilíbrio do «Grupo de Exércitos B» podia não vir longe.

Tem de dizer-se, entretanto, que também a Frente de Stalingrado e, em especial, o seu 62.º exército comanda por Chuikov¹, haviam sofrido baixas terríveis e perdas enormíssimas em material e equipamento. Mas o Exército Vermelho tinha em preparação novos contingentes de tropas das reservas estratégicas da URSS que, começando a receber material de guerra moderno e contando, principalmente, com os temíveis tanques T-34, agora a serem produzidos em massa, poderiam, a partir de Novembro, criar condições para o emergir de uma diferente situação estratégica na zona do Volga. Tudo dependia, porém, de uma simples questão: conseguiria o 62.º exército aguentar-se na épica e gloriosa campanha de defesa de Stalingrado, até essa altura?

No delírio dos combates de rua

Como sabemos, Jukov e Vasilievski estavam no Kremlin, a meio de Setembro, empenhados na estudo e na avaliação dos meios práticos que pudessem produzir uma resposta original à terrível situação que se vivia em Stalingrado e que ameaçava, mortalmente, toda a URSS. Mas, simultaneamente, os combates pela capital do Volga assumiam um carácter cada vez mais sanguinário e apocalíptico. Os 62.º e 64.º exércitos (Chuikov e Chumilov), a 13, 14 e 15 de Setembro, encontravam-se no meio de combates desesperados e ininterruptos. Parecia que, de um momento para outro, a derrota se consumaria. Eis como um general soviético da arma de artilharia descreveu as batalhas que se desenrolaram nesses momentosos três dias:

«A nossa artilharia utilizava canhões de toda a espécie e calibres, incluindo os de longo alcance. Nas batalhas de rua, em Stalingrado, abríamos fogo sobre zonas às vezes completamente abertas. Vi, numa dessas batalhas, quatro dos nossos canhões, de 152 mm despacharem, em questão de minutos, doze tanques nazis que se aproximavam da bateria.»

E quando pequenas unidades alemãs e do 62.º exército soviético se achavam encurraladas no mesmo edifício, as coisas, segundo um dos sobreviventes desses brutais confrontos, passavam-se assim:

«As guarnições, a nossa e a deles, separavam-se por duas paredes e um estreito corredor. Nenhuma das partes permitia a entrada de reforços em benefício da outra. Na rua, o fogo de artilharia e morteiros cessava visto que nenhum dos lados desejava atingir os seus próprios compatriotas. O primeiro dia passou-se numa terrível ansiedade. De vez em quando, de um dos lados, abria-se fogo de armas automáticas e lançavam-se granadas. Durante a noite, os nazis tentavam obter auxílio, de fora, mas nós estávamos sempre vigilantes. Isto era um prédio de quatro andares. Nas ruas dos sectores vizinhos, as batalhas prosseguiram. No segundo dia, as explosões em toda a cidade pareciam ainda mais violentas. O edifício onde o nosso destino se decidira parecia, contudo, um universo próprio, separado de todo o resto. No terceiro dia, as nossas munições já escasseavam. Alguns camaradas resolveram pôr fim a tudo aquilo. Com duas granadas cada, abriram caminho para o corredor e descobriram que, inexplicavelmente, uma das portas da lado inimigo não se achava barricada.

Ouvia-se ressonar de pessoas. Através da luz «produzida pelos fogos, no exterior, distinguiu-se uma segunda porta e, encostado a esta, um guarda alemão, dormindo. Outros, amontoados contra as paredes, dormiam também. Mas um, parecia cavar no soalho, procurando saída, possivelmente. Eliminado o guarda com um simples tiro, o resto ficou lá, a poder de granadas, e o prédio, finalmente, caiu em mãos soviéticas.»

Fora da cidade, a 13.ª divisão de Guardas (Rodimtsev) lutava corajosamente para expulsar as concentrações de artilharia nazi que se situava nos montes Mamaev Kurgan de onde, como já se referiu, desferiam terríveis golpes contra as zonas industriais e portuárias e contra a cidade no seu conjunto.



Luta final

Ao cumprimentar as duas grandes figuras do Exército Vermelho com efusivos apertos de mão, Stalin, começou por dizer:

«Vejam só isto: dezenas, centenas de milhar de cidadãos soviéticos entregam a própria vida na luta contra o nazismo e o fascismo, mas o nosso amigo Churchill hesita em fornecer-nos 20 «Hurricanes». Nem sequer são bons. Os nossos pilotos não gostam deles.»

Depois, os três homens mergulharam no exame daquilo a que já chamavam a nova solução. Eram três horas da noite. Havia uma estranha quietude, no Kremlin. Luzes de poderosos holofotes rasgavam, metodicamente, o céu de Moscovo. E nas ruas, o único trânsito compunha-se de viaturas militares que rolavam, silenciosas. Mas Poskrebichev, o Secretário do Comandante

Supremo, interrompeu a reunião dos três chefes soviéticos dizendo que Yeremenko estava ao telefone para uma comunicação urgente. Stalin demorou-se em conferência com o Comandante das Frentes Sudeste e de Stalingrado. No fim, disse: «Yeremenko acaba de informar-me de que o inimigo está a encaminhar novas formações de tanques na direcção de Stalingrado. Espera-se um novo ataque, amanhã. Dêem ordens para que a 13.ª divisão, de Rodimtsev, atravesse o Volga e tome posições de combate, imediatamente.»

O esclarecimento de Vailievski e Jukov quanto ao novo plano começou por acentuar a existência de pontos fracos nos exércitos inimigos; as tropas dos países satélites, ao contrário das da Alemanha, mostravam-se menos bem armadas, menos experientes, menos eficientes; os seus soldados e muitos dos seus oficiais não estavam dispostos a morrer por Hitler, por Mussolini, Antonescu, Horthy, a situação dos nazis complicava-se, também, porque não dispunham de suficientes reservas operacionais nas áreas do Don e do Volga e ainda porque, analisadas a fundo as localizações dos diversos sectores das forças hitlerianas, podia concluir-se que era possível contorná-las a partir de Serafimovitch e Kletsia (zona do rio Don a noroeste de Stalingrado e a norte de Chernikevkaia e Suvorikino).

«O que vem a ser isto?», perguntou Stalin, apontando no mapa a zona de Serafimovitch.

«É uma nova Frente», respondeu Jukov. «Para podermos atacar a retaguarda operacional do inimigo, em Stalingrado, será essencial criar essa Frente. Um forte ataque na zona ocidental do Don impedirá os nazis de manobrem ou de receberem reforços devido ao obstáculo constituído pelo próprio rio». Jukov prosseguiu: «Na primeira fase do nosso ataque, que programaremos para Novembro, penetraremos as forças inimigas que cercam Stalingrado e isolá-las-emos pela acção de grupos de tropas da nova Frente que surgirão do exterior; na segunda, destruiremos os exércitos nazis tornados inamovíveis e bloquearemos quaisquer tentativas de outras forças que procurem libertar Von Paulus do estrangulamento a que estará sujeito».

Decidiu-se que a Frente de Stalingrado (Gordov) passaria a designar-se como Frente do Don e que o seu comando passaria para as mãos de Konstantin Konstatinovich Rokossovski, com o general M. S. Malinin como seu chefe de Estado-Maior. A Frente Sudeste (Yeremenko) chamar-se-ia, agora, a nova Frente de Stalingrado e, finalmente, aquela cuja criação, localização e objectivos Jukov explicara, seria a Frente Sudeste de que o tenente-general Nikolai Vatutin assumiria o comando.

Em fins de Setembro, o inimigo tinha cometido a totalidade das suas forças na luta pela conquista de Stalingrado. Mas o seu objectivo continuava por atingir. Tal como em 1941, e, especialmente, diante de Moscovo, o «OKW»² nazi voltava a subestimar a real capacidade da URSS. Chegara o momento em que os hitlerianos deveriam ter exercido uma profunda apreciação crítica das realidades da situação militar. Não o fazendo, preferiu recorrer a simples alterações na cadeia de comandos³, decidiram lançar uma nova ofensiva, em Outubro, aproveitando um curto período de tempo estável. E conduziram ao auge o cenário de fogo, ferro e extrema crueldade já característico da batalha de Stalingrado.

Mas o tempo iria, igualmente, jogar a sua parte no terrível conflito. Ainda que as temperaturas não estivessem a descer repentinamente, como acontecera há um ano, em Moscovo, os medonhos ventos penetrantes das estepes tornavam a acção das tropas de ambos os lados em qualquer coisa que parecia já não ser daquele mundo onde se encontravam, no que a guerra havia começado, mas de um outro até então desconhecido. Era o mundo onde para sempre se desfaziam os mitos da superioridade e da eficiência dos nazis. Era o mundo em que se confirmava, gloriosamente, a realidade inofismável da proeminência do sistema de produção e de vida socialista e dos homens por ele criados.

¹ Chefe do Estado Maior: major general Krilov; Membro do Conselho Militar: tenente-general Gurov;

² «Oberkommando der Wehrmacht» (Alto Comando do Exército Alemão)-Chefe das Operações e Planos Militares: Alfred Jodl;

³ O Marechal de Campo, von Boch, comandante do «Grupo de Exércitos Sul» que lançara a ofensiva contra Stalingrado, foi substituído, a 26 de Setembro, pelo general von Hoth o qual, logo a seguir, entregou a von Paulus o respectivo cargo. Na Frente Sul, o marechal de campo von List que Hitler demitira, a 6 de Setembro, do comando do «Grupo de Exércitos A» para, mais tarde, delegar esse comando em von Kleist, substituiu o general von Mannstein.

Declaração do PCP

O Ano Internacional da Família

Aproximando-se o encerramento do Ano Internacional da Família, o PCP não pode deixar de fazer o balanço entre o que foi afirmado por Cavaco Silva e o Governo PSD, quando do lançamento destas comemorações, a que o Governo português aderiu e das quais Cavaco Silva afirma ter sido um dos promotores, e a sua prática política durante este mesmo ano.

Afirmou então Cavaco Silva que a «família merecia o apoio do Estado» e que tem sido preocupação dos seus governos «o bem-estar e a qualidade de vida das famílias portuguesas». Só a hipocrisia poderia, de facto, ter ditado estas palavras, se atendermos à política de direita que os seus governos vêm metodicamente aplicando. Hipocrisia demagógica que não é gratuita, antes visando esconder uma política para melhor servir essa mesma política.

Começando pelo Orçamento do Estado, podemos constatar que são as famílias dos trabalhadores por conta doutrém – a esmagadora maioria – as mais prejudicadas. Seja através da política de impostos, do aumento da carga fiscal sobre o cidadão (ao contrário, aliás, do que prometia), do consequente agravamento da injustiça social. Olhando, por exemplo, para a política de impostos, podemos verificar que os impostos directos, que afectam principalmente as classes de mais altos rendimentos têm um aumento de 5,5%, enquanto os impostos indirectos, que atingem as camadas de mais baixos rendimentos, sofrem um aumento de mais do dobro, ou seja, de 11,7%.

Por outro lado, enquanto se anuncia a «retoma económica» o que se constata é o desemprego a aumentar e os orçamentos das famílias a degradarem-se. Na realidade, hoje os desempregados sobem a mais de 400 mil, 47% dos quais há mais de um ano sem trabalho. Neste número, os jovens com menos de 25 anos representam cerca de 25%, ou seja, mais de 100 mil; a produção de bens de consumo baixou 8%; mais de 17 mil trabalhadores, só em cinco distritos, encontram-se com salários em atraso, o que significou, só nos últimos 2 meses, 2,5 milhões de contos em falta nos orçamentos das famílias portuguesas; multiplicam-se os casos de mortes de idosos devido a carências de alimentação, doença, solidão e miséria; a mortalidade infantil continua a ser das mais altas da Europa; e quanto à política salarial, sob o pretexto de que «os salários têm uma espiral inflacionista», o Governo impõe contenções salariais que representam cortes reais aos rendimentos da grande maioria das famílias portuguesas.

A justificação para esta política dá-a o Governo na introdução feita ao Orçamento do Estado para, 1995, onde os trabalhadores e as famílias são acusados de «viver acima dos seus meios e de pôr assim em perigo a economia nacional». Temos, pois, que, em nome de um pretendo desenvolvimento económico, o Governo impõe aos trabalhadores e suas famílias a contenção salarial e cortes nos equipamentos e serviços sociais: cuidados médicos, ensino, alojamento social, transportes, segurança social, actividades culturais e de recreio. Da mes-

ma forma empurra para cima dos trabalhadores e suas famílias encargos que as conquistas sociais e democráticas tinham conseguido que fossem socialmente assumidas através do Estado, e aponta-se o dedo às famílias como responsáveis por problemas que traduzem a profunda crise social resultante desta política de direita, como a droga, a violência, a marginalidade e a criminalidade.

No ano em que as orientações do Comité das Nações Unidas apontavam, entre outros objectivos, a diminuição das despesas da Família com a Educação, há 6 anos que o Estado não abre um jardim de infância; desde 1988 que o Ministério não aumenta a rede pública de educação pré-escolar (cuja capacidade de cobertura não excede os 24% segundo os dados mais recentes divulgados pelo Ministério da Educação) e não controla também a qualidade dos privados; nos jardins de infância existentes, verificaram-se, num só ano, 4 mil acidentes; há cerca de 1000 lugares para educadores de infância que estão por criar na rede pública; são mais de 2000 os educadores no desemprego; são 1000 os que estão com contratos a prazo.

A realidade é que a política de direita está a ser seguida não serve os interesses da esmagadora maioria das famílias portuguesas, antes delas se serve para uma verdadeira operação de instrumentalização e manipulação ideológica, nomeadamente através de uma intensa campanha para a «recuperação» dos «valores da família», campanha que mais não visa que o retrocesso social e político e o consequente retrocesso nas mentalidades. O que esta ofensiva pretende, sim, é «recuperar» a família como «unidade básica da sociedade», tal como o regime fascista a definia, onde a divisão social do trabalho estava claramente pré-estabelecida: mulher em casa a cuidar dos filhos, homem no trabalho a ganhar o sustento da família, modelo de família completamente ultrapassado.

A verdade, porém, é que o 25 de Abril e as conquistas democráticas posteriormente verificadas «entraram» nos lares portugueses. Muitas mulheres passaram a desempenhar uma combinação de papéis produtivos e públicos, ganhando um novo conceito de cidadania e alterando as estruturas dos seus agregados familiares.

A acção do PCP em relação à família parte da realidade existente na sociedade portuguesa, que traduz situações muito diversas. Há as famílias criadas no quadro do casamento ou fora dele, casais com ou sem filhos, casais com filhos de anteriores ligações e casais vivendo com outros familiares. Há famílias monoparentais, com mãe ou pai vivendo com os filhos. Há mulheres sós e homens sós, ou vivendo com outros familiares. Há, pois, diversidades de situações, dependentes naturalmente das diversas opções e situações individuais de cada um, do meio social ou das tradições dominantes nas várias camadas sociais e regiões.

Assumimos que a Família deve ser sempre constituída na base de uma decisão livre, assente no amor, no afecto, na solidariedade recíprocas, na igualdade do homem e da mulher. A família não deve obedecer a modelos estereotipados, baseados em preconceitos ou interesses materiais, ou, de qualquer forma, motivadores da servidão e subordinação da mulher. Assumimos a Família, necessariamente, como um espaço de afectividade, de comunicação, de igualdade e de respeito pelos direitos de todos os seus membros.

Por isso, é indispensável, sem dúvida, uma grande batalha pela alteração de mentalidades, também esta indissociável da luta pelas transformações económicas, sociais e políticas que criem as bases para uma nova relação de família e sociedade e de uma nova política para a família.

Uma abordagem do problema da família deve ser integrada num projecto de vida individual, naturalmente, mas também num projecto de sociedade. Para nós, comunistas, uma nova política para a família identifica-se largamente com a luta e a perspectiva de transformação profunda da actual sociedade, uma sociedade que assegure a dignidade, a liberdade e a responsabilidade de toda a pessoa humana.

Para o PCP, uma nova política que vise a defesa e o desenvolvimento da família passa, entre outras medidas, pela reposição dos direitos dos trabalhadores, pela reposição das condições de vida e do poder de compra das famílias trabalhadoras, numa perspectiva de recuperação e desenvolvimento da economia portuguesa; pela não desresponsabilização pelo Estado das suas funções sociais, pela desoneração fiscal das famílias; pelas garantias de apoio às famílias monoparentais; pelo reconhecimento às uniões de facto dos direitos da Família; pelo desenvolvimento dos serviços de saúde e educação; pela protecção do primeiro emprego e inserção dos jovens na sociedade; pela ajuda aos pais no apoio à criança e ao jovem, nos seus múltiplos aspectos.

Uma nova política para a Família, baseada no afecto e onde os valores dos direitos humanos e da igualdade entre homens e mulheres sejam desenvolvidos como princípios fundamentais, constitui para o PCP uma luta que importa prosseguir para além do Ano Internacional da Família que agora vai terminar.

15.12.1994
A Comissão Política
do Comité Central do PCP



Ratos e ratões

Na quadra festiva que se atravessa, é tempo de comer e beber. Assim o consideraram os psd's que arranjaram um vasto jantar a preços módicos, para encher a barriga, pois que os tempos que se aproximam talvez prometam vacas magras à maioria que se aproxima do seu fim. A coisa parecia feita para partilhar, em jeito de última ceia, a papa com Cavaco Silva. Este, porém, faz durar o seu "pulo do lobo" e não apareceu. Milhares de órfãos choramingaram por cima do prato. Alguns, porém, preparam o futuro, lavando as mãos da governação, abandonando o navio como os ratos. Santana Lopes anuncia o seu despedimento. Entretanto, também há ratões. Como Ângelo Correia, que, "afastado da política" onde não encontrou bolo que o satisfizesse, já fala em "pós-cavaquismo", oferecendo-se na TSF para apoiar uma eventual candidatura de Cavaco à... Presidência. Entre ratos e ratões, há ainda aqueles que se agarram desesperadamente ao que resta das migalhas. Como Arlindo de Carvalho - a "voz" de Cavaco no jantar - ou Fernando Nogueira - o apelo ao rapar do tacho.



Guterradas

Mas Guterres parece dar razão à persistência de alguns no interior do PSD. E talvez Cavaco Silva tenha encontrado, finalmente, o seu melhor amigo político no secretário-geral do PS. É ele que se desdobra, em entrevistas e declarações, para fornecer ao PSD e ao seu chefe o oxigénio e o espaço que lhe vão faltando. Quando a hipótese de eleições antecipadas se perfilou, de repente, no horizonte político,

foi vê-lo correr a dar mais uns meses a Cavaco, juntando-se alegremente ao Monteiro que diz tanto mal do Governo que prefere este a outro qualquer.

Retoma lá

Parece, no entanto, que a "doutrina" guterrista sobre a permanência do cavaquismo no Governo encontra eco no interior do PS. E já algumas vezes se levantam dando razões ao Governo e à sua política económica ou, pelo menos,

explicando por que querem fazer durar o cavaquismo até Julho...

É que, segundo um porta-voz do PS - que mais parece um porta-voz de Catroga -, a "retoma existe"!... Com efeito, Daniel Bessa, "porta-voz do PS para as questões económicas", afirmou recentemente que a retoma - que a gente só tem visto nas palavras governamentais - já aí está. E que só não se vê porque há instabilidade política. Quando "Cavaco Silva definir o seu futuro", a coisa vai melhorar...

Estranhas coincidências? Ou coincidências apenas?

Realidades incómodas

Mas enquanto florescem as coincidências entre Guterres e Cavaco e as interpretações da realidade por parte do PS e do PSD se aproximam vertiginosamente, a realidade, imparcial, desmente as retomas e apresenta-se bastante escura. Os números aí estão: O IIEFP anuncia que nos seus centros de emprego estão inscritos mais de 411 mil desempregados - um número que aumentou num ano nada menos de 15,8 por cento!

A realidade é, porém tão incómoda que o ministro do Emprego afirma que tais números estão errados, e faz apelo aos números do Instituto Nacional de Estatística. Por sua vez, os números que dizem respeito à Agricultura irritaram tanto o ministro da tutela, que este acha inadmissível que este mesmo Instituto seja imparcial. A imagem da "agricultura pobre", transmitida pelo INE, não deve ser lida sequer. O ministro acha inadmissível que "um Instituto do Estado seja sistematicamente imparcial"...

FRASES da SEMANA

"Fernando Nogueira - Quer que Cavaco continue no Governo e concorra às próximas eleições legislativas. (...) Dias Loureiro - É, de todos os "delfins", o mais distanciado das lutas pela sucessão e o menos bem informado sobre as movimentações do PSD. (...) Durão Barroso - Tem falado longamente a sós com Cavaco e também está convencido de que o líder quer mesmo sair. (...) Santana Lopes - Foi o primeiro a dar a cara, defendendo uma aproximação ao CDS e acreditando na saída de Cavaco."

☞ («PSD prepara-se para a sucessão» - «Expresso», 17.12.94)

"O país não pode viver nesta situação. Não é possível que o esforço que os empresários fazem neste momento (...) possa ser perturbado por uma instabilidade causada por indivíduos que têm sempre o seu dia-a-dia pago pelo Orçamento do país."

☞ (Ludgero Marques, AIP - «Telejornal», Canal 1, 19.12.94)

"Se o PS diz que o PSD está a gangrenar o país, há que pôr fim à sua governação. Mas, ao contrário, não pedindo a demissão do Governo, o PS dá a entender que o PSD deve continuar a gangrena."

☞ (Carlos Carvalhas, citado em «Público», 18.12.94)

"Crítico pelo "low profile" que tem mantido perante a crise no partido do Governo, António Guterres aproveitou o encontro com Mário Soares para dar o salto em frente."

☞ («A Semana Política» - «Público», 17.12.94)

"Trata-se de encorajar o Presidente e o primeiro-ministro a decidirem, de comum acordo, o que deve ser feito a bem de todos: antecipar eleições."

☞ (António Barreto, "Retrato da Semana" - «Público», 18.12.94)

"A memória que tenho dos governos de iniciativa presidencial não é excelente. É mesmo bastante má. (...) Mas acho que essa questão não está em cima da mesa."

☞ (António Guterres - «Expresso», 17.12.94)

"(a circunstância de o poder dissolutivo caber ao PR) não pode servir de pretexto para que qualquer força política, e em particular o Partido Socialista, se refugie numa posição de ambiguidade politicamente ilegítima que, no essencial, não se distancia de anteriores atitudes do PS de defesa da permanência do PSD no governo até ao termo normal da legislatura."

☞ (Octávio Teixeira, na AR - «Público», 16.12.94)

"Frontalidade e clareza são indeclináveis deveres de qualquer força política responsável para com os cidadãos eleitores."

☞ (idem)

PONTOS NATURAIS

Gratidão

O Papa teve um papel essencial por exemplo na Europa de Leste, durante o desmembrar da União Soviética. A sua intervenção acelerou o ritmo dos acontecimentos.

(Balladur, TV2)

Estranhas misturas!

Mentiria se dissesse não haver recrutamentos para serviços secretos, mas nós controlamos a nossa gente e sabemos que, se os Estados Unidos estivessem de alguma forma envolvidos em recrutar agentes nesta escola, isso seria o fim da credibilidade deles. Por outro lado, é difícil de entender, com franqueza, o que viriam cá buscar. A escola está aberta a todos e não guardamos aqui segredos, nada há de interesse sobre o aparelho militar americano, só pretendemos democratizar estruturas nacionais de segurança.

(Yitzhar Rabin sobre a existência de católicos numa escola em Israel, Euronews, TV2)

O País ao abandono

Esta barragem foi construída há trinta anos, mas ainda não tem comportas para travar o avanço da água. É uma obra que os agricultores do Vale de Vilariça, no distrito de Bragança dão como exemplo do abandono a que estão votados, apesar de disporem de uma das terras mais férteis do país.

Ali, tudo se dá: vinho, azeite, amêndoa, melão, pêssego, cogumelos, até tabaco. Um clima mediterrânico no meio do gelo transmontano.

(Jornal da Uma, TV1)



TELECRIME

Rodrigo Guedes de Carvalho é funcionário da SIC, pivô nos impedimentos do efectivo. Foi como homem ligado à televisão privada que deu uma entrevista à TV MAIS, na qual defendia fosse dado um mês aos «grandes educadores» para que organizassem uma grelha «digna, interessante, ritmada e culta, ganhando dinheiro com a estação (...)» Como quem diz: uma programação com que se ganhasse dinheiro sem descer à mediocridade e, até, ao nojo. Rodrigo é um homem de cultura. O seu romance DAQUI A NADA é uma promessa boa. Digamos que se trata de uma obra séria. Que, com ela, o autor não pretendeu obter ganâncias nem me consta que essa terá sido a preocupação da SIC em relação a ele. Não deixa de ser estranho que um homem defenda nos outros aquilo que para si próprio rejeita. Ele é comerciante? Ele é o dono da estação? Ele acha que, para os outros, é legítimo ganhar uns carcanhóis, a qualquer preço e, além de achar isso, justifique, aplauda e participe na cruzada contra os críticos ou, como ele ironicamente diz, os «educadores»? Como homem de cultura, Rodrigo, achas mesmo que, para se ganhar dinheiro, as hóstias na Igreja devem ter sabor a mer'ol?

Mário Castro



A Estrela

Eu caminhei na noite
Entre silêncio e frio
Só uma estrela secreta me guiava

Grandes perigos na noite me apareceram
Da minha estrela julguei que eu a julgara
Verdadeira sendo ela só reflexo
De uma cidade a néon enfeitada

A minha solidão me pareceu coroa
Sinal de perfeição em minha fronte
Mas vi quando no vento me humilhava
Que a coroa que eu levava era de um ferro
Tão pesado que toda me dobrava

Do frio das montanhas eu pensei
«Minha pureza me cerca e me rodeia»
Porém meu pensamento apodreceu
E a pureza das coisas cintilava
E eu vi que a limpidez não era eu

E a fraqueza da carne e a miragem do espírito
Em monstruosa voz se transformaram
Disse às pedras do monte que falassem
Mas elas como pedras se calaram
Sozinha me vi delirante e perdida
E uma estrela serena me espantava

E eu caminhei na noite minha sombra
De desmedidos gestos me cercava
Silêncio e medo
Nos confins desolados caminhavam
Então eu vi chegar ao meu encontro
Aqueles que uma estrela iluminava

E assim eles disseram: «Vem conosco
Se também vens seguindo aquela estrela»
Então soube que a estrela que eu seguia
Era real e não imaginada

Grandes noites redondas nos cercaram
Grandes brumas miragens nos mostraram
Grandes silêncios e ecos vagabundos
Em direcções distantes nos chamaram
E a sombra dos três homens sobre a terra
Ao lado dos meus passos caminhava
E eu espantada vi que aquela estrela
Para a cidade dos homens nos guiava

E a estrela do céu parou em cima
De uma rua sem cor e sem beleza
Onde a luz tinha a cor que tem a cinza
Longe do verde azul da natureza

Ali não vi as coisas que eu amava
Nem o brilho do sol nem o da água

Ao lado do hospital e da prisão
Entre o agiota e o templo profanado
Onde a rua é mais triste e mais sozinha
E onde tudo parece abandonado
Um lugar pela estrela foi marcado

Nesse lugar pensei: «Quanto deserto
Atravessei para encontrar aquilo
Que morava entre os homens e tão perto»

■ **Sophia de Mello Breyner Andresen**

Obra poética - vol. II Ed. Caminho 1991

PROGRAMAÇÃO



Músicas do Natal: Nathalie Cole, Madredeus, homenagem a Gershwin

Quinta, 22

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.05 Animação
09.50 Culinária
10.05 Viva a Manhã
12.15 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Você Decide
14.00 Natal dos Hospitais
20.00 Telejornal
20.30 Mensagem de Natal do Primeiro-Ministro
20.40 Fera Ferida
21.40 Isto Só Vídeo
22.10 Concurso 1, 2, 3
23.55 24 Horas
00.30 Kung Fu
01.15 Gelado Americano
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

12.30 Televendas
13.30 TV2 Desporto
14.30 Euronews
15.00 A Princesinha
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Escola Paraíso
17.50 Super Juvenil
18.10 Animação
18.40 Um, Dó, Li, Tá
19.50 A Dança
20.50 Magazine - «Ver Artes»
21.30 TV2 Jornal
22.05 Acontece
22.20 Remate
22.30 Vício-Versa
23.20 Alta Frequência - Woodstock
00.20 Tucker - O Homem e o seu Sonho
(ver «Filmes na TV»)
02.05 Módulos de Música Portuguesa

SIC

11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicallente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
14.00 Olhos nos Olhos
15.00 Buéréré
17.45 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Sonho Meu / Vidas Cruzadas
20.00 Jornal da Noite
20.30 A Viagem
21.40 O Café do Surdo
22.15 Ponto de Encontro
23.15 A Noite da Má Língua
00.15 Último Jornal
00.35 Os Dias da Madredeus

QUATRO

09.30 Shopping Center
10.30 Animação
11.30 Já Tocou
12.00 A Escolha É Sua!
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.15 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 O Preço da Paixão
18.45 Morena Clara
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 MacGyver
21.30 Trapos & Companhia
22.00 Abraão (1ª parte)
(ver «Filmes na TV»)
23.45 Novo Jornal
00.45 Fora de Jogo

Sexta, 23

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.05 Animação
09.50 Culinária
10.05 Viva a Manhã
12.15 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Você Decide
13.30 Telenovela
14.30 Origens
15.00 Blossom
15.25 Táxi
15.50 Taz Mania
16.10 Batman
16.40 Malha de Intrigas
17.30 Culinária
17.50 Missão Impossível
18.40 Na Paz dos Anjos
19.15 Com a Verdade m' Enganas
20.00 Telejornal
20.40 Desculpem Qualquer Coisinha
21.15 Fera Ferida
22.15 A Filha da Cornélia
00.05 24 Horas
00.40 Nukie - O Primeiro Encontro
(ver «Filmes na TV»)
02.20 O Homem com a Morte nos Olhos
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

12.30 Televendas
12.55 TV2 Desporto
14.30 Euronews
15.00 Uma Questão de Princípios
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Terra X
16.50 Escola Paraíso
17.50 Super Juvenil
18.20 Animação
18.50 Um, Dó, Li, Tá
19.55 Armas Secretas
20.45 Histórias Que o Tempo Apagou
21.20 RTP / Financial Times
21.30 TV2 Jornal
22.05 Acontece
22.15 Remate
22.30 Palmeiras Bravias
23.20 Remate
00.20 Woodstock
01.20 A Orquestra Vermelha - Parte II
(ver «Filmes na TV»)
02.50 Módulos de Música Portuguesa

SIC

11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicallente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
14.00 Olhos nos Olhos
15.00 Buéréré
17.50 Praça Pública
18.20 Sonho Meu / Vidas Cruzadas
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Viagem
21.50 O Café do Surdo
22.30 Chuva de Estrelas
23.30 Último Jornal
23.50 Os Donos da Bola
00.50 Playboy
01.50 Tóó, o Herói
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

09.30 Shopping Center
10.30 Animação
11.30 Já Tocou
12.00 A Escolha É Sua!
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.15 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 O Preço da Paixão
18.45 Morena Clara
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 Verdade ou Mentira
21.00 Trapos & Companhia
21.30 Abraão (2ª parte)
23.15 Novo Jornal
01.15 Fora de Jogo

Sábado, 24

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.15 Circo das Estrelas
13.00 Notícias
13.05 Made in Portugal
13.40 Clube Disney
15.15 Moda
15.50 British Awards
17.10 Um Conto Americano II: Fievel no Feroeste
(ver «Filmes na TV»)
18.25 Arca de Noé
19.15 Danças de Salão
19.45 Totoloto
20.00 Telejornal
20.40 Mensagem do Cardeal Patriarca de Lisboa
20.50 Noite Mágica
21.55 Pátio da Fama
22.55 Parabéns
01.00 24 Horas
01.20 Nathalie Cole Canta o Natal
02.20 A Valsa do Imperador
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

10.00 Planeta Proibido
(ver «Filmes na TV»)
12.10 Uma Família Feliz
12.55 Viagem ao Maravilhoso
13.30 TV2 Desporto
14.30 Euronews
14.55 As Criações de Blue Lake Mountain
16.35 Para Além do Ano 2000
17.20 As Aventuras de Sherlock Holmes
18.15 Forum Musical Especial: «Concerto 3 Tenores»
21.00 TV2 Jornal
21.15 Quem Conta Um Conto
22.15 Concerto de Natal: «Natal em Viena»
23.50 Missa do Galo
01.30 Praia da China

SIC

10.00 Buéréré Especial
17.00 Muita Lóco
18.00 Vidas Cruzadas Especial
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Viagem
21.40 Bravo, Bravíssimo
23.10 O Meu Tio Solteiro
01.15 Madredeus em Belém
02.45 O Acordar da Noite
04.25 O Pai Natal
06.25 Cesária Évora

QUATRO

10.00 Clube da Manhã
11.30 Animação
12.00 Informação Religiosa
13.00 Jornal da Uma
13.20 Circo de Natal
15.00 O Jogo do Ganso
17.45 Festa de Natal
19.30 Telejornal
20.00 Mensagem do Cardeal Patriarca de Lisboa
20.45 Quem Casa Quer Casa
22.10 Sozinho em Casa
(ver «Filmes na TV»)
24.00 Missa do Galo
01.30 Doido Com Juízo
(ver «Filmes na TV»)

Domingo, 25

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.00 Luta Livre Americana
12.30 Sem Limites
13.00 Notícias
13.05 Top +
14.15 86-60-86
14.50 Novas Aventuras do Super-Homem
15.40 Emoções Fortes
16.10 A Grande Pirâmide
16.40 Jogos Sem Fronteiras
17.55 ET - O Extraterrestre
(ver «Filmes na TV»)
19.45 Joker
20.00 Telejornal
20.40 Casa Cheia
21.30 Eu Tenho Dois Amores
22.40 Com Peso e Medida
24.00 Querida, Amplei o Miúdo
(ver «Filmes na TV»)
01.30 Notícias
01.45 Natal Mágico
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

10.30 70 x 7
11.00 Missa
12.30 Novos Horizontes
13.00 Câmara Indiscreta
13.30 TV2 Desporto
14.30 O Homem e a Cidade - «Caminha»
15.00 Euronews
15.25 Bugs Bunny e Outras Personagens
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Lisboa 94
17.15 Para Além do Ano 2000
18.00 Concerto de Natal no Vaticano
19.30 Gente Remota
20.20 Christmas Star
21.15 Música no Gelo
22.15 TV2 Jornal
22.30 Desenhos Animados
23.35 Do Céu Caiu uma Estrela
(ver «Filmes na TV»)
00.45 Musical: «Glória a Gershwin»

SIC

08.00 Buéréré Especial
14.45 My Fair Lady
(ver «Filmes na TV»)
17.45 Bravo, Bravíssimo
19.00 Vidas Cruzadas
20.00 Jornal da Noite
20.30 O Memorial de Maria Moura
21.30 Labirinto
22.30 Os Salteadores da Arca Perdida
(ver «Filmes na TV»)
00.45 Whitney Huston em Concerto
02.15 Cuidado com as Aparências

QUATRO

09.30 Clube da Manhã
11.00 Concerto: Monges de Cilos
11.30 Informação Religiosa
12.00 Mensagem de Natal do Papa
(ver «Filmes na TV»)
12.30 Missa de Natal
14.05 Portugal Português
15.00 As 1001 Tardes do Júlio Isidro
19.15 O Rei Leão
20.00 Telejornal
20.30 Confissões de Adolescente
21.00 Doutores e Engenheiros
22.20 Sozinho em Casa II - Perdido em Nova Iorque

Segunda, 26

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.05 Animação
10.00 Viva a Manhã
10.30 Culinária
11.45 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Você Decide
14.25 Origens
15.00 Blossom
15.25 Táxi
15.50 Infantil/Juvenil
16.40 Malha de Intrigas
17.30 Culinária
17.45 Missão Impossível
18.40 Na Paz dos Anjos
19.15 Com a Verdade m' Enganas
20.00 Telejornal
20.30 Fera Ferida
21.00 74.5 Uma Onda no Ar
22.45 Nico d' Obra
22.20 Zona + Carlos Cruz
00.05 Coisas da Vida
01.15 24 Horas
01.50 Erendira
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

12.30 Televendas
13.30 TV2 Desporto
14.30 Euronews
15.00 Difícil Adopção
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Escola Paraíso
18.00 Super Juvenil
18.15 As Investigações da Clorofila
18.40 Um, Dó, Li, Tá
19.50 A Magia do Cinema
20.40 Magazine - «Teatro»
21.15 Ver para Ler
21.25 RTP / Financial Times
21.30 TV2 Jornal
22.05 Acontece
22.20 Remate
22.30 Magazine - «Cinema»
23.00 Repórter X
00.35 Módulos de Música Portuguesa

Terça, 27

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.05 Animação
10.00 Viva a Manhã
10.30 Culinária
11.45 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Você Decide
14.25 Origens
15.00 Blossom
15.25 Táxi
15.50 Infantil/Juvenil
16.40 Malha de Intrigas
17.30 Culinária
17.45 Missão Impossível
18.40 Na Paz dos Anjos
19.15 Com a Verdade m' Enganas
20.00 Telejornal
20.30 Fera Ferida
21.00 74.5 Uma Onda no Ar
21.45 A Mulher do Sr. Ministro
22.15 Cabaret
23.40 Prova Oral
01.25 24 Horas
02.00 Polícia em Acção
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

12.30 Televendas
13.30 TV2 Desporto
14.30 Euronews
15.00 O Orfão do Mar
17.00 Escola Paraíso
17.55 Super Juvenil
18.40 Um, Dó, Li, Tá
19.40 O Golo da Jornada
19.50 Monty I
20.20 Terra X
21.20 RTP / Financial Times
21.30 TV2 Jornal
22.05 Acontece
22.15 Remate
22.30 Magazine - «Cinema»
23.00 Repórter X
00.35 Módulos de Música Portuguesa

Quarta, 28

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.05 Animação
10.00 Viva a Manhã
10.30 Culinária
11.45 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Você Decide
14.25 Origens
15.00 Blossom
15.25 Táxi
15.50 Infantil/Juvenil
16.40 Malha de Intrigas
17.30 Culinária
17.45 Missão Impossível
18.40 Na Paz dos Anjos
19.10 Com a Verdade m' Enganas
19.45 Vamos Jogar no Totobola
20.00 Telejornal
20.30 Fera Ferida
21.00 74.5 Uma Onda no Ar
21.45 Só Riso
22.20 Tordeshilhas: O Sonho do Rei
(ver «Filmes na TV»)
24.00 24 Horas
00.35 Vingança com Honra
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

12.30 Televendas
13.30 TV2 Desporto
14.35 Euronews
15.00 A Mulher e a Selva
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Escola Paraíso
17.45 Super Juvenil
18.10 As Investigações da Clorofila
18.40 Um, Dó, Li, Tá
19.40 Guerra Contra a Máfia
20.40 Magazine - «Saúde»
21.05 Desenhos Animados
21.20 RTP / Financial Times
21.30 TV2 Jornal
22.05 Acontece



Desenhos animados em todos os canais

23.00 Bailado - «La Bayadère»
01.15 Módulos de Música Portuguesa

SIC

11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicallente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
14.00 Olhos nos Olhos
15.00 Buéréré
17.45 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Viagem
21.40 Destino X
22.50 Terça à Noite
23.55 Último Jornal
00.10 O Senhor que se Segue
01.10 Cuidado com as Aparências / Apoia o Teu Homem

QUATRO

09.30 Shopping Center
10.30 Animação
11.30 Já Tocou
12.00 A Escolha É Sua!
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.15 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 O Preço da Paixão
18.45 Morena Clara
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 MacGyver
21.30 Verdade ou Mentira
22.00 Trapos & Companhia
22.30 Diz-me Com Quem Andas
23.45 Novo Jornal
00.45 Prolongamento
01.00 Novos Ventos
01.30 Top 25 RFM/TVI

11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicallente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
14.00 Olhos nos Olhos
15.00 Buéréré
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.30 A Viagem
21.40 Destino X
22.50 Terça à Noite
23.55 Último Jornal
00.10 O Senhor que se Segue
01.10 Cuidado com as Aparências / Apoia o Teu Homem

SIC

11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicallente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
14.00 Olhos nos Olhos
15.00 Buéréré
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.30 A Viagem
21.40 Destino X
22.50 Terça à Noite
23.55 Último Jornal
00.10 O Senhor que se Segue
01.10 Cuidado com as Aparências / Apoia o Teu Homem

QUATRO

09.30 Shopping Center
10.30 Animação
11.30 Já Tocou
12.00 A Escolha É Sua!
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.15 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 O Preço da Paixão
18.45 Morena Clara
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 MacGyver
21.30 Amigos para Sempre
23.45 Novo Jornal
00.45 Fora de Jogo
01.00 Sinais e Leis

22.20 Remate
22.30 Última Oferta
23.25 À Roda do Mundo
23.55 Rock Rendez-Vous
00.45 Módulos de Música Portuguesa

SIC

11.00 Mulher Proibida
12.00 Tropicallente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
13.25 Olhos nos Olhos
15.00 Buéréré
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
20.00 Jornal da Noite
20.30 A Viagem
21.40 Perdoa-me
22.40 Casos de Polícia
23.40 Último Jornal
24.00 Tostões e Milhões
01.00 Cuidado com as Aparências / Apoia o teu Homem

QUATRO

09.30 Shopping Center
10.30 Animação
11.30 Já Tocou
12.00 A Escolha É Sua!
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.15 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 O Preço da Paixão
18.45 Morena Clara
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 MacGyver
21.30 Verdade ou Mentira
22.00 Trapos & Companhia
22.30 Picket Fences
23.45 Novo Jornal
00.45 Fora de Jogo

Por isto e por aquilo...

Tucker: O Homem e o seu Sonho

(Quinta, 00.20 TV 2)

Estranhamente votado ao ostracismo do público, que lhe infligiu um clamoroso fracasso comercial, Tucker foi obviamente uma paixão de Coppola e do produtor George Lucas por uma fascinante história baseada em factos reais - a do génio visionário do projectista e construtor de «automóveis do futuro» que foi, nos anos 40, Preston Tucker, inventor de algumas das mais avançadas inovações da indústria automóvel em constante luta contra os potentados de Detroit e os seus «paus mandados» no mundo da política, que acabam por esmagá-lo. Um punhado de excelentes interpretações, de que se destaca a de Jeff Bridges, na figura de Tucker, e, sobretudo, a de um enorme secundário, Martin Landau, no imprevisível papel do seu sócio.

O Homem com a Morte nos Olhos

(Sexta, 02.20, Canal 1)

Uma pequena cidade é verdadeiramente aterrorizada por um fora da lei que assassina e destrói tudo à sua volta, acabando por ser abatido por um advogado que lhe faz frente e assim encontra a única possibilidade de terminar com o martírio. Uma excelente adaptação do romance homónimo de E. L. Doctorow, num western eficazmente realizado por Burt Kennedy, com Aldo Ray e Henry Fonda nos papéis principais.

O Planeta Proibido

(Sábado, 10.30, TV 2)

Esta é uma das melhores produções cinematográficas de ficção científica dos anos 50 e, ao mesmo tempo, uma imaginosa transposição da trama de A Tempestade, de Shakespeare, sendo agora o planeta Altair-4 a ilha mágica e transformando-se o mágico Próspero no cientista Morbius, a sua filha Miranda em Altaira e o duende Ariel no amigável robot Robby. Uma curiosidade a descobrir, embora porventura com o formato do Cinemascope a ser, como de costume, atraído pelo pan & scan.

Um Conto Americano 2: Fievel no Faroeste

(Sábado, 17.10, Canal 1)

Spielberg, atrás das câmaras, na produção da «segunda dose» desse êxito inaugural que foram as primeiras aventuras do ratinho Fievel. Trata-se de uma longa-metragem de animação, que constitui a revisitação de um género que marcou o cinema americano - o western. Um êxito garantido!

Doido com Juízo

(Sábado, 01.30, Quatro)

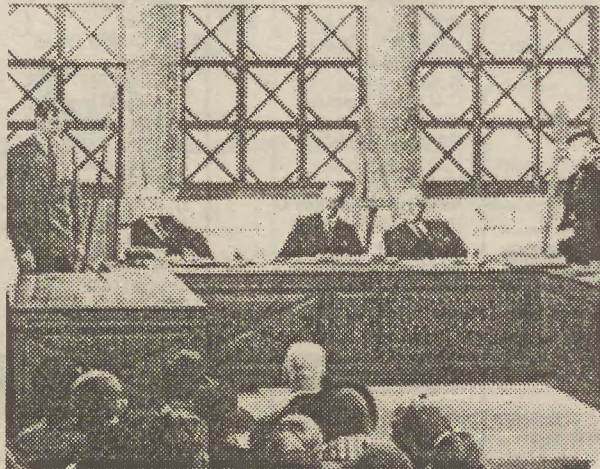
Longfellow Deeds é um pacato habitante de uma cidade do interior dos Estados Unidos que subitamente vê vir parar-lhe às mãos, de um tio desconhecido, uma herança de 20 milhões de dólares que pretende partilhar com os mais necessitados. Partindo para Nova Iorque, é surpreendido, na sua bonomia e ingenuidade, por uma série de escroques, a que só consegue escapar pelo seu bom senso, e transforma-se num caso público explorado por uma repórter pouco escrupulosa, por quem se apaixona, acabando por ser envolvido numa sórdida cabala, injustamente preso e levado a tribunal. História de contrastes entre a verticalidade moral e os falsos valores humanos, numa sociedade baseada no poder e no dinheiro, este belíssimo filme é um dos mais irresistíveis e transparentes exemplos da postura idealista de Frank Capra.

Minha Linda Lady

(Domingo, 14.45, SIC)

Transposição para o cinema da opereta do mesmo nome de Lerner e Loewe - por sua vez adaptada de Pigmalião, de Robert Shaw - o filme é uma

grande produção brilhantemente desenhada por Cecil Beaton e realizada por George Cukor. Transmitida por mais de uma vez pelas nossas televisões, não há muito a acrescentar ao que os espectadores já sabem de cor, sendo justo entretanto realçar os excelentes desempenhos de Rex



Gary Cooper, numa cena de «Doido com Juízo», de Frank Capra



Um fotograma de «O Planeta Proibido

Harrison, no papel do Prof. Henry Higgins, e de Audrey Hepburn, no papel de Elisa Doolittle.

Bugs Bunny e Outras Personagens

(Domingo, 15.25, TV 2)

Pelo menos nesta época, as televisões lembram-se dos mais miúdos. É o caso desta excelente compilação, em três partes, de alguns dos melhores momentos dos «desenhos animados» de Bugs Bunny e seus companheiros. Também (ou sobretudo?) para os adultos...

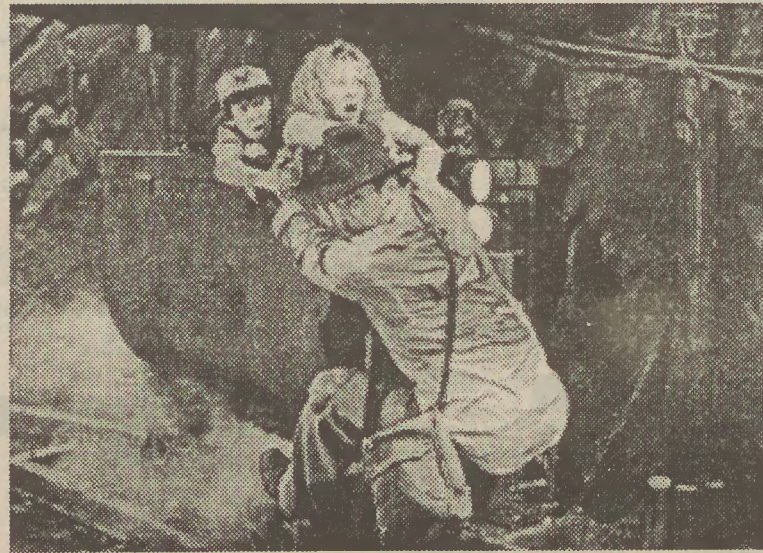
E.T. - O Extraterrestre

(Domingo, 17.55, Canal 1)

Um filme que, segundo a «Variety», «é, provavelmente, o melhor filme de Disney, que Disney nunca fez». Como ignorar, aliás, que, também perante



«E.T.», de Steven Spielberg



Uma das cenas mais espectaculares de «Os Salteadores da Arca Perdida»

os melhores e mais eficazes exemplos de Disney, os espectadores sabem que são magicamente manipulados por uma «fábrica de sonhos» e de «efeitos especiais» para deixar cair uma lágrima - e não se importam? Êxito de bilheteira, como poucos, ET ficou pois como um marco do chamado «cinema do maravilhoso» e não é difícil concluir que, sem dúvida, Spielberg se conta entre os cineastas que, partindo da sua condição de dominador das técnicas, das máquinas e dos efeitos, sabe como poucos lidar com as emoções...

Os Salteadores da Arca Perdida

(Domingo, 22.30, SIC)

É o faz-de-conta da memória de um certo cinema transformado, agora, no faz-de-conta de uma sociedade americana em crise profunda e temperado pelos ditames audiovisuais contemporâneos: são as inenarráveis e inacreditá-

veis aventuras de um herói de banda desenhada - não já tosca e pobremente encenadas como nos anos 40 - a deixar campo livre à imaginação dos miúdos das matinées de todos os Coliseus, Olímpias e Politeamas deste mundo e servidas por um dispendiosíssimo catálogo de truques e efeitos especiais que, mais do que nunca, são capazes de fabulosamente encenar, montar e sonorizar a materialização da própria imaginação...

Do Céu Cai Uma Estrela

(Domingo, 22.35, TV 2)

Um homem que dirige uma associação que presta ajuda aos mais carenciados está prestes a desistir da sua missão (e mesmo a suicidar-se) em virtude das acções de um ganancioso local que pretende deitar tudo a perder. Mas a aparição de um anjo e a demonstração que este faz do que seria o futuro desses desprotegidos se este homem bom desaparecesse faz com que nele renasça a esperança na importância de estar vivo e disponível. Um obra-prima que, embora imbuída do habitual idealismo do seu autor (Frank Capra), rejeita qualquer sentimento de pieguice barata.

Indiana Jones e o Templo Perdido

(Segunda, 22.20, SIC)

Quase nada a acrescentar ao que foi escrito sobre Os Salteadores da Arca Perdida. Realizado três anos após o primeiro grande êxito da série, pelos mesmos responsáveis técnicos e com o mesmo Harrison Ford, no papel de Indiana Jones, O Templo Perdido é uma nova exploração das mesmas e infalíveis receitas. Mas a história é bem mais fraca e Kate Capshaw não chega aos calcanhares de Karen Allen, na figura da heroína. Já se adivinhava, então, a necessidade de fazer apelo a Sean Connery para dar novo alen-

to a estas aventuras - o que viria a suceder em A Última Cruzada. Talvez a transmitir já numa próxima quadra a preceito... Pois não é verdade que a desgraçada falta de imaginação dos programadores de todos os canais nos levam outra vez a ver, este Natal, os mesmíssimos filmes que ano após ano são transmitidos por esta altura?

Repórter X (Terça, 23.00, TV 2)

Baseado na figura criada pelo jornalista Reinaldo Ferreira - e que ficou conhecida por Repórter X - José Nascimento encena neste seu primeiro filme os anos 20 lisboetas como pano de fundo para uma história policial, à qual o realizador transmite um tom desvolto e eficaz, bem acompanhado, aliás, pelo actor Joaquim de Almeida. Um filme que já esteve previsto para o mesmo canal para transmissão no passado mês de Outubro.



Thomas Mitchell, Donna Reed e James Stewart, em «Do Céu Cai uma Estrela», de Frank Capra



Um fotograma de «Indiana Jones e o Templo Perdido»

■ Francisco Costa

O pelotão da frente e o carro-vassoura

(imagens e sons de uma Europa de miséria)

Para quem, nestes últimos tempos, tem da televisão portuguesa a ideia de

cada vez mais se estar a transformar em uma caixa perversa e geradora das mais perigosas fontes de alienação - traduzida em múltiplas formas de entretenimento bacoco e de descaracterizadoras aculturações -, assistir a um programa que aposta em colocar a inteligência, a sensibilidade e a cuidada atenção face às realidades mais profundas como substitutas primeiras da generalizada informação sensacionalista é algo que, de tão raro, não pode deixar de justificar, nestas páginas, merecida referência.

Foi o que se passou há dias, na TV 2, em mais uma edição do programa «Reportagem», da responsabilidade do jornalista Barata Feyo.

Uma descida aos infernos

Num mundo tão invadido pelas siglas - algumas delas encurtando em todas as línguas e para todos os gostos extensos e altruístas propósitos - SDF foi, precisamente, aquela que, de tão já habitual e corriqueira, Samuel Costa com felicidade escolheu para intitular a sua reportagem sobre os pobres e sem-abrigo em França. Uma sigla afinal sinistra que significa tão-só «sem domicílio fixo».

Dir-se-ia uma grafia estranha para quem se habituou a ver nos *telejornais* e outros-que-tais as falsas imagens da prosperidade em que (apesar de algumas pequenas crises de circunstância, sempre seguidas de alegadas e milagrosas «retomas») nos dizem mergulhar a «Europa dos cidadãos» e a «democracia de sucesso» que nos juram o capitalismo assegurar. Mas há imagens e sons que não mentem e as sequências de verdadeiro inferno e dor que nos foram mostradas - do *clochard* de Paris que sabe de cor o itinerário dos caixotes de lixo dos Campos Elíseos à procura da «maçã, mesmo podre, que corta a fome»; ou do emigrante do Togo que, espreitando a câmara por debaixo de uma tenda de plástico, apesar de todas as misérias e exclusões jura que aquele recanto do cais do Sena ainda é capaz de lhe recordar a sua pátria longínqua; ou a imaginação solidária daquele proprietário de um restaurante do 13º Bairro, comunista, que vende refeições a 800 escudos mas que pede 300 extra aos mais «abastados» para que os pobres não paguem nada; ou as notícias do regresso da tuberculose e do crescimento do alcoolismo e do suicídio no seio de todos os desesperados e desapaosados - tudo isto são sinais dramáticos de um sistema que jamais conseguirá esconder imagens chocantes e sucessivamente contrastantes, como as da implosão das torres de habitação, deixando terreno livre à especulação imobiliária, a par das dos rostos esqueléticos e patéticos dos miseráveis e sem-abrigo, produtos da exploração e injustiça que lhe está no ceme.

Da vergonha suíça...

Se a reportagem de Samuel Costa, por terras de França, foi verdadeiramente notável pela escolha de imagens e sons que, na sua crueza sem limites, tudo explicavam, ela não deixou de ser menos impressionante no tom dos comentários que, embora voluntaria e esforçadamente minimais, contidos e objectivos, não deixavam de constituir transparentes interrogações de espanto face à (surpreendente?) realidade que esse material afinal deixava ver ao repórter e ao espectador. Mas a aparente distanciação e frieza com que Rui Araújo e Sofia Leite se debruçaram sobre outras duas realidades geograficamente tão distantes mas afinal tão próximas nas marcas da degradação humana não deixaram de ser, de uma outra maneira, menos eficazes e valorizadoras do acto puramente informativo.

Primeiro, foi a vez de vermos, afinal, a mesma marca do desespero - agora envergonhado, clandestino e escondido na escuridão das gares-dormitório - do crescente

exército dos «novos pobres» em plena Suíça da mítica «neutralidade», dos chocolates, dos relógios e da grande finança.

Alguns números:

No segundo país mais rico do mundo (dados do Banco Mundial, citados no programa), há 200 mil desempregados, não há segurança social federal, não há subsídio de maternidade, a pensão de reforma é denominada «pensão de sobrevivência». Na Suíça, os 20% mais ricos detêm 44% da riqueza, os 20%

mais pobres apenas 5% (um fosso de 1 para 9).

Rui Araújo chamou à sua reportagem «Suíça - A Má Consciência» e, nas duras imagens que escolheu, deu-nos os contrastes dessa hipocrisia vigente: as montras repletas dos grandes *boulevards* iluminados e os pastos verdes das idílicas montanhas em dessintonia com o itinerário da miséria escondida, das sopas dos pobres, do circuito da loucura, quer ilustrada nos rostos patéticos dos velhos solitários ao som de *La Solitude*, de Brel, quer patente na disforme indigência dos regulares habitantes de um autocarro ou de uma carruagem abandonada. Tudo delimitado por duas sequências espantosas: a abrir, um *blues* desesperado cantado e tocado por um suíço-branco-mais-que-negro, despojado de tudo, mesmo de um gueto que seja; e, a fechar, o palhaço pobre a tocar *O Sole Mio* no saxofone, perdido no centro de uma arena de circo deserta.

... ao deserto alentejano

Mais próxima de nós, foi a reportagem de Sofia Leite, com felicidade intitulada «Profissão: Desempregado». Agora, o princípio era outro: a síntese inicial, a preto-e-branco, dos rostos dos protagonistas da nossa miséria, antecediam as sequências mais detalhadas filmadas nas regiões mais afectadas pelo desemprego - Setúbal, Vale do Ave,



Alentejo - e, também, a utilização da «câmara lenta» e do *travelling* nos dava a ver, através do rigoroso pudor da *sépie*, a tragédia dos corpos expostos ao relento de Lisboa, local de emigração de todos os desterrados e deserdados da sorte.

Embora com menos apuros técnicos, a reportagem não deixou de ser, entretanto, extremamente reveladora das novas formas de pobreza que, também entre nós, se espalham por todo o país - as daqueles que, até há pouco vivendo na remediada mediania das suas posses e haveres, agora se vêem subitamente perante o espectro da insegurança, da miséria e da fome: seja a operária têxtil que o desemprego veio atingir e à qual resta, perante o frigorífico vazio, a refeição de «massa com massa»; seja o ex-emigrante que, embalado pelas

promessas, regressou ao país para tratar das suas terras e já antevê nova partida para um estrangeiro qualquer, porque o trabalho nos campos «não tem futuro: o futuro da agricultura discute-se em Bruxelas...»; seja nas pensões de 42, 45, 50 mil escudos que nem sequer se conhecem nas planícies alentejanas, agora com os campos abandonados e convertidos em reservas de caça para os grandes senhores; seja, por fim, na dramática postura daquele professor sem colocação, licenciado em História, hoje à procura de uma qualquer ocupação camarária, nem que seja na recolha do lixo.

Qual janela aberta no edifício disforme em que cada vez mais se está transformando a televisão portuguesa, esta última emissão do programa «Reportagem» na TV 2 constituiu, acima de tudo, um sinal de esperança em que ainda há gente que entende a profissão de jornalista com um sentido de seriedade e verticalidade e um exemplo de como é possível fazer, em Portugal, grande jornalismo de investigação, credível e digno.

Que nunca a inteligência e o profissionalismo lhes doam!

Registos Magnéticos

«O mais dramático para um homem ou para uma mulher (é a mesma coisa) é quando já não tem, ainda que muito ao longe, uma réstea de céu azul para que possa encaminhar um pequeno resto de sonho.»
(Claude Labési (?), dono de um restaurante francês para pobres, em Paris)

«É preciso apagar isso tudo. Se não, teria tanto ódio à sociedade que já não conseguiria sobreviver. Por isso, tento não pensar. A primeira coisa em que penso é em encontrar, ao menos, um tecto.»
(Anónimo parisiense, 60 anos, há 20 anos sem abrigo)

«As pessoas que vivem na rua vivem numa selva. São perseguidas. Dormem 2 ou 3 horas e são constantemente agredidas pelo ambiente, pelos elementos, pela miséria, mas também fisicamente. Espancados, roubados e vítimas de ataques sádicos de bandos de jovens (por exemplo, no Metro) que os atacam, por vezes, com facas, com gás lacrimogéneo, com fogo, com cães...»
(Médico que presta cuidados de saúde aos sem-abrigo da Gare de Lyon)

«O que me custa é a minha vida não ter sentido. Não ter um caminho, um itinerário nítido ou, ainda, uma esperança. Não tenho raiva a ninguém. (...) Gostava de ter, talvez, um pouco mais de amizade. Só isso, já era bom.»

(Jacquie, sem-abrigo, que procura comida nos caixotes de lixo dos Campos Elíseos)

«Aqui, em Genebra, uma das praças financeiras aparentemente mais ricas da Europa, povoada de bancos, sociedades financeiras, aonde afluem dezenas de milhões de dólares do mundo inteiro, de Mobutu, dos coronéis brasileiros, dos portugueses ricos, também, que fogem ao fisco, há esta situação absurda em que, na rua, encontramos gente, suíços, mal vestidos, com uns trapos velhos, que só comem uma vez por dia (...) e, muitas vezes, carne para cães e para gatos.»

(Jean Ziegler, sociólogo e deputado suíço)

«Às vezes, é maravilhoso ver o olhar de alegria, de felicidade, quando vêm a

comida chegar. Como aquele menino que dizia, um dia: "Mãe, hoje até leite temos!"»

(Assistente social suíça)

«Há um autor, Fukuyama, que escreveu uma obra muito difundida pelos meios de comunicação social, sobre o "fim da História", que aplicava esse rótulo às sociedades ocidentais (...). Por que é que ele chamava «o fim da História»? Porque eram sociedades quase perfeitas onde as contradições sociais, que originavam as diversas formas de violência, tinham desaparecido. (...) Mas, pelos vistos, aí estão as novas formas de violência social a desmentir esse senhor - que se traduzem nomeadamente no desemprego, no trabalho precário, nos "recibos verdes", no trabalho infantil, nessa imensidão de pobres e desabrigados que mendigam pelas ruas de Lisboa, etc. (...) Penso que isso é evidente, para quem queira ver.»

(Joaquim Pombinho, português, professor, licenciado em História, desempregado)

de FOICE

Tentações

O PSD e Cavaco Silva andam de candeias às avessas, com as voltas trocadas, num diálogo de surdos, num desatino, num desencontro. A situação é tão esdrúxula que chega a ser confrangedora, em particular nesta época natalícia, em que manda a tradição reine a paz entre os homens de boa vontade.

É caso para dizer que as boas vontades, se existem, andam desencontradas.

Forçados a austero jejum ao longo dos últimos dez anos, os psdês andam insaciáveis.

De tanto segurar as rédeas do Poder, Cavaco está, ao que consta, cansado.

Os psdês não perdem uma oportunidade para botar a boca no trombone, contando o que lhes vai na alma, mandando recado por jornalistas de investigação, espetando alfinetadas à esquerda e à direita, gastando os últimos cartuchos a pôr em dia vinganças antigas e recentes à medida dos seus pequenos e grandes ódios. Cavaco, patrono há mais de uma década destes irmãos-inimigos figadais, remete-se ao silêncio.

Esfomeados, os psdês desdobram-se em jantaradas de amigos, aquecendo estômagos com caldinhos de legumes, temperando forças com bifinhos com cogumelos, espevitando a verve com taças de rosé, inflamando-se mutuamente com discursos cerrafleiras, chapa 11.

Cavaco faz jejum. Decididamente, o mal do primeiro-ministro não é fome.

Desorientados com a súbita ordem de soltura, os psdês sofrem síndromas de orfandade e choramingam já pelo regresso do pai tirano.

Cavaco, cada vez mais mergulhado em freudianos complexos, olha para o umbigo e reflecte.

Tempos houve em que se disse que o futuro a Deus pertence. Entre o PSD e Cavaco, o futuro é uma bola de cristal que perdeu a vidente.

Vale aos crentes, nestes conturbados dias de fim do ano, a fé inabalável do engenheiro Guterres, para quem o futuro não só a Deus pertence, como se imunizou contra todas, mas todas, as tentações do livre arbítrio.

Devidamente alimentado a pilhas, daquelas que duram, duram, duram, Guterres faz lembrar os bonecos de corda, imbuídos de implacável determinação, que avançam a direito debitando a cassete minimal-repetitiva, até ao momento em que esbarram na parede, no pé da mesa ou do sofá, e ali ficariam batendo com a cabeça, se um gesto mais caridoso não lhes abrisse caminho até ao próximo obstáculo.

Engolindo convicções como quem toma a hóstia e repetindo ideias feitas como um disco riscado, Guterres, que já nos brindou meses a fio com a revisão constitucional e com a maioria absoluta, tropeçou agora na dissolução por consenso.

Até Cavaco, apesar de andar tão triste, é capaz de esboçar um sorriso a este brinquedo, se o Pai Natal fizer o favor de lho pôr no sapatinho.

O que nos vale a nós é que 1994 está a dar as últimas, ao Natal se segue sempre a passagem de ano, e diz a lusa tradição que dos fracos não reza a História.

Com uma ajudinha ao destino, é bem possível que os psdês vão carpir as mágoas para a Figueira da Foz, a ver se por lá aparece outro militante a fazer a rodagem do carro, que Cavaco possa voltar descansado para a Universidade, e que Guterres caia na tentação de deitar as pilhas fora.

Bem vistas as coisas, 1995 é bem capaz de ser um ano animado.

■ AF

Trigo e castigo. — E o crime, qual foi?

Veiga Trigo, o conhecido árbitro de Beja, foi punido pelo Conselho de Disciplina com 45 dias de suspensão, por declarações prestadas em entrevista ao "Avante!", no passado mês de Agosto.

A notícia, divulgada após a arbitragem do F.C. Porto-Sporting, em que mais uma vez não se pouparam elogios a Veiga Trigo, está a agitar os meios desportivos, para além de vir confirmar o que muitos já suspeitavam: o Conselho de Arbitragem e o Conselho de Disciplina estão a necessitar urgentemente de uma operação "mãos limpas" à portuguesa.

O "delito" de Veiga Trigo não podia ser mais peculiar. Com a frontalidade que todos lhe recolhem, o árbitro de Beja limitou-se a dizer, sem

papas na língua, o que muitos dizem à boca pequena, a subcrever afirmações que outros proferiram em diferentes órgãos de comunicação social, a apontar o dedo acusador a corrupções e compadrios, e a dar a sua opinião (negativa) sobre "este" Conselho de Arbitragem.

De diferente, apenas um ligeiro pormenor: falou para o "Avante!".

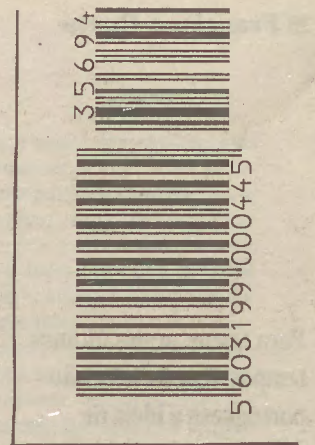
Tanto bastou, não para instalar a polémica, para para abrir caminho às hostilidades.

Conhece-se o castigo. Mas afinal, qual foi o crime de Veiga Trigo?

O Conselho de Arbitragem e o Conselho de Disciplina não o ouviram. Foi notificado de que tinha um processo em cima e informado da pena. Sem mais.

As declarações de Veiga Trigo, consideradas graves, não deram origem a nenhum inquérito para apuramento de responsabilidades. Ninguém parece interessado em saber da verdade das acusações, apesar de Veiga Trigo não retirar uma vírgula do que disse ao "Avante!" e continuar a defender a intervenção da Polícia Judiciária nas actividades do Conselho de Arbitragem.

Peculiar caso este, em que um homem com 26 anos de actividade como árbitro, a todos os títulos brilhante e sem único castigo, é punido por quem é alvo de fundadas suspeitas, porventura na tentativa desesperada de evitar novas revelações que ponham a nu as águas turvas em que se agita o futebol nacional.



Não é necessária grande perspicácia para se perceber que se está perante um caso de "delito de opinião". Pelos vistos, lá para as bandas do Conselho de Arbitragem, o direito à liberdade de expressão é ainda desconhecido. Felizmente que há homens como Veiga Trigo - e os muitos que com ele estão solidários - para lembrar ao País que vivemos em democracia. E que o "Avante!" já por cá anda desde 1931, ou seja, há mais de 60 anos!

RTP discrimina PCP

O Gabinete de Imprensa do PCP denunciou esta semana, mais uma vez, a discriminação de que é alvo o PCP por parte do Canal 1 da televisão pública. Em carta enviada ao director de informação da RTP, o GI protestou contra o silenciamento de uma iniciativa partidária realizada no passado domingo com a presença do Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, e chamou a atenção para o notório desequilíbrio do tratamento noticioso dado às diversas iniciativas partidárias do último fim-de-semana.

Ao contrário do interesse revelado por outros canais de televisão, que emitiram peças com declarações de Carlos Carvalhas na Conferência da JCP, em Lisboa, o Telejornal de domingo apenas se referiu a iniciativas do PS, CDS e do PSD.

Este silenciamento é tanto mais incompreensível, refere a nota do GI, quanto se verifica que a peça emitida sobre o

PSD se referia à reunião do "Conselho Nacional do PSD, realizado na véspera, acontecimento já de si largamente tratado no dia anterior, repetindo no essencial imagens e declarações de Nunes Liberato, na leitura do comunicado final da reunião daquele órgão, e de Luís Filipe Menezes".

Por outro lado, o desequilíbrio patente no noticiário sobre

iniciativas partidárias não podia ser mais evidente.

Com efeito, no sábado, a RTP dispendeu cerca de nove minutos iniciais do Telejornal com o PSD, dedicou cerca de quatro minutos e cinquenta segundos ao Conselho Nacional do CDS (incluindo "uma demorada ligação em directo à sede do CDS, durante a qual Manuel Monteiro discursou ao longo de cerca de dois minutos e meio para o auditório do Canal 1 da RTP"), e divulgou iniciativas do PS (cerca de um minuto e quarenta e dois segundos). Admite o PCP que, "dado o invulgar tempo de emissão concedido (...) sobretudo ao PSD e ao CDS", a peça transmitida nesse dia sobre uma iniciativa do PCP com a participação de Carlos Carvalhas "não tenha podido exceder sequer um minuto".

Mais se constata ainda que "não tem sido prática da RTP,

tal como o não foi no passado dia 13 de Dezembro, dar às reuniões do Comité Central do PCP destaque e tratamento semelhante àquele que agora deu quando noticiou reuniões dos Conselhos Nacionais de outros dois partidos políticos nacionais".

Alertando para o facto de que tais critérios informativos "consustanciam repetidas práticas (...) discriminatórias", o PCP considera que o telespectador é posto "à mercê de uma imagem do quadro partidário desajustado da realidade e de uma informação que, também por isso, não será nem plural nem isenta".

A finalizar, o PCP recorda que vamos entrar num ano marcado por eleições legislativas, pelo que será ainda mais desejável que "a atitude do canal público de televisão (...) seja pautada por uma exemplar imparcialidade".

Carlos Carvalhas em Belém defende eleições antecipadas

O Secretário-geral do PCP, Carlos Brito, Albano Nunes e Octávio Teixeira, acompanhado de Carlos foi recebido em audiência pelo Presiden-



te da República, na passada sexta-feira, a quem expôs a posição do PCP sobre a actual crise política.

O PCP defendeu em Belém a demissão do Governo, a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições legislativas antecipadas, como forma de "clarificação da vida política", "porque não há um regular funcionamento das instituições" e porque "é necessário que as próximas eleições sejam conduzidas com democraticidade".

Carlos Carvalhas chamou também a atenção para as gravíssimas consequências no planos social, económico e político da permanência da presente governação.